

UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

DISSERTAÇÃO

**(FÉ)MINISMO: ANÁLISES SOCIOLOGICAS SOBRE
FEMINISTAS EVANGÉLICAS**

MILENA GEISA DOS SANTOS MARTINS

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**(FÉ)MINISMO: ANÁLISES SOCIOLÓGICAS SOBRE FEMINISTAS
EVANGÉLICAS**

MILENA GEISA DOS SANTOS MARTINS

Sob a Orientação da Professora
Moema de Castro Guedes

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Mestre** em
Ciências Sociais, no Curso de Pós-
Graduação em Ciências Sociais.

Seropédica, RJ

Junho de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M382 (Martins, Milena Geisa dos Santos, 1990-
(FÉ)MINISMO: ANÁLISES SOCIOLÓGICAS SOBRE FEMINISTAS
EVANGÉLICAS. / Milena Geisa dos Santos Martins. - Rio
de Janeiro, 2019.
130 f.: il.

Orientadora: Moema De Castro Guedes.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Ciências Sociais, 2019.

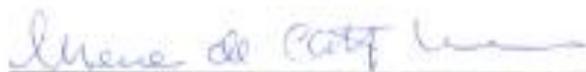
1. Gênero. 2. Religião. 3. Ativismo digital. 4.
Violência de Gênero. 5. Evangélicas Progressistas. I.
Guedes, Moema De Castro, 1979-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Ciências Sociais III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MILENA GEISA DOS SANTOS MARTINS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 18/07/2019



Moema de Castro Guedes, Dr^a. UFRRJ
(Orientadora)



Maria das Dores Campos Machado, Dr^a. UFRJ



Sílvia Regina Alves Fernandes, Dr^a. UFRRJ

Dedico este trabalho aos que riem, choram e guerreiam a meu lado em todas batalhas. São minha base, refúgio e fortaleza. Com amor e gratidão: À minha mãe, Uilma Conceição; meu pai, Paulo Cesar; minha irmã, Geane e a nossos *pets*, Nala e Narceja.

“Ninguém te avisou que as mulheres cujos pés foram impedidos de correr dariam à luz a filhas com asas”.

(Ijeoma Umebinyuo)

HERANÇA VITAL

A ancestralidade saúda sua descendência.
Que, com gratidão, agradece por tão abençoada
conquista.
Quando uma de nós chega a lugares nunca antes
permitidos,
e realiza feitos nunca antes imaginados,
todas nós chegamos juntas.
Afinal, nenhuma árvore frondosa se mantém
imponentemente erguida sem suas raízes.
Não percorri este caminho só por mim, mas por
todas nós!
Indígenas, negras e brancas...
Gratidão pela herança vital que hoje corre em
minhas veias,
Seguirei cumprindo a honrada missão, a mim
confiada, de levar-nos adiante.
Nenhum passo atrás!
Nossa liberdade é irrevogável!
Sagradas fomos, sagradas somos e sagrada
seremos para todo o sempre; amém!

(Milena Geisa)

AGRADECIMENTOS

Ainda que a vitória seja aludida a um único nome no papel timbrado, o *backstage* e o *background* do indivíduo que ocupa a linha de frente é formado por inúmeros outros responsáveis pelo trabalho de apoio. Os quais, sem dúvida, são indispensáveis para que sucesso do todo se alcançado.

Embora Deus seja um ser etéreo que transcende a humanidade, o incluo em minha vida na categoria de melhor amigo. Assim sendo, quero agradecer-lhe por amparar-me e cuidar-me com tanto amor, proteção e misericórdia desde minha concepção até os dias subsequentes que trouxeram-me até aqui hoje. Senhor, sou grata a ti por livrar-me do mal, por prover-me lições necessárias para meu crescimento espiritual e por colocar no meu caminho pessoas que somam. Das quais, indubitavelmente, preciso iniciar por minha gênese.

Meus honrados e estimados progenitores! Quem diria que tamanha obra divina se realizaria em vós e se desenvolveria através de vós? Não poderia, e nem quero, deixar de agradecer por todo o provento e provisão orientados a mim mediante a seus sacrifícios de ordem física, mental e pecuniária; além da renúncia da realização de sonhos pessoais em detrimento deste que graças a Deus se materializa. Obrigada por sempre fomentarem meu potencial. Quero dizer-lhes que realizamos e realizaremos ainda mais! Amo vocês!

Ainda no âmbito familiar, agradeço minha irmã Geane por ter me cedido em tempo exclusivo e de maneira voluntária e generosa nossa única escrivania para a elaboração deste trabalho. Bem como por ter relevado as noites com as quais incomodadamente dormiu sob luz acesa do nosso quarto enquanto eu trabalhava. Amar também é sobre dividir, compreende e acolher. Obrigada! Eu te amo!

Acrescento ainda que, não posso deixar de fora minha sobrinha. Nala me presenteou com sua companhia sempre tranquila e silenciosa durante boa parte deste périplo solitário. Tia, te ama muito!

Agradeço também ao meu avô materno, Uilson dos Santos, por ter me presenteado com a ferramenta por meio da qual elaborei esta pesquisa. Sua ajuda foi fundamental vô, eu te amo!

Quero agradecer as minhas amigas: Bruna Araújo, Caroline Rocha, Catarina Sales e Manuela Martins pelas escutas atentas e pelas conversas sinceras. Para além de todo o

aprendizado adquirido na UFRRJ, vocês são tesouros que levarei por toda minha vida. À Bruna e Manuela, acrescento ainda, que foram essenciais para abrir-me os olhos em relação aos silêncios e as intenções institucionais. Revelando-me os não ditos que só são inaudíveis aos ouvidos inexperientes. Obrigada, por alfabetizarem-me na linguagem do silêncio. Para além de socióloga e advogada, vocês são professoras da vida. Gratidão!

Muito obrigada às entrevistadas que, prontamente e voluntariamente, atenderam a meu convite e reservaram um tempo tranquilo para nossas conversas em suas agendas tão agitadas. Graça e paz!

Agradeço também a minha orientadora, Moema Guedes, pela parceria iniciada nos de 2016, ainda na graduação. Após 3 anos estamos nós aqui, saboreando juntas a fruta da vitória. Seu doce sabor, com certeza, fez valer a pena os períodos destinados ao plantio e ao cultivo. Obrigada por despertar em mim minha guerreira interior. E, sobretudo, por ser uma mulher que chegou ao topo e destina parte do teu tempo para levantar as que ainda encontram-se na base. Este trabalho só podia se realizar com você e, felizmente, aconteceu! Desejo a ti, e aos teus, saúde e sucesso sempre! Muito obrigada!

Congratulo Emanuel Bragança pelo amparo solidário, pelo suporte de ordem técnica e pela semente de amizade plantada. Asseguro-te que: “A flor que desabrocha na adversidade é a mais rara e mais bela de todas.” Sua atitude e conduta significaram muito para mim. De todo o meu coração, gratidão eterna!

Por último, e não menos importante, quero agradecer a minha mesma por não ter me abandonado. Por não ter traído minha criança interior que sempre me viu como a mulher que estou me tornando. Ela sempre soube de tudo, ensinou-me desde muito cedo a respeitar-me e a aprender com péssimas experiências, ressignificando-as em recursos para atingir o topo da montanha. Hoje, tenho liberdade, segurança e paz para apreciar os lírios, que venho plantando desde minha primeira infância, florescerem no campo. Muito obrigada por sempre acreditar em você, Milena Geisa. Eu te amo! Siga em frente, realizaremos muito mais!

Admoesto que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código Financiamento 001. Obrigada.

This study was financed in part by Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001. Thanks.

RESUMO

MARTINS, Milena Geisa dos Santos. **(FÉ)MINISMO: ANÁLISES SOCIOLÓGICAS SOBRE FEMINISTAS EVANGÉLICAS**. 2019. 130 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

Na presente pesquisa buscamos mostrar a inteligibilidade de racionalidades aparentemente inconciliáveis, mas que destacam possíveis agenciamentos sociais e políticos. Os tensionamentos advindos do ativismo das evangélicas feministas refletem, de modo mais amplo, um campo de análises que complexifica os estereótipos do senso comum que concebe a mulher religiosa, particularmente as evangélicas, como submissas e dóceis. Chamamos a atenção para o fato de que esta questão causa questionamento e estranhamento tanto para as feministas seculares quanto para as evangélicas tradicionais. Objetivamos conhecer e interpretar o universo dessas mulheres de modo a desconstruir o confortável senso comum e o senso comum acadêmico, ao elaborarmos um material que contribua para a construção de novas racionalidades, tanto na academia quanto na sociedade, mediante o suporte das análises teóricas dos estudos de gênero e da religião.

Palavras-chave: Gênero; religião; ativismo digital; violência de gênero; evangélicas progressistas.

MARTINS, Milena Geisa dos Santos. **(FÉ)MINISMO: SOCIOLOGICAL ANALYSIS ABOUT EVANGELIC FEMINISTS**. 2019. 130 p. Dissertation (Master Science in Social Science). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

In the present research we seek to show the intelligibility of seemingly irreconcilable rationalities, but which highlight possible social and political actions. The tensions arising from the activism of feminist evangelicals reflect more broadly the field of analysis that complicates the stereotypes of common sense conceived about religious women the submissive and docile. We call attention to the fact that this existence causes estrangement for both secular feminists and traditional evangelicals. We aim to understand and interpret the universe of these women in order to deconstruct the common sense and the academic sense, when we elaborate a material that contributes to the construction of new rationalities, both in the academy and in society, through the support of the theoretical analysis of the studies gender and religion.

Key words: Gender; religion; digital activism; gender violence; progressive evangelicals.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	
GÊNERO E RELIGIÃO: UM ENCONTRO POSSÍVEL	24
CAPÍTULO II	
ATIVISMO FEMINISTA EVANGÉLICO: ENTRE O MOVIMENTO SOCIAL E A	
RELIGIÃO	44
1.1 A Voz Das Minorias: Ciberativismo Feminista Evangélico	44
1.1.1 – Evangélicos tradicionais na política: conservadorismo e pânico morais como fator dificultador dos avanços dos direitos das minorias	64
CAPÍTULO III	
CONSTRUÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES COMO FATOR DISRUPTIVO DO	
ORDENAMENTO SOCIAL TRADICIONAL: AS FALAS DAS FEMINISTAS	
EVANGÉLICAS	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
ANEXOS	124
1.1 Relatos, colhidos no grupo Feministas Cristãs, de algumas fiéis que deixaram de frequentar a igreja	124
2.1 – Indivíduos contra a Frente Evangélica pela Legalização do aborto	124
2.2 – Indivíduos a favor da Frente Evangélicas pela Legalização do aborto	126
2.3 – Relato de Camila Mantovani sobre ameaça de morte	127
3 – Documentos relacionados a pesquisa	128

INTRODUÇÃO

O desejo que moveu a realização desta pesquisa surgiu ao final do ano de 2016, nos meandros de uma outra, a monografia. Ao pesquisar sobre o ativismo feminista na internet e grupos virtuais, por meio de uma lente de enfoque sociológica, conversei informalmente com uma colega de Universidade e fui informada por ela sobre a existência de um grupo de mulheres feministas e evangélicas que se reúnem em um grupo fechado na rede social *Facebook*, do qual ela já fazia parte. Fiquei encantada ao tomar conhecimento da existência dessas mulheres que pareciam unir luta e religião.

Feministas e evangélicas? Haveria em meu périplo acadêmico identidade e vivência mais dual a ser estudada? Sem dúvida a oportunidade de entender a respeito deste universo aparentemente antagônico instiga-me e move-me, não só enquanto pesquisadora, mas também enquanto mulher.

Becker (2007) afirma que ao fazermos uma pesquisa não devemos ir a campo esperando saber todas as respostas. Em concordância com Becker afirmo que estou na contramão do que pensa o senso comum e o senso comum acadêmico a respeito das mulheres evangélicas. Embora pareçam ser mulheres que submissas, acríicas e de extrema dedicação aos desejos dos pais, maridos e pastores, em minha concepção, faz-se necessário praticar o que Da Matta (1985) chama de *Anthropological Blues* e desse modo estranhar o que é familiar e familiarizar-se com o que é exótico. Nesse sentido, acredito que foi enriquecedor voltamos nosso olhar para as evangélicas feministas, objetivando descobrir o que há por trás do estereótipo, e até mesmo do preconceito, que tanto a sociedade quanto a academia possuem em relação a elas.

Nosso primeiro contato com as Feministas Evangélicas¹ deu-se por meio do grupo virtual na rede *Facebook*, chamado “*Feministas Cristãs*”². Destaco que este é um grupo

¹ Destaco aqui que as Feministas Evangélicas são mulheres que se autodenominam evangélicas e também feministas.

² Nome dado a um grupo privado na rede social Facebook no qual participam mulheres católicas, Kardecistas e também evangélicas. A escolha do nome Feministas Cristãs se deu pelo fato das idealizadoras do grupo terem a intenção de agregar demais religiões cristãs que não somente a evangélicas em virtude de reconhecerem muitas similitudes em relação as essas correntes religiosas. Para além das aproximações e similitudes religiosas, o próprio gênero e fato de aproximação entre as integrantes. Segundo uma das idealizadoras, o que uma mulher católica sofre não diferente tanto das experiências vivenciadas por

formado por mulheres religiosas, não exclusivamente evangélicas, mas também católicas e kardecistas, unidas pelo feminismo para debater vivências relacionadas ao seu gênero sobretudo na esfera religiosa e na vida privada. Também é importante anunciar que o grupo é fechado, e para ser aceito nele é necessário ser aprovado pelas mediadoras. Entretanto, há uma exigência inegociável, é necessário que o indivíduo seja do sexo feminino. Sendo assim, afirmo que minha inserção no grupo ocorreu sem maiores esforços. Com a ação de um clique do mouse, a solicitação foi enviada e aprovada principalmente pelo fato de eu atender a exigência irrevogável. Neste sentido, é instigante pensar o corpo feminino como detentor de livre acesso a um espaço de poder fundado, controlado e mantido também por outros corpos femininos que se organizam e se fortalecem em prol de exercer um contra poder em relação a autoridade institucional, societal e política.

Em relação ao compreensível estranhamento dos leitores em relação a união entre feminismo e religião, Tostes³ (2018), explica que nenhuma religião é singular. Segundo a autora, que se fundamenta nos estudos Pós-coloniais, existe no Brasil um cristianismo de centro e outro de margem. Sendo o cristianismo de centro composto por indivíduos tradicionais e fundamentalistas, e o cristianismo de margem composto por indivíduos progressistas. Para Tostes (2018), os evangélicos marginais ou progressistas, embora pareçam um grupo novo, se preocupam com a esfera social e atuam nela desde as décadas de 20 e 30, mesmo que de modo mais tradicional dado à mentalidade social da época. No século XXI, os chamados cristãos de margem defendem a teologia gay, a teologia negra, a teologia da libertação, a teologia feminista... entre outros temas. É neste contexto que surgem as feministas evangélicas que, embora marginalizadas pelo cristianismo de centro, seguem lutando pela aquisição e manutenção de direitos sociais.

Aproveitamos para destacar que a categoria evangélica possui ampla segmentação e não é nosso objetivo tratar a particularidade de cada vertente pelo fato de haver outros autores que cumpriram plausivelmente com proposta de imersão de cada grupo desde sua fundação como por exemplo, Clara Mafra⁴ e Antonio Gouvêa Mendonça⁵, e por acreditarmos

kardecistas ou evangélicas tanto nos ambientes religiosos quanto no doméstico exclusivamente pelo fato de serem mulheres.

³ Teóloga, feminista evangélica e autora do *Blog Angeliquisses*.

⁴ MAFRA, Clara. *Os Evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

⁵ MENDONÇA, Antonio Gouvêa. Protestantismo no Brasil: um caso de religião e cultura. *Revista USP*, São Paulo, n. 74, p. 160-173, jul/ago 2007

que o cristianismo enquanto bloco religioso monolítico foi construído mediante bases alicerçadas em fundações patriarcais. Ou seja, para nós, foi prioritário tratar da relação de gênero dentro do meio evangélico de modo mais abrangente por percebemos a estrutura que perpassa todas elas é patriarcal. Portanto, as questões a serem investigadas por nós tem mais a ver com a relação social de gênero nas comunidades eclesiais construídas e reguladas por elas do que com o aprofundamento nas particularidades de cada denominação em si.

No que diz respeito a empiria, apontamos que a vida virtual e a real não são mais indissociáveis como os estudiosos do século passado acreditavam que seria. Contrariando boa parte das apostas que diziam que a internet seria um lugar somente de lazer e diversão, pretendemos mostrar em nosso estudo que a internet é palco e meio condutor de lutas sociais. Apropriam-se dela e beneficiam-se dela, principalmente, grupos minoritários que lutam por reconhecimento social.

Segundo Richard Miskolci (2016), 50% da população brasileira possui acesso à internet, de acordo com dados pesquisados e disponibilizados pela PNAD de 2014. A respeito desses dados, enfatizamos que a pesquisa feita no meio digital não vislumbra uma abordagem a parte do mundo offline, seu objetivo é mostrar como o virtual está integrado a vida cotidiana⁶ dos indivíduos, visto que, segundo Padilha (2017), mesmo as relações sociais sejam produzidas *on-line*, elas não são exclusivamente digitais. Miskolci (2016), nos mostra que a maior parte das análises sociológicas da década de 1990 tendiam a conceber as relações que ocorriam na internet como sendo externas a vida “real”, o autor nos conta que, para o sociólogo Ray Oldenberg, as comunidades virtuais eram como antigas praças e clubes, ou seja, lugares utilizados para recreação, distração da realidade. Entretanto, a concepção da internet como um lugar *out of reality* é equivocada, pois tanto a esfera concebida como real quanto a concebida como virtual são complementares, se auto influenciam e são agenciadas pelos mesmos atores sociais. Para Miskolci (2016), a vida “real” e a virtual estão tão imbricadas que os indivíduos passaram a utilizar no seu dia a dia expressões como “estou sem sinal”, “estou sem bateria”; não são exatamente os sujeitos sociais que estão sem sinal ou sem

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. Revista USP, São Paulo, n. 67, p. 48-67, set/nov. 2005.

⁶ Segundo Rossini (2014, apud ComScore, 2014), considerando o acesso somente através de computadores, os brasileiros passam 29 horas por mês utilizando a internet. A autora afirma que os sites mais visitados são de redes sociais, e acrescenta que o *Facebook* em 2013 estava em primeiro lugar na ordem dos sites mais acessados tanto no Brasil quanto no mundo.

bateria, e sim seus smartphones. Porém verbalizar tais expressões nos mostra que estes aparelhos tecnológicos, assim como toda a rede virtual performam *ethos* dos indivíduos.

Como dito anteriormente, foi por meio da rede social *Facebook* que tivemos conhecimento das Feministas Evangélicas. Segundo a literatura pesquisada, o *Facebook* é a rede social mais utilizada quando o objetivo é a de mobilização social. Visamos identificar o fator mantenedor do pertencimento religioso das feministas evangélicas, pois se elas se tornaram feministas, como continuam sendo evangélicas? Chamamos a atenção para o fato de que esta questão causa questionamento e estranhamento tanto para as feministas seculares quanto para as evangélicas tradicionais. Nosso objetivo é conhecer e interpretar o universo dessas mulheres de modo a desconstruir o confortável senso comum, vislumbrando elaborar um material que contribua para a construção de novas racionalidades – tanto na academia quanto na sociedade – mediante o suporte das análises teóricas dos estudos de gênero e da religião. Para isso, procuramos compreender os códigos, as práticas e os referenciais simbólicos existentes nas práticas e narrativas do objeto em questão. Desse modo, buscamos mostrar a inteligibilidade de racionalidades aparentemente inconciliáveis, mas que destacam possíveis agenciamentos tanto sociais quanto políticos. Os tensionamentos advindos do ativismo das evangélicas feministas refletem, de modo mais amplo, um campo de análises que complexifica os estereótipos do senso comum que concebe a mulher religiosa, particularmente as evangélicas, como submissas e dóceis.

Como a prática profissional na contemporaneidade é cada vez mais indissociável da utilização das tecnologias de comunicação, além da internet proporcionar flexibilidade e agilidade na conquista de conhecimento para a pesquisa, ela também colabora para que a parte prática da mesma seja efetuada com menos esforço físico e econômico por parte do pesquisador. Já mencionamos anteriormente que encontramos nosso objeto, as Feministas Evangélicas, em uma rede social, por essa razão afirmamos que a internet foi de total importância para a realização desta pesquisa. Visto que através dela os grupos nasceram para a sociedade e ganharam visibilidade, sendo o meio mais eficaz de disseminação de suas ideias, de denúncias e contato (tanto de grupo com outros e com a sociedade em geral quanto dos indivíduos para com os grupos, portanto há uma via comunicacional de mão dupla na rede). Dado aos fatores relacionados as suas insurgências e o aumento da utilização da

internet por grande parte da população brasileira, decidimos não desprezar este campo de análises, visto que tudo que é feito na internet deixa rastros e pode ser documentado.

Para Padilha (2017), um fator importante que colabora com a pesquisa em mídias digitais é o fato de que as informações podem ser encontradas em tempo real, ou seja, ao mesmo tempo que são colocadas na rede podem ser lidas por quem tiver interesse. Também, segundo o autor, é possível selecionar atividades desempenhadas por perfis nas redes sociais relevantes a pesquisa como um recurso comprobatório. Ou seja, tais dados obtidos em rede pode ser utilizados como embasamento para informações. Portanto, anunciamos que e realizamos este estudo por meio de informações coletadas através da etnografia multissituada⁷ e de entrevistas virtuais.

Para Marcus (2001), toda pesquisa de campo possivelmente pode ser multissituada. Ou seja, outras relevantes informações podem ser apreendidas por meio da observação de outros lugares para além daquele que o objeto de estudo ocupa. Escolhemos essa forma de análise ao percebermos que ela se aplicava bem ao padrão atuação descentralizado das feministas evangélicas. Elas adentravam a diferentes espaços virtuais (grupos, páginas e sites), começaram a ter visibilidade de outros veículos de informações virtuais⁸ ou de mídia tradicional⁹ e diante da premissa a etnografia multissituada nos instrumentalizou na busca por encontrarmos pontos de congruência em meio a diferentes interconexões de pensamentos, vivências, práticas e discursos desenvolvidos e manifestados em mais de um ambiente. Temos consciência de que ao voltarmos nossos olhares para múltiplos campos de análises corremos o risco de não coletarmos dados importantes, entretanto, não objetivamos fazer análises completas de cada campo em si, mas sim realizar a integração de dados/fatos recorrentes, complementares e/ou antagônicos tanto na esfera *on-line* quanto na *offline* visto que uma influi sobre a outra retroalimentando-se e causando impacto na sociedade.

Embora tendo em mente que “a observação direta e participativa dentro da comunidade permite ao etnógrafo desenvolver uma percepção acurada e extremamente

⁷ Esta técnica também é utilizada em pesquisas sobre mídias, ciência e tecnologia, estudos feministas... A técnica foi utilizada para analisar o grupo e as páginas nas quais as feministas evangélicas se manifestam, para ler matérias que saíram a respeito delas na rede.

⁸ As Feministas Evangélicas do grupo feministas Cristãs, por exemplo, foram entrevistadas pela BBC.

⁹ A fundadora da página Frente evangélica pela Legalização do aborto teve uma participação no programa Amor e Sexo da rede Globo no ano de 2018. Disponível em: <<<https://globoplay.globo.com/v/7159808/>>> Acesso em: 13 de novembro, 2018.

sensível às variações comportamentais nas relações entre os membros das comunidades digitais” (LEMOS, 2010, p. 227), decidimos realizar, para além da etnografia multissituada, entrevistas em profundidade pois, em concordância com Duarte (2002), acreditamos que “alguém do meio, a partir do próprio ponto de vista, tem, relativamente, melhores condições de fornecer informações sobre esse meio do que alguém que observa, inicialmente fora” (DUARTE, 2002, p. 143). Ou seja, escolhemos realizar entrevistas em profundidade e semiestruturadas¹⁰ pois entendemos o discurso proferido pelas entrevistadas como sendo uma versão real de suas vivências. Assim sendo, começamos inicialmente por entrevistas com as moderadoras do grupo Feministas Cristãs e as idealizadoras das páginas Evangélicas pela Igualdade de Gênero e Projeto Redomas. Ressaltamos, ainda, que embora estivesse em nosso planejamento entrevistar também a idealizadora da página Frente Evangélica pela Legalização do Aborto, não obtivemos seu retorno após algumas tentativas de contato (detalharemos o processo mais adiante). Para além das moderadoras e idealizadoras, seguimos também os apontamentos de Becker (2007) no que diz respeito a evitarmos o que ele chama de “hierarquia da credibilidade”, e conversarmos com membros do grupo e seguidoras das páginas que não ocupam lugares de “poder” dentro desses espaços. Destacamos ainda que entrevistamos também pessoas, indicadas por nossas informantes, e duas teólogas que se consideram feministas.

A priori não estabelecemos um número exato de pessoas a serem entrevistadas, mas seguimos com as entrevistas até alcançarmos algumas chaves analíticas relevantes para a compreensão das feministas evangélicas. Como aponta Duarte (2002), realizamos as entrevistas objetivando identificar práticas, valores, sentimentos, sistemas classificatórios e simbólicos, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão pela perspectiva das informantes até ocorrer a recorrência de informações coletadas a partir de suas falas. E então, ao atingimos o ponto de “saturação” proveniente da repetição das informações, retornamos para a teoria e começamos a produzir o material final da pesquisa como recomenda Duarte (2002).

Flick (2009) observa que a quantidade de pesquisas envolvendo métodos qualitativos como a etnografia, entrevistas online, observação participante e grupo focal tem crescido. A respeito das entrevistas *online*, o autor afirma que um dos principais benefícios

¹⁰ Entretanto, as entrevistadas estavam livres para fazer toda e qualquer colocação.

propiciados por esta técnica é a capacidade de contato imediato com entrevistados, mesmo que estes se encontrem a grandes distâncias do pesquisador. Destacamos ainda que esta técnica também proporciona economia de recursos pecuniários em casos de pesquisas com baixo ou nenhum investimento monetário, e nos incluímos nesse grupo de pesquisados sem recursos financeiros. Afirmamos que a falta de capital foi um dos principais obstáculos enfrentados por nós, e a forma que encontramos para transpô-lo foi por meio da entrevista *online*, haja vista que entrevistamos feministas evangélicas que se encontravam em diversos estados do Brasil¹¹.

Entretanto, em relação a esta técnica de pesquisa, Flick (2009) destaca que os entrevistados tendem a não agir naturalmente como uma entrevista face a face sem mediação de recursos tecnológicos. Para o autor não é possível, por meio de uma entrevista online, perceber o que não é dito como por exemplo as expressões facial, linguagem corporal, respirações e pausas feitas pelo entrevistado. Em nossa visão o autor estabelece essas afirmações a respeito da falta de confiança no pesquisador e na ausência de naturalidade dos entrevistados por conta do modo como a sociedade da época vivia. Embora tenhamos lido a quarta edição do livro publicado em 2009, a primeira edição ocorreu em 1998¹². Na década de 90 a sociedade não possuía os hábitos frequentes, e em larga escala social, de usos do ambiente *online* como no século XXI. Outro fator que agregou possibilidade para a insurgência de novos hábitos e novas formas de práticas comunicacionais tem a ver com o avanço da tecnologia. Em 2019 os aparelhos de celular possuem câmeras com alta resolução de imagem e conexões diretas com internet de qualidade. Portanto, acreditamos que esses dois fatores (avanço na tecnologia e mudança das práticas sociais comunicacionais) nos beneficiaram na realização das entrevistas online.

Mas nem sempre a internet foi acessada e utilizada de maneira democrática pela maioria da população brasileira, segundo Bernardo Sorj¹³ a razão para a taxa de exclusão digital no Brasil ter sido alta é o fato de, anteriormente, o acesso à internet ser feito exclusivamente através de computadores. Estes, por sua vez, eram inacessíveis para a maior parte da população dado ao alto custo de aquisição. O autor comenta que, os ricos são sempre

¹¹ Nossas informantes residem nos seguintes estados: São Paulo, Ceará, Joinville, Magé (um município fluminense do estado do Rio de Janeiro).

¹² Informação encontrada na ficha catalográfica da quarta edição do mesmo, ano de 2009.

¹³ Disponível em: http://www.bernardosorj.com/pdf/exclusaodigital_problemasconceituais.PDF <<acesso em: 30/09/2018>>

os primeiros a usufruir de novas tecnologias ao passo que os pobres tendem a ser excluídos, segundo ele, moradores de favela não possuíam computadores em suas residências. Indivíduos pobres conseguiam acessar a internet em seus locais de trabalho, escolas, casas de amigos e/ou em ONGS como Viva Rio por exemplo. Entretanto, embora o autor mostre articulações da população pobre para se inserir no ambiente virtual, ele destaca que mulheres negras e pobres eram as mais afetadas pela exclusão digital. Visto que a maior parte delas trabalhavam desempenhando funções de limpeza, e estas não lhes favoreciam o acesso a computadores.

Segundo o site¹⁴ Agência de Notícias, baseados em dados da PNAD, somente levando em consideração o ano de 2016 para o ano de 2017, afirmaram que houve um aumento de 69,3% para 74,9% de residências que faziam uso da internet. Eles também mensuram, para além do recorte temporal, a quantidade de uso na esfera urbana e na rural. Segundo eles, na zona urbana, o percentual de utilização cresceu de 75,0% para 80,1%, ao passo que na rural a elevação ocorreu de 33,6% para 41,0%. Amparados por dados estatísticos, apontamos que a democratização da utilização e diversificação de atividades na internet veio por meio do avanço tecnológico que propiciou o acesso da mesma através de smartphones, com menor custo e mais portáteis que os computadores. Segundo a PNAD, 57,8% da população costumava fazer uso de microcomputadores para acessarem a internet em 2016, entretanto, no ano de 2017, esta forma de acesso caiu para 52,3%. Eles destacam ainda que a quantidade de residências cujo os microcomputadores eram o único meio de acesso a espaço virtual caiu de 2,3% em 2016 para 0,9% no ano de 2017, e que o percentual de residências que passaram a utilizar somente o celular como meio de acesso a rede aumentou de 38,6% em 2016 para 43,3% em 2017. No que tange à mudança de atividade no espaço virtual, eles explicitam que quantidade de acesso para utilização de *e-mail* como meio de comunicação caiu de 69,3% em 2016 para 66,1% em 2017, e apontaram o aumento da preferência pela utilização de outras formas de comunicação como, por exemplo, mensagens de texto, chamadas de voz e/ou vídeo. A respeito da preferência dos indivíduos pela utilização de mensagens de texto o percentual encontrado foi de 95% em 2017 e no que diz respeito a

¹⁴ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23445-pnad-continua-tic-2017-internet-chega-a-tres-em-cada-quatro-domicilios-do-pais>
<<Acesso em: 20/04/2018>>

preferência por chamadas de voz ou vídeo o aumento foi de 73,3% em 2016 para 83,8% em 2017. Segundo eles, utilização dessas novas práticas de comunicação justificam o aumento do percentual de pessoas que acessam a internet por meio do aparelho de telefonia móvel, de 94,6% em 2016 para 97,0% em 2017.

Esses números produzidos pela PNAD nos revelam a mudança da relação de utilização da internet pelos indivíduos. Os usuários têm se mostrado cada vez mais imersos e atuantes nesse meio. Por isso acreditamos que em decorrência da rotineira e assídua utilização nessas novas formas de comunicação, sobretudo no que diz respeito a prática de chamadas de voz e vídeo, nossas entrevistas virtuais tenham ocorrido de modo satisfatório. As entrevistadas também mostram-se pró-ativas e disponíveis desde o momento em que receberam o convite para participar, isso nos mostra que entrevistadas tinham interesse falar sobre o feminismo evangélico, desejo de contribuir para com o debate objetivando de esclarecer seus posicionamentos a respeito de assuntos como violência doméstica, legalização do aborto, bancada evangélica e a plena possibilidade de unir fé e feminismo. Elas também elogiaram o tema desta pesquisa e se mostraram alegres e confiantes em saber que despertavam o interesse de alguém que, por meio de um estudo acadêmico, pudesse explicitá-las de modo não caricaturado e mais próximo de sua realidade possível.

Ocorreram sete entrevistas pelo *Hangout*¹⁵, e uma pela plataforma de videochamada *appear.in*¹⁶, em dias e horários escolhidos pelas entrevistadas. Ao todo foram oito entrevistadas: 5 negras e 3 brancas, com idades entre 20 e 40 anos. A maior parte das entrevistas ocorreram no período da noite, iniciando entre 22 ou 23 h e tendo mais ou menos uma hora e meia de duração. Destacamos que muitas entrevistas ocorreram também aos fins de semana, ou seja, os dias e horários manifestados mostram o real desejo das informantes de participarem da pesquisa, mesmo com suas rotinas lotadas de afazeres públicos e domésticos. As entrevistadas também mostraram ter plena concepção da importância de responder a entrevista e dessa forma contribuir de modo voluntário para esta pesquisa. Portanto, afirmamos que, a pró-atividade das entrevistadas, não só em responder prontamente ao convite como também em participar vigorosamente da entrevista contribuindo com

¹⁵ Uma ferramenta para a realização de videoconferência disponibilizada pelo *Google*.

¹⁶ Não conhecíamos esta ferramenta e a convite de uma de nossas entrevistadas decidimos utilizar para conhecer. Afirmamos que esta plataforma é tão boa para a realização de entrevista online quanto o *Google Hangout*.

informações que não foram pensadas por mim a priori, foram fatores que sem dúvidas colaboraram para a elaboração desta pesquisa.

Para além do aceite, da prontidão e do desejo das informantes em participar, endossamos ainda que, a utilização do recurso de entrevista *online* foi essencial para a obtenção de informações pertinentes a pesquisa. Se não fosse por meio da utilização do meio virtual, bem como de suas ferramentas, não seria possível por meios físicos a coleta de dados e informações. A inviabilidade desta pesquisa por meios físicos deu-se por conta da ausência de recursos financeiros e vitais, visto que a pesquisadora cursou seu mestrado sem bolsa e encontra-se acometida pelo arbovírus *chikungunya*, responsável por reduzir drasticamente sua qualidade de vida.

Os únicos problemas enfrentados por nós foram a perda de conexão com a internet durante uma entrevista¹⁷ e a recusa de três pessoas convidadas a nos conceder entrevista. A primeira delas alegou falta de tempo por ser mãe dois filhos pequenos e não se ver capaz de conceder uma entrevista com total foco e entrega dada a responsabilidade para com as crianças, a segunda pessoa é uma acadêmica e alegou impossibilidade pois estava investindo todo o seu tempo para a elaboração de sua dissertação. Já a terceira pessoa, embora tenha nos afirmando pessoalmente durante um evento universitário que participaria desta pesquisa, nos momentos em que a procuramos perguntando-a que dia e horário as entrevistas poderiam ser feitas, não obtivemos resposta. Nossas mensagens foram envidas para essa informante em potencial por *direct*¹⁸, na rede social *Instagram*. Pelo fato dela postar muitos *Stories*¹⁹, percebemos que ela se mostrava bastante ativa²⁰ na rede social, e em nosso entendimento aumentariam as chances de nossa mensagem ser visualizada²¹ e, conseqüentemente, respondida. Entretanto, até o presente momento de finalização da escrita

¹⁷ A entrevista foi remarçada e ocorreu novamente duas semanas após data do ocorrido.

¹⁸ Um espaço da rede social *Instagram* destinado para conversas privadas.

¹⁹ *Stories* – uma forma “diferenciada” de postar conteúdo na rede social *Instagram*, no qual fotos e/ou vídeos de no máximo 15 segundos ficam disponíveis para seguidores e usuários (caso o perfil seja público) por 24 horas e após este tempo são deletados pela plataforma.

²⁰ Fazemos esta afirmativa com base nos inúmeros *stories* postados diariamente por ela, nos quais ele produz e compartilha conteúdo a respeito de seus pensamentos e vivências. Ainda neste mesmo espaço, por meio de *stories*, ela também interage bastante com seus seguidores, respondendo-lhes perguntas que os mesmos a enviam por meio do recurso “faça-me uma pergunta” disponibilizado pela plataforma e recorrentemente acionado pela usuária.

²¹ Destacamos também que a rede social *Instagram*, assim como a rede social Facebook, possibilita a seus usuários saber quando destinatário visualizou a mensagem. O que não nos resta dúvida de que nossas mensagens foram entregues e lidas.

dessa pesquisa não obtivemos sua resposta. Acreditamos que o silêncio dessa pessoa deva ser oriundo de algum desses fatores: ausência de tempo (por ser uma militante muito participativa no que à tange a luta pela descriminalização do aborto), medo de se expor por ser cristã, feminista e militante (dada a atual conjuntura da sociedade brasileira e seus governantes do que diz respeito a intolerância para com a diversidade). Respeitando os direitos individuais e tendo consciência das recorrentes tentativas de contato, decidimos não enviar mais mensagens por nenhum meio de comunicação para essa pessoa com a finalidade de não causarmos mais incomodo e/ou constrangimento a mesma.

No que diz respeito as entrevistas, queremos orientar o leitor que, seguindo a recomendações de Marcuschi (1986), fazemos a utilização determinados símbolos para trazer aproximação em relação a fidelidade a fala das entrevistadas para o leitor. Os símbolos utilizados e seus respectivos significados são: (+) – Sinal de mais entre parênteses para identificar pausas com duração máxima de 5 segundos feitas pelas entrevistadas; : – Dois pontos para indicar alongamento de vogal; palavras escritas em negrito – para indicar palavras ditas com entonação enfática. Também optamos por transcrever as falas das Feministas Evangélicas com fonte em formato itálico e uso de ‘’ (aspas simples) para destacar quando elas mencionam o que ouviram de terceiros. Também alertamos que, por questões de proteção a identidade das entrevistas foi preservada, todos os nomes mencionados nesta pesquisa são fictícios.

Orientamos também que no primeiro capítulo nos aprofundaremos na discussão a respeito da relação entre gênero e religião de maneira teórica, apresentando fatores que favoreceram a união entre essas duas esferas do saber e como esses fatores instrumentalizaram a luta feminina em favor de sua emancipação e liberdade. Visto que, a partir da teologia feminista, as mulheres rompem o silêncio patriarcalmente instituído e passam a denunciar opressões e a reivindicar o direito de acessarem os lugares institucionais de poder, vislumbrando construir relações mais igualitárias na esfera religiosa. É importante destacar que a transformação de visão de mundo e atitude feminina em relação a crítica sobre a religião deu-se através da educação formal. Parafraseando Spivak (2010), lançamos a pergunta: Podem as feministas evangélicas falar? No capítulo dois desejamos abordar a importância da internet como meio propagador das ideias feministas e como ferramenta de denúncia. Trataremos do surgimento, da integração e das manifestações das feministas

evangélicas na rede, enfatizando que a rede é também um espaço pedagógico e de acolhimento a vítimas de violência de gênero. Também no capítulo dois veremos o embate entre tradição e modernidade através da defesa dos posicionamentos sociais das Feministas Evangélicas e dos evangélicos detentores de racionalidade tradicional/extremista. Veremos como a dominação simbólica religiosa é capaz de influenciar as decisões destinadas a coletividade e a defesa das feministas evangélicas sobre a importância de se ter um Estado laico. Por fim, no terceiro capítulo, traremos a imersão no universo feminista religioso por meio das informações colhidas durante as entrevistas com as Feministas Evangélicas. Desse modo, dialogaremos a respeito de como a microestrutura se reverbera na macro, a partir de análises feitas mediante a relatos pessoais que podem ser expandidos para outros sujeitos sociais. Mostraremos também como o feminismo foi responsável pela transformação da identidade e do modo de pensar das entrevistadas, explicitando os ônus e os bônus que a vivência entre religião e feminismo podem lhes proporcionar.

CAPÍTULO I

GÊNERO E RELIGIÃO: UM ENCONTRO POSSÍVEL

Feministas e evangélicas? A priori o estranhamento causado pela existência de algo que resulta da relação de adição de dois segmentos sociais aparentemente antagônicos é compreensível. Entretanto, para nós, foi sobretudo instigante.

As feministas evangélicas aparecem no cenário social como um grupo incomodo e perturbador, tanto para feministas seculares quanto para os evangélicos. Ambos os grupos não conseguem compreender como é possível a união de universos presumivelmente discrepantes. Visto que, lógica das feministas seculares, não há como a mulher ser livre partilhando de princípios cunhados por uma religião construída sobre bases patriarcais. E para os evangélicos, não há como ser afirmar cristã e concordar com um segmento da sociedade responsável por, segundo o eles, acabar com a família. Dominadas e submissas para uns, libertinas e rebeldes para outros, ressaltamos que ambos os grupos enxergam nosso objeto não como ele é, mas como eles, a partir de um prejulgamento, o concebem.

Neste capítulos veremos como a religião cristã foi estruturada desde sua concepção para dominar as mulheres, excluindo-as dos espaços de poder e relegando-as a esfera doméstica, bem como as estratégias de resistência utilizadas por elas para se apropriarem de sua própria espiritualidade e também de si mesmas.

Para entendermos como as feministas evangélicas se constituíram e com suas racionalidades operam frente a união entre fé e feminismo, traremos como aporte autores referencia nos estudos de gênero e também da religião para mostrarmos que a relação progressista entre ideários religiosos e seculares não é uma novidade deste século. Assim como a atuação das feministas evangélicas no âmbito social também não são atitudes de vanguarda, embora atemporalmente necessárias.

Com foco na teoria, Rosado-Nunes (2001), lança-nos a pergunta “Será mesmo possível um encontro entre o feminismo e religião?” Segundo a autora, embora não seja usual que os estudos da religião contemplem a temática de gênero e os estudos de gênero não possuam seu foco na religião, eles são contemporâneos um ao outro. Ambos surgiram no meio acadêmico durante as décadas de 1950 e 1960 do século XX. Para a autora, os estudos de

religião e gênero se estabeleceram mediante ao capital simbólico e material das religiões, provenientes principalmente do catolicismo, e de agências internacionais de apoio à pesquisa. Podemos ressaltar, portanto, a educação e a inserção das mulheres nas universidades com suas produções acadêmicas como um fator que tensiona a visão e a organização de mundo instituída pela religião.

É na teologia feminista²² que podemos encontrar a união e a articulação destes dois campos do saber, ainda que de modo vagaroso. Mas como surgiu a teologia feminista? Tanto as feministas evangélicas quanto as teólogas (evangélicas e católicas) defendem que a Bíblia foi composta por relatos escolhidos única e exclusivamente por homens nos quais se refletem as concepções masculinas a respeito do mundo, da religião e da vida em sociedade. Ou seja, as feministas cristãs (católicas ou evangélicas) defendem que a Bíblia é utilizada para legitimar e perpetuar o patriarcado, tanto nas igrejas, quanto na sociedade. Portanto, nesta parte de nosso estudo, objetivamos mostrar como se configuram as forças de subversão da ordem vigente dentro da religião por parte de religiosas que questionam o sistema patriarcalmente instituído.

Em 1895, surgiu *Women's Bible*, primeiro estudo abordando gênero e religião. A conjuntura que propiciou a realização do estudo foi o fato das religiosas da época se identificarem com o feminismo e serem influenciadas por pautas reivindicadas pelas Sufragistas, como por exemplo: a exigência da igualdade de gênero, o direito feminino ao voto e à propriedade privada (ROHDEN, 1997). Produzido por *Elizabeth Cady Stanton* e outras pesquisadoras, o norte questionador dessa obra é a reflexão a respeito da incerteza da identidade masculina como herdeira e detentora do poder divino. Por não ser possível provar que Deus é homem, Staton defende que tanto homens quanto mulheres possuem o mesmo valor. Por isso a autora pontua que o conteúdo bíblico não é a verdadeira concepção de Deus sobre os seres humanos, mas sim a visão patriarcal do próprio homem em relação à humanidade e que tem por objetivo manter o domínio masculino sobre as mulheres.

Para Rosado-Nunes (2001), este estudo foi um projeto coletivo de revisão e reinterpretação da bíblia mediante a ótica feminista e serviu como aporte teórico para Teologia Feminista nos anos 1960. Estudos, de fato, comprovam que a Hermenêutica bíblica

²² Segundo Rosado-Nunes (2001), a maior produção feminista teológica no Brasil vem das vertentes protestante e católica, possuem institucionalização e respeito da academia.

patrística medieval, utilizada para construção da Bíblia, foi escrita de modo a reforçar a doutrina da Igreja. Ou seja, foi escrita de acordo com as “regras” impostas pela Igreja, as quais tinham por objetivo a fundação, implementação e solidificação dos valores e deveres morais através das narrativas bíblicas (ZABATIERO, apud SANTOS, 2018, p. 348). Chamamos a atenção para o fato de que para Bourdieu (2007), nenhum poder é maior que o poder de classificar. É crucial termos em mente, por exemplo, usando conceitos desenvolvidos pelo próprio autor, que o poder de classificar está frequentemente atrelado a detenção de capital econômico, o qual promove usualmente a aquisição de capital cultural e social.

Em nossa visão, um dos maiores exemplos de poder e domínio social manifestado é a Bíblia. Desenvolvida por homens poderosos, letrados e influentes na sociedade progressiva, conhecidos como patrísticos medievais, ostenta em sua composição o sistema de representações e práticas patriarcais que relegam e legitimaram as vivências femininas, única e exclusivamente, ao espaço doméstico e ao desempenho das atividades nesta esfera ao afirmarem que esta era a vontade divina. Para Bourdieu (2007): “... toda ideologia investida de uma eficácia histórica é o produto do trabalho coletivo de todos aqueles a quem ela expressa, inspira, legitima e mobiliza” (BOURDIEU, 2007, p. 64). Dito isto, é necessário refletirmos que a Bíblia só foi construída e se instituiu socialmente como a verdadeira manifestação da vontade e determinação divina pois foi feita e divulgada mediante as mãos e bocas masculinas, detentoras do capital financeiro, portanto, capazes de dominar²³ toda e qualquer forma de relação e de estrutura social. Diante disso, um elemento importante é a desconstrução da leitura bíblica hegemônica sobre as mulheres, pois esta influi na construção e no ordenamento social até os dias de hoje. Em outras palavras, para a sociedade, além das mulheres serem consideradas inferiores aos homens, são tidas também como pecaminosas, detentoras da origem do mal pelo fato de a Bíblia ter sido lida de modo a legitimar essa visão deturpada das mulheres. Foi desse modo que surgiu a concepção da mulher como algo sujo, maligno, ardiloso, desmerecedor de confiança e até mesmo, demoníaco. Especialmente os teólogos acreditavam que as mulheres, desde Eva, eram usadas pelo demônio para fazer com que toda a humanidade pecasse e assim perdessem a salvação (GEVEHR, apud SANTOS, 2018, p. 348).

²³ Outro exemplo a respeito do poderio religioso para Marx, segundo Giddens (2008), foi a utilização do Cristianismo para conversão dos povos latino-americanos por colonos europeus que visavam conquistar e garantir os interesses dos grupos dominantes.

Segundo Sílvia Federici (2017), a bruxaria era considerada um crime cometido somente por mulheres. Mais de 80% das pessoas que foram julgadas e condenadas por esse crime entre os séculos XVII e XVIII eram mulheres. A autora relata que no século XVII as mulheres concebidas como bruxas começaram a ser acusadas e julgadas por crimes ligados à reprodução. Acreditava-se que elas eram responsáveis por propiciar a contracepção e o aborto nas mulheres. Presumia-se que as “bruxas” objetivavam colocar fim a capacidade dos humanos procriarem e que os fetos abortados eram ofertados ao demônio. Para Federici (2017), a perseguição contra as mulheres que eram consideradas bruxas não foi maior que nenhuma outra em toda a história, e fomentou nos homens o medo do poder das mulheres pois acusação de bruxaria tinha como objetivo pôr fim a coesão social feminina. Então, iniciava-se um processo no qual as mulheres passam cada vez mais a ter seus corpos, seu trabalho, sua capacidade sexual e reprodutiva controladas pelo Estado. Assim como Federici, Nogueira (1991) afirma que a bruxaria, com o imaginário que se criou sobre a perversidade “natural” feminina para o mal, foi o maior discurso misógino já elaborado pelo Ocidente Cristão. Clark (2006), também afirma que no início da Europa²⁴ moderna as mulheres eram as principais suspeitas e acusadas de crimes de bruxaria, e endossa que a história da bruxaria é uma história das mulheres.

Ginzburg (1986) mostra, baseado em Foucault, que mais importante que se refletir a respeito dos excluídos, é refletir sobre os processos que geraram a exclusão. Para Bourdieu (2005), sistemas simbólicos como a religião, são veículos de poder e política que agem nas estruturas sociais causando hierarquia, integração e/ou segregação. Baseado nas ideias de Weber e Marx, o autor afirma que a religião possui a função de conservação da ordem social, legitimando o poder dos dominantes sobre os dominados. Assim ocorreu a transformação do saber mágico/mítico dos povos primitivos em uma religião racional por apropriação de corpo de especialistas pertencentes à classe dominante. Então o capital (para usar uma categoria deste autor) religioso que outrora era difundido entre todos os membros da sociedade, passou a ser concentrado nas mãos de um determinado grupo da elite:

²⁴ Um dos grupos de mulheres perseguido pela acusação de bruxaria foi o das *Beguinas*. Eram mulheres que viviam juntas, nas regiões da Alemanha e de Flandres, por meio de esmolas e de recursos adquiridos através de seus trabalhos como tecelãs e cuidadoras (*care*). Pelo fato de não possuírem nenhum vínculo religioso eram consideradas mulheres livres e, por isso, perigosas. (PERROT, 2007)

“Toda prática ou crença dominada está fadada a aparecer como profanadora na medida em que, por sua própria existência e ausência de qualquer intenção de profanação, constitui uma contestação objetiva do monopólio da gestão do sagrado e, portanto, da legitimidade dos detentores deste monopólio.” (BOURDIEU, 2005, p. 45).

Nesta mesma direção, Nogueira (1991) afirma que foi a elite dirigente que criou uma mitologia tida como demoníaca no Cristianismo, fazendo com que a mulher fosse estigmatizada como bruxa. Portanto, para além da concepção sexista de que o homem é superior a mulher, construiu-se também o pensamento de que a mulher é a origem do mal e a porta direta para o pecado. Ruether (1993, apud Santos, 2018), destaca que os textos mais utilizados pela igreja para a construção da ideologia a respeito do mal feminino foram Gênesis 2 e 3.

É importante destacar que, a ideologia de culpabilização feminina pela origem do mal e do pecado, construída pelos patrísticos medievais, contribuiu para que as mulheres fossem excluídas dos espaços de poder e impedidas de exercer o sacerdócio. (FIORENZA, apud SANTOS, 2018, p. 350). Em 1987, durante um programa de rádio, o bispo anglicano Graham Leonard afirmou o sacerdócio não podia ser concedido às mulheres pois elas causariam distração no altar. O bispo mesmo afirma, ainda, que o seu instinto quando olhasse para ela, seria tomá-la em seus braços. Ele também acrescentou que, pode ocorrer atração sexual entre as sacerdotisas e os membros congregacionais e que, assim como em outras esferas sociais, na religião “é o homem quem toma a iniciativa e a mulher quem recebe”. (JENKIS, apud Giddens, 2008, p. 548). Fica evidente, diante destes elementos, a crença a respeito da mulher como origem do mal ou porta para o pecado, a partir de uma perspectiva cristã, ainda reverbera concepções e atitudes machistas tal qual a do bispo.

François Poulain²⁵ defendia que a desigualdade entre os sexos é uma questão meramente cultural, sendo o costume o único fator que impede as mulheres de ocuparem

²⁵ François Poulain é tido como um dos precursores do Iluminismo e da teoria da igualdade, e para ele a desigualdade entre os sexos era uma questão exclusivamente cultural. Embora as diferenças físicas sejam incontestáveis, alegava que mulheres e homens são igualmente nobres e capazes pois seus espíritos são sua

cargos tidos como masculinos. Alertou que a educação era o único meio para a superação da desigualdade de gênero e que as mulheres podiam ser chefes de estado, rainhas, ministras ou mesmo líderes religiosas desde que estudassem para desempenhar tais funções (FERRARO, 2019b). Mas somente a partir do ano de 1992, foi permitido o sacerdócio feminino na Igreja Anglicana na Inglaterra (Giddens, 2008). Já no Brasil, embora as teólogas católicas ainda não tenham conquistado o sacerdócio²⁶, a autorização para ordenação de mulheres protestantes, segundo Rohden (1997), teve início na igreja Exército da Salvação, de matriz pentecostal, em 1922. Esta foi uma das primeiras igrejas a efetuar o ordenamento feminino. Posteriormente, em 1958, a igreja Evangelho Quadrangular também iniciou a prática.

Entretanto, Machado (2005) destaca que embora já existam pastoras até mesmo na Assembleia de Deus – tida na esfera religiosa evangélica como uma das denominações mais tradicionais – ordenamento feminino não ocorreu somente por conta de reivindicações femininas, mas sobretudo porque havia a necessidade de pessoas para liderarem igrejas. Nas palavras da autora:

“(...) é importante deixar claro que nem sempre as mudanças nas hierarquias eclesiais resultam das reivindicações e da pressão das mulheres que as integram. Fatores de outra natureza, como por exemplo o acirramento da competição e o reduzido número de homens para o sacerdócio podem ter favorecido a adoção do pastorado feminino em algumas igrejas. Assim, torna-se imprescindível o exame dos critérios e dos mecanismos mais comuns de ascensão das mulheres para se avaliar o impacto das propostas feministas de maior equidade entre gêneros nas agremiações pentecostais.” (MACHADO, 2005, p. 391).

verdadeira essência e esse, por sua vez, não tem sexo. Por isso defendia o que as mulheres deviam ter direito a educação básica e superior. (FERRARO, 2019b).

²⁶ É importante ressaltar que foi mediante o surgimento do movimento feminista que as mulheres começaram a exigir da igreja o sacerdócio feminino, sob a alegação que elas também eram a imagem e semelhança de Deus. Essa reivindicação foi negada e, em 1977, a sagrada Congregação para a Doutrina da Fé (em Roma) reafirmou a posição da igreja católica contra o sacerdócio feminino, alegando que Jesus não chamou nenhuma mulher para ser discípula dele (Noel, apud Giddens, 2008, p. 547). O sacerdócio feminino foi e é negado às católicas pois admitir o lugar de poder da fala feminina, para as autoridades eclesiais católicas, significa ir contra a toda estrutura do patriarcado e contra a crença de que o poder de Deus foi confiado somente aos homens (ROHDEN, 1997).

Para Rohden (1997, apud SAMPAIO, 1989), o foco da luta teológica cristã e protestante feminista, consiste exatamente na disputa pelo ordenamento pastoral. A respeito da disputa pelo poder eclesial, Bourdieu (2007), afirma que “o conflito pela autoridade propriamente religiosa entre os especialistas (conflito teológico) e/ou o conflito pelo poder no interior da Igreja conduz a uma contestação da hierarquia eclesiástica”. (BOURDIEU, 2007, p. 62). Ou seja, o objetivo das teólogas é acessar o lugar de poder, o lugar de fala. Visto que acessar o lugar de fala “seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia” (RIBEIRO, 2017, p. 90).

Rohden (1997) destaca que o processo de ordenamento do pastorado feminino no Brasil teve início dentro das faculdades de teologia por parte das próprias estudantes. A pesquisadora revela que o corpo docente, composto por professores formados por uma tradição neoliberal americana, não possuía conhecimento a respeito da teologia da libertação e conseqüentemente, não tinham conhecimento sobre a teologia feminista que começou a ser construída por conta da ausência de debates em relação ao gênero na teologia da libertação, visto que: “A teologia da Libertação não assumiu essa reivindicação da inclusão das mulheres” (ROHDEN 1997, apud Nunes, 1992, p.80).

Entretanto, a estrutura social continua sendo a mesma. Ou seja, patriarcal e machista, expondo as mulheres a situações constrangedoras, humilhantes e/ou amorais tanto dentro dos espaços religiosos quanto na sociedade, fazendo com que o desrespeito e o preconceito contra elas se tornem evidentes. Frequentemente as pastoras muitas vezes são nomeadas para lugares distantes e/ou nos quais exista poucos membros e recursos. As dificuldades vivenciadas pelas pastoras também não ocorrem somente entre elas e o escalão religioso, mas também entre elas e os fiéis. Há também exemplos de humilhações sofridas por teólogas ainda no período de formação. (ROHDEN, 1997)

Uma das entrevistadas por Rohden (1997), conta que as teólogas eram motivo de piada dentre os colegas de curso do sexo masculino. Eles afirmavam que elas só estavam naquele curso (teologia) estudando para “arrumar marido”, “para ser mulher de pastor”. Entretanto, para além de machistas, esses discursos se reverberavam na prática visto que de fato ascensão das mulheres a lugares de poder muitas vezes ocorria por meio do casamento. Visto que, quando há mulheres pastoras nas igrejas geralmente seus maridos também são pastores ou ocupam altos cargos nas mesmas. Desse modo, quando há em uma igreja homem

e mulher que são pastores, a pregação ocorre de maneira conjunta como forma de manter autoridade sobre a mulher por meio da censura de sua fala (MACHADO, 2005). Porém, houve alunas de teologia que decidiram não abrir mão do lugar de poder e para construírem sua credibilidade e não serem estigmatizadas, optaram por não ter relacionamento íntimo durante o período de formação do curso. Abster-se de namorar era uma de suas formas de militância e de demonstrar em seu meio a responsabilidade para com o desejo de estabelecerem e de serem respeitadas em sua profissão. Para isso, além de abdicarem de relacionamentos pessoais, a entrevistada e suas colegas de curso começaram também a produzir reflexões que lhes afirmassem enquanto pastoras.

Em uma perspectiva mais ampla, as desigualdades, preconceitos e humilhações sofridas pelas pastoras seriam a resposta da estrutura em relação ao choque que recebem através do poder da mudança promovido por elas. Isto é, são ações masculinas motivadas pelo medo da completa destituição de poder do sagrado mediante questionamentos femininos que confrontam e desqualificam as explicações bíblicas hegemônicas a respeito do poder patriarcal como sendo vontade/herança divina.

“O reconhecimento da produção significa a admissão de que a teologia produzida por essas mulheres é competente e válida para a igreja. Só que ‘ser válida para a igreja’ significa ser válida para os homens da Igreja, já que são eles que assumem os lugares privilegiados do magistério eclesial. Em termos oficiais, a ‘Teologia Tradicional’ foi produzida e gerenciada por homens, em geral por celibatários, não havendo lugar para um enfoque feminino. Dentro desse quadro de dificuldade de transformação, as teólogas percebem que já conseguiram alguns avanços, mas sua produção continua sendo vista com reservas. Em algumas situações, se nota até uma ‘discriminação positiva’, no sentido de criar um lugar para as mulheres se expressarem, mas um lugar a priori determinado.” (ROHDEN, 1997, p. 77).

Percebemos que não havia, e ainda não há por completo, credibilidade nas palavras e nas produções femininas. Por isso, em nossa concepção, é relevante analisar a luta feminina pela inserção das mulheres nos espaços de poder, que objetiva a desconstrução da hierarquia de gênero. Visto que a religião é um importante elemento ideológico, percebemos que ela opera como uma das lentes de enfoque responsáveis por conceder aos indivíduos a visão que eles têm em relação ao mundo e em relação a eles próprios no mundo (GIDDENS, 2008). Segundo o autor: “Até mesmo as concepções sobre tempo e espaço foram construídas a partir da religião. Isso nos mostra que a religião não é uma questão meramente de fé, ela condiciona a forma dos indivíduos pensarem.” (DURKHEIM, apud GIDDENS, 2008, p. 541).

A respeito da influência da religião sobre as concepções, ações e valores individuais e coletivos, Bourdieu (2007), afirma que esta se constrói por meio da compreensão de seus mitos e ritos, ou melhor, por meio da apreensão de suas formas simbólicas que ocorrem através da linguagem. O autor mostra, por meio de Durkheim, que os sistemas simbólicos são estruturados através de uma lógica de inclusão e exclusão classificatória, nos quais as funções sociais e as representações coletivas são ordenadas de modo hierárquico, tendo importância e poder como parâmetros de construção do ordenamento social. Para Bourdieu (2007), tanto Durkheim quanto Marx Weber, afirmam que a religião seria a responsável por manter a ordem social e por garantir tanto o poder dos dominantes quanto a obediência dos dominados. Ou seja, há uma relação entre as estruturas de pensamento e as estruturas sociais. Nas palavras do autor:

“A religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural sobrenatural do cosmos.” (BOURDIEU, 2007, p. 33-34).

Teólogas feministas acreditam que o texto bíblico foi escrito de modo patriarcal propositalmente para negar igualdade as mulheres e promover a exclusão das mesmas dos espaços religiosos de poder. As teólogas feministas trabalham agora de modo a encontrar indícios prováveis da ocorrência da alteração (SANTOS, 2018, p.351). Diante disso, presumimos ser extremamente importante a desconstrução da concepção bíblica patriarcal sobre as mulheres pois esta influenciou na construção e no ordenamento social até os dias de hoje, visto que homens nascem com direitos fundamentais garantidos por concepções culturais, ao passo que mulheres não possuem o mesmo privilégio. Elas necessitam primeiro conhecê-los para, então, lutar pela tentativa de tomar posse deles e, mesmo assim, muitas vezes os direitos não são conquistados em igual medida.

Para Rohden (1997), as teólogas pós-coloniais Kowk Pui-lan e Musa Dube, as teologias interpretadas de modo machista e fundamentalista pois têm o respaldo do poder colonial patriarcal que a legitima e a sustenta. Segundo a mesma pesquisadora, a teóloga Elsa Tamez, também alerta que embora a teologia da libertação tenha sido produzida para criticar o caráter colonial da religião, a discussão perpassa o fator econômico e se estende a necessidade de debater questões sobre gênero. Para a autora, dignidade e respeito deviam ser inerentes a todos os seres humanos, entretanto, esses atributos não abarcam todos os indivíduos da mesma forma. Rohden (1997), afirma que para Tamez, é necessário que, mediante a interpretação feminista da Bíblia, identifiquem-se os mecanismos pelos quais as relações de poder são construídas e fomentadas por meio da cultura para que o sistema de opressão seja desconstruído, e desse modo, todos os indivíduos possam ter acesso a direitos fundamentais da mesma forma. Por isso, as primeiras teólogas protestante desejavam desenvolver um ministério pastoral que fosse ecumênico, popular e que apoiasse as mulheres a partir de um método de interpretação chamado “Leitura Popular da Bíblia²⁷”, que consiste na comparação dos textos das escrituras, tidas como sagrada, com a prática e as experiências de vida dos fiéis (ROHDEN, 1997).

Entretanto, feministas seculares não creem que é possível haver subversão da ordem dentro da estrutura religiosa. Para elas a religião é um espaço de opressão²⁸ feminina

²⁷ (SANTOS, 2018).

²⁸ Rosado-Nunes(2001, apud ROCHEFORT, 2004).

no qual o pensamento patriarcal retroalimenta as diferenças sexuais e reafirma as obrigações sociais de gênero. Rosado-Nunes (2001), destaca que para o feminismo, a religião é apenas uma forma de controlar as mulheres e de mantê-las em posição de subordinação, tanto na sociedade quanto na religião. Santos (2018), afirma que ainda é grande o estranhamento das pessoas em relação ao fato de uma mulher ser cristã e também feminista. Segundo ela, é comum nos ambientes feministas as pastoras e teólogas serem questionadas a este respeito, e também é comum que pastoras e biblistas sejam questionadas também sobre o porquê da continuidade da utilização da Bíblia, visto que para as feministas este é um livro opressor. Para a autora, este tipo de questionamento em relação a utilização da Bíblia vem por meio de feministas tidas como “radicais” ou “pós-cristãs”, ou seja, feministas que romperam completamente com a religião e rejeitam a Bíblia por entenderem que este livro é manifestação do patriarcado que tem por objetivo dominar e oprimir as, mulheres. Entretanto, há também quem pense o contrário. Como por exemplo, “feministas reformistas”. Para as teólogas Letty Russel, Rosemary Reuther e Phyllis Trible a Bíblia não é completamente machista e androcentrada, pois é possível encontrar passagens libertadoras que promovem o feminismo (FIORENZA, apud SANTOS, 2018). Seria, segundo elas, necessário interpretar a Bíblia objetivando, no mesmo campo de disputa, findar as opressões, violências e construir uma religião igualitária e, portanto, mais justa. Porém, não desejamos fazer uma leitura enviesada do campo levando em consideração somente a perspectiva baseada em um modelo hegemônico de mulher e sua fé. Para isso, voltamos o nosso olhar para as produções do Sul a fim de enriquecer nossa discussão com diferentes perspectivas de análise.

Roese (2015), diante de uma perspectiva de análise do Feminismo decolonial, critica as teorizações do chamado feminismo branco. Ou seja, o feminismo produzido na Europa e nos Estados Unidos. Em concordância com a autora, Ballestrin (2017, apud Conenell 2015; Brambra 2014), defende que as teorias do sul²⁹ não aceitem a produção eurocêntrica³⁰ da ciência como sendo verdade absoluta de análise dos fatos ocorridos tanto na Europa quanto em todo o mundo. A autora, constrói suas críticas a partir da constatação de que o feminismo eurocêntrico toma por sujeito as mulheres brancas e heterossexuais como se

²⁹ Segundo a autora, as teorias do sul são a sociologia terceiro-mundista, as filosofias “latino-americana” e “africana”, os Estudos subalternos asiáticos e os estudos pós-coloniais.

³⁰ Para a autora, os estudos que questionam a abordagem das pesquisas eurocêntricas o fazem sobre a justificativa de que não há apenas uma visão única sobre o mundo.

fossem sujeitos universais. Segundo Ballestrin (2017), embora esse modelo de mulher seja hegemônico por conta da força da produção europeia, ele não abarca a totalidade das mulheres e suas diversas experiências nos países periféricos e por isso deve ser criticado e subvertido. A autora trata então, inspirada nos estudos de Spivak, da construção de um feminismo subalterno que considere a existência das diferentes mulheres, suas vivências e necessidades. Segundo ela, o início da produção dos estudos referentes ao feminismo subalterno datam de 1980 sobre os termos de Feminismo Terceiro-mundista e Pós-Colonial.

Para Ballestrin (2017), o feminismo subalterno tem a capacidade de desconstruir sólidas teorias feministas eurocêntricas e representa diferentes movimentos feministas³¹. Em concordância, Roese (2015) afirma que há uma imensa heterogeneidade de sujeitos femininos, e por conta da variação de classe e raça, há também uma variedade de vivências que abarcam também diferenciação nas experiências tidas por essas diferentes mulheres³² com a religião. Logo, para esta autora, a religião hegemônica, instrumento de colonização, deve ser transformada de acordo com as vivências das múltiplas mulheres pois a religião abarca todas as esferas da vida.

Woodhead (2002), parte do princípio de que é preciso estudar a condição do gênero dentro religião para além de atribuições valorativas de cunho positivo ou negativo e afirma que a religião deve integrar todas as esferas da vida dos indivíduos. A autora alerta que não se deve tratar as mulheres como marionetes do patriarcado e sim como agentes racionais que podem tentar reformar a religião tradicional através da reivindicação de direitos e oportunidades mais igualitárias. Embora boa parte da teoria feminista não acredite que seja possível haver libertação das mulheres dentro de uma organização liderada por homens (ROSADO-NUNES, 2001), quando se trata de opressão, as mulheres criam formas de não cumprir os dogmas e, desse modo, subvertem a religião e a moldam³³ de acordo com suas necessidades cotidianas. Também Weber, segundo Giddens (2008), aponta que a religião pode não ser uma força exclusivamente conservadora, ou seja, os escritos bíblicos não são utilizados somente para perpetuar a ordem anteriormente instaurada, mas também para

³¹ Para Ballestrin (2017), os diferentes movimentos feministas representados pelo Feminismo Subalterno, para mencionar alguns exemplos, são: feminismo terceiro-mundista ou pós-colonial, feminismo negro, feminismo indígena, feminismo comunitário, feminismo latino-americano, feminismo islâmico, feminismo decolonial...

³² Negras, brancas, heterossexuais, homossexuais, indígenas, ricas, pobres, transgênero...

³³ No capítulo 3 veremos como as Feministas Evangélicas estão se relacionando com a religião após a descoberta do feminismo.

contribuir com a subversão da ordem em vigor. Também em relação as Feministas Evangélicas percebemos que, como aponta Rosado-Nunes (2001), nem sempre a religião funciona como força normatizadora, ela pode agir também como força mobilizadora e de resistência das mulheres contra o poder das lideranças religiosas. As teologias de libertação feministas, por exemplo, surgiram a partir de concepções religiosas reinterpretadas que propiciaram empoderamento às mulheres que outrora estavam em condição de subordinação (ROSADO-NUNES, 2001). Essa apropriação da religião pelas mulheres têm sido justamente o grande protagonismo das mulheres no século XXI (ROESE, 2015). Identificamos em nosso campo, tal qual alerta Roese (2015), que as mulheres estão mudando a forma de praticar a religião e de se relacionar com o divino, agindo de modo mais autônomo e individual, como veremos no capítulo 3.

Por termos feito alusão a nosso objeto trazendo-o para a discussão, seguimos a recomendação de Roese (2015), segundo a qual a religião que se pretende estudar, deve ser pesquisada através da ótica dos próprios sujeitos a respeito de suas vivências nela. Em outras palavras, para essas autoras, a definição de religião para um grupo está pautada na experiência vivida por ele na prática da mesma. A partir de entrevista com as feministas evangélicas, identificamos que elas defendem uma leitura bíblica contextualizada e historicizada que dignifique e legitime a vida humana. Sobretudo vidas femininas, visto que mulheres estão expostas a vivências cujas os homens não experienciam, como violência³⁴ de gênero e aborto por exemplo. É com o foco em defesa da vida das mulheres que as feministas evangélicas realizam trabalhos de conscientização em relação à violência doméstica e a necessidade da legalização do aborto. Elas se preocupam com essas duas principais questões pois muitas mulheres no meio evangélicos são orientadas por seus pastores a não denunciarem seu companheiro e resolverem o problema por meio da oração, como mostraremos nos capítulos seguintes.

De modo categórico, as feministas evangélicas destacam que as mulheres são vítimas de uma estrutura patriarcal que as oprime e as dominam por meio da introjeção de culpa em suas mentalidades. Seu trabalho então se constrói em prol da desconstrução dessa lógica de culpabilização ao pregar um evangelho acolhedor e não punitivo, que tem o amor e

³⁴ Quando utilizamos o termo violência de gênero estamos nos referindo a toda forma de violência sofrida pelo gênero feminino. Ou seja, toda atitude violenta (seja ela verbal, psicológica, emocional, física, sexual...) exercida pelo homem sobre a mulher.

a compreensão como referência. Camila Mantovani, feminista evangélica e ativista, afirmou em um vídeo³⁵ publicado no *Youtube* que em sua concepção “O reino de Deus é feito por justiça e para justiça”, neste sentido, ela justifica que feministas evangélicas defendem a igualdade de gênero pois para elas a igualdade significa justiça.

No cenário brasileiro, os presbiterianos foram os primeiros a investirem na educação feminina, o que causou divergências dentro da denominação pelo fato de uns acharem que o objetivo era converter as pessoas e outros acharem que o principal objetivo era educar para civilizar (MENDONÇA, 2005). Muitas mulheres cristãs, e também mulheres evangélicas foram precursoras da luta feminista. Em 1848, por exemplo, já havia na França aquelas que lutaram pelo direito ao voto, defendiam a laicidade, a igualdade profissional e até mesmo a concepção; além de frequentarem liceus e universidades evitados por famílias católicas (PERROT, 2007). Já no Brasil, temos Cecília Siqueira, que se declarava presbiteriana e lutou em favor do voto feminino na década de 1920. Seu nome deu origem ao Departamento Cecília Siqueira que realiza ações sociais e luta pela dignidade feminina tanto nas igrejas quanto na sociedade (MAFRA, 2001).

Um dos principais motivos alegados para interditar a instrução feminina foi a concepção do conhecimento como algo sagrado por ser considerado herança de Deus, destinada somente aos homens (PERROT, 2007). Entretanto, a reforma protestante revoluciona essa concepção de exclusão quando defende e pratica que tanto homens quanto mulheres devem ser instruídos para que possam ler a bíblia. “A instrução protestante das meninas teria consequências de longa duração sobre a condição das mulheres, seu acesso ao trabalho e à profissão, as relações entre os sexos e até sobre as formas do feminismo contemporâneo”. (PERROT, 2007, p. 91).

Schwengber et al (2019), apontam que a aprendizagem ocorre à medida que os indivíduos são receptivos a novas experiências. Neste sentido vemos a educação superior como uma contribuição fundamental de transformação das Feministas Evangélicas, agindo como um divisor entre o eram e o que se tornaram. Tais mudanças, como veremos com mais detalhes no capítulo 3, fizeram com que a maior parte delas deixasse de praticar uma fé institucionalizada. Em entrevista, algumas mulheres apontam que saíram de suas igrejas pelos

³⁵ Disponível em: <https://youtu.be/DIML0-nDII> <<Acesso em: 02/02/2019>>

mais variados motivos³⁶. Algumas afirmam terem descoberto que o contato com Deus é direto, portanto, ocorre independentemente se elas estiverem na igreja ou não. E outras afirmam que têm feito em suas residências encontros com objetivo de praticar estudos bíblicos junto com outras fiéis que também deixaram suas igrejas. Destacamos também que houve uma mudança na visão que as feministas evangélicas têm se si mesmas enquanto mulheres detentoras de desejos, vontades e pensamentos próprios que divergem dos dogmas pregados pela igreja. Muitas das entrevistadas afirmam ainda que nunca foram tão felizes como são atualmente, após a ruptura com suas comunidades confessionais.

Sobre a evasão de fiéis das religiões evangélicas, Mariano (2013), afirma:

“De 2000 a 2010, os evangélicos cresceram cinco vezes a mais do que a população brasileira: 61,4% contra 12,3%. Com isso, ampliaram seu rebanho em 16 milhões de adeptos, saltando de 26,2 para 42,3 milhões, compostos por 7,7 milhões de evangélicos de missão, (4% da população), 25,4 milhões de pentecostais (13,3%) e 9,2 milhões de evangélicos não determinados (4,8%).” (MARIANO, 2013, p. 124).

Segundo Mariano (2010), sete denominações evangélicas perderam fiéis e houve o aumento da categoria dos evangélicos não determinados³⁷ no período de 2000 a 2010. Isto é, indivíduos que nascidos em famílias evangélicas ou não, deixam de frequentar suas igrejas embora mantenham a prática de suas crenças religiosas na esfera privada. Para o autor, o peso relativo do protestantismo está diminuindo por conta da imposição institucional no que tange à moralidade e costumes, por conta da difusão do individualismo e da conquista da autonomia

³⁶ Algumas fiéis deixaram de frequentar a igreja pois relatam ter sofrido alguns preconceitos racial e de classe, discordância em relação ao o que pregam as lideranças religiosas, falta de solidariedade de outros membros para com suas necessidades (uma mulher conta que percebeu que os demais membros da igreja estavam incomodados com o choro de seu bebe), a falta da oportunidade ou proibição de debater sobre assuntos referentes à política e a gênero também foram mencionados. Indicamos que os relatos podem ser encontrados na íntegra na sessão de anexos.

³⁷Para o autor, o perfil dos evangélicos não determinados é composto por indivíduos provenientes do protestantismo e do pentecostalismo devido ao seu nível de escolaridade.

(ou da elevação da renda) por conta da aquisição do ensino superior e das oportunidades criadas de emprego formal pelo mercado devido à melhora na economia³⁸. O autor afirma ainda que, se o pentecostalismo atua em áreas nas quais os indivíduos são mais necessitados os empoderando, a conquista da autonomia pode fazer com que o poder da religião sobre os indivíduos deixe de ser exercido, contribuindo para o aumento da evasão de fiéis das igrejas. Embora não tenhamos os dados quantificados separadamente por gênero, Machado (2005) nos diz que os pentecostais são em maioria compostos por mulheres.

Guedes (2008), sustenta que as identidades femininas estão sendo cada vez menos articuladas ao mundo doméstico. A autora afirma que a resposta é justamente o acesso à educação formal, que funciona como um condutor que amplia o seu universo de escolhas femininas. Reitera que ter mais instrução permite inclusive que ocorra mudança nas relações simbólicas entre homem e mulher, conferindo assim mais poder à mulher dentro das relações, visto que casar e ter filhos não é mais um destino evidente. Passam a ser, portanto uma entre outras escolhas, que podem ser adiadas de acordo com as necessidades e prioridades da mulher, ou podem até mesmo não ocorrer. Nas palavras da autora:

“O avanço dos processos de escolarização e inserção feminina no mercado de trabalho na maior parte do mundo tem sido concomitante ao declínio das taxas de fecundidade, chegando, em alguns países, a patamares abaixo dos quais a população não consegue mais se reproduzir, ou seja, 2,1 filhos por mulher.” (GUEDES, 2008, p. 51)

Logo, identificamos que a visão das mulheres em relação à igreja, a seus líderes religiosos as interpretações sobre a bíblia e até sobre si mesmas está mudando devido ao alto grau de escolarização adquirido. Na mesma direção, encontramos um estudo de Machado et al. (2009) sobre gênero, geração e classe no qual as autoras afirmam que a aquisição da educação superior fez com que a terceira geração de mulheres da mesma família tivesse

³⁸Não podemos deixar de pensar que essa melhora se deu por conta dos governos Lula. Entretanto, não acreditamos em um retrocesso no que toca o ideal feminista e ao ideal feminista evangélico, mesmo em meio a crise gerada pelo Golpe de 2016, pois estes já se fazem presentes fora dos muros das Universidades e são exortados na internet.

vivências e perspectiva de vida diferente e melhores que as duas gerações anteriores (mães e avós). Para as autoras: “é no segmento das mulheres economicamente ativas e com maior nível de instrução que as representações de gênero tradicionais tendem a ser mais questionadas e onde existe a maior probabilidade de revisões nas identidades femininas.” (MACHADO, 2009, p. 370).

Através da educação formal adquirida, a mulher, para além de começar a se reconhecer como indivíduo, passa a enxergar as opressões e explorações de gênero que possam existir em todas as relações. Então a mulher escolarizada desenvolve uma racionalidade crítica e não toma para si de modo obrigatório o desempenho de todas as funções que, diante da perspectiva dos tradicionais papéis de gênero³⁹, espera-se que sejam socialmente desempenhadas por ela. Para Machado et al (2009), até mesmo em meio a mulheres de camadas populares está crescendo o sentimento/pensamento individualista. Ainda que as mulheres de camadas mais pobres não tenham as mesmas possibilidades das de camada média, a concepção de autorrealização feminina passa a não ser apenas mãe, esposa e ficar circunscrita à esfera doméstica.

Rosado-Nunes (2017) afirma que para o feminismo, o gênero⁴⁰ são as diferenças sexuais socialmente construídas. As diferenças orientam os sujeitos sobre a organização e o funcionamento da realidade social, fazendo com que seja inteligível o seu lugar, bem como os dos demais, no mundo. Entretanto, dentro de ambientes cristãos e diante de indivíduos que possuem uma perspectiva tradicional da realidade social, essas mudanças de atitudes femininas em relação ao desempenho dos tradicionais papéis de gênero estão causando desconforto e até mesmo confronto entre as feministas evangélicas e organizações religiosas.

Os ambientes eclesiais pregam que, homens e mulheres são diferentes e, portanto, devem desempenhar atividades e arcar com responsabilidades de acordo com o que foi socialmente concebido para seus sexos. Ou seja, segundo a autora, aos homens foi instituído o poder do governo da sociedade e as mulheres foi designado a obrigação social da reprodução e da domesticidade. Para Engels (1975), o início da submissão feminina em relação a

³⁹ “No que se refere às relações de gênero, percebe-se que a crescente participação feminina no mercado de trabalho e a ampliação do nível de instrução favorecem a autonomia e a independência das mulheres diante dos homens e, conseqüentemente, uma revisão no sistema de autoridade dos grupos domésticos.” (MACHADO et al, 2009, p. 370).

⁴⁰ Para Donna Haraway: “gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta.” (HARAWAY, 2004, p. 211).

masculina teve início com o advento da família e se solidificou enquanto estrutura com o firmamento do contrato social. Segundo Pateman (1994), na época em que o contrato social foi pensado, somente os homens eram capazes de participar do contrato. Porque dentre tantas características masculinas vistas como positivas e necessárias à plena cidadania, a mais importante delas era ser responsável em si mesmo. Portanto, os homens eram considerados indivíduos pois pertenciam a eles mesmos. Ao passo que as mulheres não eram inseridas em tal categoria por não serem legalmente responsáveis por si. Os teóricos clássicos afirmavam que as mulheres não possuíam capacidades e atributos de indivíduo, portanto não eram contempladas com a liberdade natural que os homens possuíam.

Por conta de sua diferença sexual, que as inferiorizavam, as mulheres não tiveram direito à liberdade que o contrato poderia garantir-lhes. Foram impedidas de exercer o direito à livre expressão de suas vontades políticas e foram lançadas na esfera doméstica, na qual os homens tinham pleno direito sobre seus corpos. Até a década de 1980, por exemplo, o homem tinha direito ao sexo mesmo que esposa não desejasse, o que configura um cenário no qual o estupro dentro do casamento não fosse reconhecido por lei. É neste sentido que Birolli (2013) afirma que “O corpo é o que as relações concretas e o ambiente social permitem que ele seja” (BIROLLI, 2013, p.88), pois o corpo dos homens não sofre interferências, impedimento e violações como o corpo das mulheres. O desrespeito para com o corpo das mulheres, autorizado e legitimado pela legislação brasileira, é um reflexo de que elas não são consideradas indivíduos nos mesmos termos.

Para além da obrigatoriedade sexual, ao serem relegadas a esfera doméstica, as mulheres também foram incumbidas de cuidar da casa, dos doentes e dos filhos desempenhando as atividades que hoje são conhecidas como reprodução social e “*care*”. Para Kergoat (2009), os homens foram incumbidos de trabalhar na esfera pública (devido a sua força, por exemplo) e mulheres na esfera privada (devido crença que se tinha em sua fragilidade e “natural” capacidade de amar e cuidar). Segundo a autora, o trabalho doméstico não remunerado há tempos é efetuado pelas mulheres de modo invisível, sob a justificativa da “natureza feminina” e do amor materno. Para Bila Sorj (2014), na sociedade, o *care* se apresenta como um problema/obrigação de mulheres. Veremos com mais detalhes no capítulo 3 a partir do Projeto Godllywood, Culto das Princesas e do Congresso de mulheres diante do Trono como ocorre no meio evangélico a construção de uma identidade feminina dócil

orientada a formação e manutenção da família, bem como o desestímulo ideários feministas que contribuem para a formação identidades individualistas.

Para Haraway (2004), gênero é um conceito desenvolvido para analisar os sistemas de diferença e reflete especialmente sobre a construção e classificação desses sistemas, contestando a naturalização da diferença sexual em muitas esferas da sociedade. Ou seja, as teorias feministas de gênero tentam identificar a opressão que as mulheres sofrem dentro de sua própria cultura por conta das diferenças de sexo e gênero, mostrando como o sistema de diferença sexual foi historicamente e socialmente construído colocando homem e mulher, um em relação ao outro, em posições de hierarquia, antagonismo e dependência mútua. Segundo a autora, a construção de relação social hierarquizada da diferença sexual que confere aos homens poder ideológico, sexual e político sobre as mulheres.

Para Joan Scott (2005), o feminismo trabalha, desde seu surgimento, pelo fim da exclusão das mulheres da política e dos lugares de poder, como exemplo nas igrejas, no caso da teologia feminista. Partindo da ideia de que a igualdade só pode ser efetivamente instaurada entre sujeitos que são considerados indivíduos, pois a igualdade pertence a indivíduos e não a coletividade, constatamos que a concepção de indivíduo segue um padrão que tem por modelo o homem branco, tal como ocorreu na construção do contrato social.

No campo da família, a mudança nas racionalidades femininas a respeito do cenário de cerceamento da realização dos desejos pessoais e acúmulo constante e gradativo de despesas, no que tange à concepção de um filho, que as mulheres estão postergando a vivência ou até mesmo relegando a ocorrência da maternidade. Como fatores agravantes, o pouco envolvimento de seus companheiros e quase nenhuma ajuda Estatal para desenvolver o trabalho reprodutivo, trazem ainda mais insegurança as mulheres no momento de optarem ou não por serem mães. Para Therborn (2006), o controle da fecundidade é uma das características da modernidade. A escolha de ter ou não um filho, ou ainda quando ter ou quantos ter, proporciona as mulheres a capacidade de se enxergarem como sujeito, o individualismo também é uma característica da modernidade.

É mediante a escolha das mulheres por postergação, ou até mesmo pela não realização, da maternidade em prol da busca por novos planos e vivências que o nosso olhar se volta para as mulheres como indivíduos e não mais como produto de um contrato, não mais como uma mãe por natureza, por obrigação. Rosado-Nunes (2017) afirma que as teólogas

cristãs convergem com boa parte das feministas no que tange à discordância da concepção social sobre a obrigatoriedade da realização maternidade para as mulheres. Elas não aceitam a condição biológica feminina seja um fator determinante para colocar as mulheres em lugares subalternos na ordenação social e eclesial. As mulheres exigem, e esta também é uma reivindicação notada nas feministas evangélicas:

“(…) o reconhecimento de sua capacidade moral de tomar decisões que consideram válidas dos pontos de vista ético e religioso; o reconhecimento de seu direito de decidir acerca de questões que afetem suas vidas e seus corpos; e o reconhecimento de que sua experiência de vida é apropriada para a reflexão religiosa. (...) Como alguém pode sentir-se uma pessoa quando aquilo que se acha mais próximo dela, seu próprio corpo, lhe escapa, tornando-se dependente de outras pessoas e ficando submetido à autoridade destas?” (ROSADO-NUNES, 2017, p. 74/75).

Como acabamos de ver, a mulher na sociedade, tanto na esfera religiosa quanto na secular dado ao caráter institucional patriarcal, é considerada inferior ao homem e o seu corpo é entendido como mero objeto reprodutivo. Entretanto, quando mulheres que se enxergam como indivíduo, talvez pela educação formal ao qual tiveram acesso, reivindicam o seu lugar, a sua liberdade e o seu direito político, ocorrem manifestações populares de repúdio. Pois o exercício da luta pela garantia de direitos femininos fere as moralidades sociais, então ocorrem agressões verbais como as reladas anteriormente. É importante ressaltar que quando as mulheres são fortes, independentes, subversoras e lutam por seus direitos são consideradas por religiosos tradicionais como “filhas do diabo” ou “bruxas”. Esse tipo de agressão ou classificação acusatória ocorre há muito tempo dado o machismo instaurado e manifestado na sociedade, entretanto, o mesmo opera de maneira ainda mais arraigada no meio religioso. Veremos no capítulo 2 como ocorre a atuação das feministas evangélicas na sociedade e como a população tradicional reage ao trabalho feito por elas.

CAPÍTULO II

ATIVISMO FEMINISTA EVANGÉLICO: ENTRE O MOVIMENTO SOCIAL E A RELIGIÃO

“Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio.”

(Conceição Evaristo)

1.1 A Voz Das Minorias: Ciberativismo Feminista Evangélico

O objeto das ciências sociais é histórico porque ainda que cada sociedade humana se construa e se organize em diferentes espaços e de modos distintos, todas as sociedades que são contemporâneas entre si compartilham de algum grau de semelhança (MINAYO, 2009).

Na era digital em que vivemos é possível afirmar que muitas sociedades compartilham experiências na rede. A respeito disto, pretendemos mostrar neste capítulo que a internet é palco e meio condutor de lutas sociais. E que se apropriam dela e beneficiam-se dela, principalmente, grupos minoritários que lutam por reconhecimento social. Portanto, nesta parte da pesquisa falaremos a respeito do surgimento das Feministas Evangélicas no ambiente virtual, de suas atuações dentro e fora dele e das divergências entre elas e indivíduos orientados por racionalidades tradicionais. Pois embora aparentemente antagônicos enquanto ideários, o feminismo entre mulheres evangélicas vem crescendo e nosso objetivo é mostrar que o ativismo no meio virtual assume papel importante ao ampliar as formas de expressão e

diálogo deste segmento que se identifica simultaneamente com ideais mais igualitários entre homens e mulheres e seguem sendo praticantes da religião evangélica.

Desde cedo, o movimento feminista percebeu a importância dos meios de comunicação no que diz respeito à conquista de visibilidade para suas causas. Entretanto, o movimento constatou também que os meios de comunicação sofrem marcada influência da dominação masculina. Portanto, a partir da segunda onda feminista, houve início da utilização de mídias alternativas pelas próprias mulheres, para defender suas pautas, suas lutas e combater os discursos dominantes. Segundo Woitowicz (2012), dentro deste contexto de necessidade de uma mídia que permitisse voz às mulheres de luta, surgiram os jornais “Brasil Mulher” (1975-1979), “Nós Mulheres” (1976-1978) e “Mulherio” (1981-1987), que estavam estritamente relacionados ao processo de oposição à ditadura militar. Após os anos de 1990, o feminismo encontrava-se circunscrito a ONGs e grupos de pesquisa, os jornais feministas enfatizam suas produções em temas de questões políticas, de saúde e demandas sociais. Aqui é possível citar alguns deles: os jornais Fêmea, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria; Fazendo o Gênero, do grupo Transas do Corpo; “Jornal da rede, da Rede feminista de saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e ”Folha Feminista”, da Sempreviva organização feminista” (WOITOWICZ, 2012, p. 06).

O feminismo passou a utilizar os meios comunicação alternativos como principal recurso estratégico para defesa e difusão de suas causas. Contudo, as formas de atuação e dinâmicas de articulação do movimento de mulheres no mundo todo mudaram bastante com o advento da internet nos anos 1990. Este processo, vivenciado por outros movimentos sociais, ganha expressão particular no movimento feminista em função desta nova ferramenta tecnológica se consolidar historicamente como um canal mais livre e eficiente, lugar de práticas e expressões coletivas.

Nos anos de 1990, diversos grupos feministas entraram na disputa pela garantia de expressão e espaço de seus discursos na internet. Um dos objetivos do movimento era instaurar e legitimar políticas de inclusão das mulheres no meio digital. Outro benefício propiciado pela internet foi a possibilidade de conectar diferentes grupos políticos em diversos lugares do mundo em torno de interesses comuns relacionados ao feminismo.

Para Castells (2013), aqueles que detêm o poder, geralmente o homem branco da classe dominante, constroem as instituições a partir de seus valores e interesses próprios. Os

indivíduos incorporam esses valores e símbolos por meio de coerção ou/e manipulação simbólica. Porém, onde há poder há também contrapoder. Como nos meios de comunicação massiva e hegemônica, as informações passam por uma seleção, sendo adaptadas ou simplesmente ignoradas e excluídas antes de serem publicadas, na internet a transmissão das notícias/narrativas ocorrem de maneira dinâmica e direta. O próprio portador da notícia ou do pensamento é capaz de propagá-la no meio virtual, fazendo com o conteúdo esteja disponível para toda a sociedade. Ou seja, as mídias digitais permitem que os indivíduos sejam protagonistas da própria vida ao serem capazes de produzir conteúdo que é disseminado na rede. A internet é, portanto, uma revolução frente a mídias de massa que faziam dos indivíduos meros receptores (MORAES, 2001; Miskolci, 2016).

Segundo Castells (1999), vivemos as transformações tecnológicas e sociais de modo imbricado. A sociedade e a tecnologia têm de ser compreendidas de maneira conjunta, pois uma influência e opera na outra. De modo que, para o autor, estamos vivendo em uma sociedade em rede de maneira *on-offline* produzindo, recebendo e compartilhando conteúdos o tempo todo.

A respeito da influência do meio *online* sobre o *offline*, Ortiz (2001), alerta que a linguagem escrita é capaz de se expandir a partir de um centro criador e repercutir para amplos universos. Neste sentido, é possível afirmar que a internet, também conhecida como mídia pós-massiva, é um novo espaço de comunicação universal e por vezes oposto à mídia tradicional. Visto que apesar de a mídia tradicional também se apropriar deste espaço para divulgar suas reportagens, ela não possui o domínio sobre todas as informações⁴¹ que circulam no ambiente virtual. Nesta perspectiva, a utilização da internet possibilita aos atores sociais, o que Castells (2013), em concordância com Moraes (2001), chama de autocomunicação. Pois traz autonomia para a criação e divulgação dos discursos e informes referentes as causas que defendem.

No caso do feminismo, é possível encontrar divulgação não só de informes referentes às próximas manifestações e articulações do momento, mas também conteúdo de carácter pedagógico que tratam de assuntos como: violência doméstica, legalização do aborto, questão racial, divisão sexual do trabalho, incentivo ao parto humanizado... entre outros. A

⁴¹ A perspectiva ruim a respeito da facilidade e da rapidez com que se divulga e se compartilha notícias na internet consiste em sua dubiedade, pois é cada vez mais frequente a presença de *fake news* propagadas na rede e pela rede.

abundância destes conteúdos permite uma difusão maior da informação e a criação de campanhas ou tópicos de discussão, em fóruns ou grupos virtuais em redes sociais, que não foram historicamente privilegiados em outros meios de comunicação.

Indivíduos com experiências pessoais semelhantes se mobilizam em prol do objetivo de reivindicar seus direitos a fim de melhorar a condição de vida do coletivo (TILLY, 2010). Por conta do sentimento de indignação coletiva também surgem os grupos e/ou comunidades virtuais. Dessa maneira, afirmamos que tanto o surgimento quanto a manutenção do movimento feminista evangélico no ambiente virtual refletem essa dinâmica. O primeiro espaço virtual de atuação das Feministas Evangélicas que tivemos conhecimento foi no grupo fechado intitulado Feministas Cristãs. Uma das criadoras do grupo Feministas Cristãs, afirmou em entrevista⁴² à *BBC News*, que o principal motivo para o surgimento do grupo foi a indignação que sentiam por conta da exclusão que sofriam nos espaços tradicionais de feministas seculares. Em entrevista a nós concedida, Ana destacou:

“Vez ou outra somos confrontadas por feministas não evangélicas que acreditam não ser possível a junção das duas ideologias. Assim como o feminismo negro, o feminismo trans, o feminismo LGBT, o feminismo evangélico nada mais é que o um recorte do olhar feminista a partir da experiência comum de muitas através da lente da fé cristã. Desse modo, independente da vertente feminista que melhor lhe representa, a mulher cristã evangélica aliará suas ideologias ao seu eu. Quando vemos que existe uma curiosidade genuína em entender nosso posicionamento, nos dispomos a esclarecer as perguntas/provocações. Quando não há interesse, dedicamos nosso tempo a coisas mais importantes.” (Ana)

Neste sentido, com o decorrer do tempo e do aumento da popularidade do grupo na rede, outras mulheres que se identificam evangélicas e feministas tiveram conhecimento e começaram a participar do grupo pois sentiam-se excluídas tanto pela comunidade eclesial

⁴² Disponível

<<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150729_salasocial_evangelicas_feministas_cc>>

<<Acesso em: 23/10/2017>>

em:

quanto pelas feministas seculares. Posteriormente, neste mesmo grupo, tivemos o conhecimento das páginas Evangélicas Pela Igualdade de Gênero, Frente evangélica pela legalização do aborto e projeto Redomas.

No tocante a redes sociais, para Rossini (2014), o *Facebook* é a rede social mais utilizada quando o objetivo é conquistar a mobilização social pois traz visibilidade para as lutas e, desse modo, faz com que as questões reivindicadas por grupos minoritários ou desfavorecidos se tornem temas de debate na esfera pública. Para a autora, o *Facebook* é a rede mais utilizada pelo fato desta disponibilizar dois recursos, criação de grupos⁴³ e eventos⁴⁴, que facilitam o agrupamento e a organização dos indivíduos em prol dos objetivos coletivos, por meio da realização de manifestações tanto na esfera virtual quanto na pública. Foram escolhidos para compor nossas análises a respeito das feministas evangélicas o grupo *Feministas Cristãs* e as seguintes páginas no Facebook: *Evangélicas pela Igualdade de Gênero*, *Frente Evangélicas pela legalização do aborto* e *Projeto Redomas*.

Nesses lugares virtuais, nos quais as feministas evangélicas se manifestam, encontramos um discurso alinhado com o movimento feminista, entretanto mostram-se como espaços articulados e instrumentalizados principalmente para o enfrentamento da violência de gênero sofrida pelas mulheres religiosas. Nestes ambientes virtuais, realizamos análise dos conteúdos e discussões suscitadas por diversos tópicos durante um ano. Em linhas gerais, tratam-se de fóruns onde as mulheres esclarecem, colhem e apoiam umas às outras mencionando suas ideias e expondo sua militância através de uma interpretação da bíblia tida por elas como não machista, na qual vê-se um Cristo amoroso e não punitivo. Neles, identificamos que as mulheres que se afirmam evangélicas e feministas estão reforçando a luta pelos direitos femininos e contribuindo para o empoderamento de seus pares de fé. É importante destacar que o grupo *Feministas Cristãs*⁴⁵ é composto unicamente por mulheres. Em todos os espaços virtuais anteriormente mencionados, as feministas evangélicas lutam por

⁴³ Segundo Rossini (2014), os grupos virtuais, ou comunidades virtuais se usarmos a categoria analítica de Pierre Levy, são organizados por indivíduos que possuem interesse e/ou causas em comum, como também afirma Levy que acrescenta que os próprios membros do grupo também são responsáveis pelo compartilhamento dos conteúdos que circulam e alimentam o grupo.

⁴⁴ Para Rossini (2014), os eventos permitem o planejamento e a organização de ações práticas demandadas coletivamente pela luta por reconhecimento.

⁴⁵ No que tange à escolha dos nomes, uma das fundadoras do grupo feministas cristãs nos contou que decidiram pela intitulação cristãs em lugar de evangélicas pois desejavam agregar no grupo mulheres das demais vertentes cristãs. Segundo ela, os problemas relacionados ao gênero enfrentados pelas evangélicas também são enfrentados por mulheres de origem judaico-cristã e de das denominações.

uma série de causas: término da violência contra a mulher; fim dos preconceitos sofridos no meio evangélico por serem feministas; lutam a favor da igualdade de gênero; estabelecimento de uma divisão igualitária do trabalho de reprodução social entre o casal. Além disso no espaço virtual elas apoiam umas às outras e discutem de maneira “didática” muitos assuntos presentes do universo feminino, como por exemplo: sexualidade, aborto, métodos contraceptivos, violência contra a mulher, discussões sobre quais práticas são consideradas pecado ou não... entre outros assuntos⁴⁶.

Michael Pollak (1989), ao tratar da memória coletiva de um determinado grupo, afirma que é a memória que define o que é comum ao grupo e o que o diferencia de outros, e a partir dela instauram-se e asseguram-se sentimentos de pertencimento entre os indivíduos que são membros do mesmo. Portanto, para o autor, a coesão social do grupo não se dá por coerção dos indivíduos, mas por adesão livre, espontânea, e principalmente, afetiva.

Richard Miskolci (2016), afirma que 50% da população brasileira possui acesso à internet, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD/ IBGE) de 2014. A respeito desses dados, enfatizamos que as pesquisas feitas no meio digital usualmente não articulam as dinâmicas ali vislumbradas com vivências do mundo offline. Nesse sentido, nosso objetivo é mostrar como o virtual está integrado à vida cotidiana dos indivíduos e como a internet é essencial não só para a expansão das ideias feministas evangélicas como também para instrumentalizar e acolher essas mulheres de modo que as discussões e informações disseminadas pelas feministas evangélicas em seus respectivos espaços na rede são de grande importância para seu público-alvo.

Em relação ao segmento evangélico, a maior preocupação das feministas evangélicas é com a ocorrência e recorrência de práticas de violência contra a mulher. De modo que este é o tema de trabalho⁴⁷ central para as páginas do Projeto Redomas e da Evangélicas pela Igualdade de Gênero. Visto que o que se espera das mulheres evangélicas é obediência e submissão, muitas delas são orientadas por suas lideranças religiosas a resolverem seus problemas somente por meio da oração. Como nos relata Noemi:

⁴⁶ Todos os assuntos sobre os quais mencionamos são postados e comentados no grupo e nas páginas da rede social. As informações foram colhidas por meio da técnica de netnografia.

⁴⁷ Destacamos que as Evangélicas pela Igualdade de Gênero possuem atividades externas as redes sociais mas encontraram resistências masculinas para desenvolver seu trabalho nas igrejas. Visto que necessitam da autorização das lideranças religiosas para desempenhar tais atividades nos ambientes eclesiais.

Se você for parar pra pensar, a maioria das igrejas de periferia tem em sua maioria mulheres. Infelizmente, há muitos homens que são os líderes. Mas a maioria dos grupos de irmãs, de jovens são de mulheres. Mulher em liderança é muito pouco ainda. Mas as que tão nesse lugar também, pelo menos as que eu vi, reproduzem o machismo. Porque o discurso é sempre o mesmo. Por exemplo, o discurso e sempre para você manter um bom relacionamento com o marido ou pra você orar pro marido largar as drogas, a bebida. Porque em muitas igrejas, principalmente de periferia, a mulher é evangélica, mas o homem não é. Então é o discurso do tipo: ‘Olha a gente tem que orar, você tem que ser sábia pra ele sair dessa vida, você tem que trazer o seu marido pra cristo.’ Mas o discurso nunca é do tipo: ‘olha se ele tiver te agredindo, é melhor você rever aí porque não dá pra continuar com um marido assim’. Então, mesmo as pastoras, reproduzem o discurso machista sim. (Noemi)

Para abordar o problema da violência em meio as mulheres evangélicas o Projeto Redomas criou um material⁴⁸ pedagógico que também foi analisado. No próprio título fica evidente o objetivo: “*Não é falta de oração – cartilha de combate à violência contra mulher em igrejas e comunidades cristãs*” (Projeto Redomas, 2018). A respeito do material desenvolvido as organizadoras comentam que: “*foi pensado e está sendo organizado por mulheres cristãs que pretendem promover um diálogo para encerrar, de uma vez por todas, a circulação de discursos que considerem mulheres apenas como objetos dentro dos espaços de exercício de fé*” (REDOMAS, – quem somos, 2018, s.p.).

Identificamos que a cartilha do Projeto Redomas aborda duas questões: a) o papel da mulher enquanto educadora nas igrejas; b) diversas formas de violência às quais as mulheres cristãs são submetidas nos espaços religiosos. É importante destacar que as

⁴⁸Cartilha projeto redomas – Disponível em: <<<http://projetoedomas.com/wp-content/uploads/2018/07/cartilha-redomas.pdf>>> Acesso em: 12/12/2018. Também no site do Projeto Redomas é possível encontrar textos, *podcast*, estudos bíblicos indutivos, transcrições de áudio de relatos pessoais e materiais a respeito da violência contra a mulher.

mulheres responsáveis pela elaboração do Projeto Redomas e, conseqüentemente, da cartilha se amparam na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) por entenderem que a agressão/a violência não é exclusivamente física, mas também simbólica⁴⁹, e ocorre por parte de discursos ou atitudes praticadas pelos indivíduos nas comunidades evangélicas e nas residências. No material a violência contra a mulher é designada como toda e qualquer atitude, bem como intenção, que “*cause morte, sofrimento físico, psicológico ou sexual às mulheres*” (PROJETO REDOMAS, 2018, p. 3). O Projeto Redomas classifica como violência física todo ato que coloque em risco a integridade física da mulher, além de categorizar demais formas de violência como por exemplo: violência moral no tocante à ofensas verbais; violência patrimonial no que tange à interdição do acesso da mulher aos seus bens ou a subtração de qualquer quantia sem autorização da mesma; violência obstétrica a respeito das cometidas em momento de trabalho de parto; violência psicológica como todo ato de ameaças que promova danos emocionais as mulheres e violência sexual caracterizada pelo sexo não consensual.

O coletivo Evangélicas pela Igualdade de Gênero foi criado durante o Fórum Pentecostal Latino-americano e Caribenho (FPLC) no ano de 2015. Valeria Vilhena⁵⁰, sua idealizadora, nos contou que notou que havia um assunto que perpassava os temas de todas as mesas apresentadas no Fórum, através das falas das lideranças pentecostais da América Latina, que era justamente a questão de gênero. As lideranças chamavam a atenção para o fato de que as igrejas precisavam se sensibilizar e debater questões referentes ao gênero. Valeria então teve a ideia de, neste evento, fundar de modo formal⁵¹ junto com outras 17 integrantes⁵², um coletivo de mulheres nomeado Evangélicas pela Igualdade de Gênero, o

⁴⁹ Simbólica no sentido de violência simbólica, conceito formulado por Bourdieu.

⁵⁰ Estamos identificando Vilhena pelo fato de ela ser uma acadêmica e uma figura pública. É importante destacar que Valeria, um ano antes do Fórum Pentecostal Latino-americano e Caribenho (FPLC) no de 2015, já havia identificado o problema quando constatou em sua dissertação que 40% das mulheres evangélicas vivem em situação de violência doméstica.

⁵¹ Destacamos que, segundo Valeria, a criação do coletivo foi registrada em Ata no Fórum Pentecostal Latino Caribenho.

⁵² Entretanto, após o encerramento das atividades do fórum no ano de 2015, ao retornarem para suas rotinas individuais, Valeria nos conta que as mulheres envolvidas na criação do coletivo foram gradualmente se afastando, se recusando a exercer atividade e até mesmo a dialogarem, de modo que ela se viu praticamente sozinha dado ao escoamento do contingente que outrora compunha o coletivo no momento de sua criação. Acreditamos que um dos motivos pode ter sido a problemática feminina no que tange à dupla jornada de trabalho. Visto que Valeria nos contou que atualmente as mulheres do coletivo se encontram por meio de videoconferência todas as sextas-feiras às 22 h para debaterem sobre as agendas e trabalhos futuros. E afirma: “*Esse foi o jeito que conseguimos. Porque essa hora todas já chegamos do trabalho, já demos janta pro marido e quem tem bebê já botou o bebê pra dormir.*” Ou seja, não é possível uma dedicação exclusiva à luta.

qual fosse plural, inter-religiosos e que tivesse como foco principal a erradicação da violência contra as mulheres.

Também em Julho de 2015, foi criada a página Evangélicas pela Igualdade de Gênero. O objetivo desta página é discutir assuntos sobre violência e assédio contra mulher, no meio público, privado ou religioso e instrumentalizá-las a identificar e denunciar toda e qualquer situação de abuso e/ou violência. O cuidado para com as mulheres é explícito, para além dos conteúdos de alerta produzidos e compartilhados na página, logo na capa (também chamada de *cover book* na rede social *Facebook*), é possível notar o acolhimento, o incentivo, a sororidade e o apoio entre as mulheres.

Figura 1: Cover Book da página Evangélicas pela Igualdade de Gênero



Fonte: Página do grupo no Facebook.
Disponível em:
<https://www.facebook.com/mulhereseig/photos/p.1077329302405827/1077329302405827/?type=1&theater>
<<acesso em: 10/07/2019>>

Com o passar dos anos o coletivo cresceu e outros “pontos de atuação” surgiram: EIG Belo Horizonte, EIG Londrina, EIG Espírito Santos, EIG Goiânia e EIG Rio de Janeiro. Entretanto, não são espaços físicos, são mulheres organizadas de modo a cumprirem a agenda do coletivo em feiras, congressos, igrejas e também responsáveis por tentar angariar fundos para o desenvolvimento do trabalho junto aos órgãos públicos municipais e Estaduais. A EIG Londrina, por exemplo, conseguiu o apoio da prefeitura.

Também com o passar dos anos aumentou a repercussão do coletivo que culminou na influência de outras pessoas evangélicas que se sentiram incentivadas a criar páginas

religiosas ligadas a defesa de outras pautas feministas, como por exemplo a Frente Evangélica da Legalização do Aborto. Segundo Valeria: *“São meninas que debatem a violência de gênero dentro das igrejas. Essas meninas sofrem muito em suas igrejas pois o trabalho de desconstrução das mentalidades tradicionais é rigoroso e a represália é violenta. Elas são questionadas, segregadas, não são acolhidas e pensam em desistir”*.

A respeito do coletivo Evangélicas pela Igualdade de Gênero, Valeria o define como um coletivo evangélico que possui pautas feministas. E endossa: *“Nós somos feministas porque somos cristãs”*. Ressalta se sentir em “limbo” no qual as evangélicas não entendem o porquê de o coletivo ser feminista e afirma que no início também houve entraves em relação às feministas seculares pois estas também não conseguiam compreender ou aceitar o fato de um grupo de evangélicas se reconhecerem como feministas. Valeria, que se assume como uma ativista feminista, alega que: *“Eu não concordo com a imposição advinda de feministas seculares que cobram um posicionamento feminista não religioso. Para isso temos a teologia feminista como um instrumento de luta essencial para o trabalho desconstrução do preconceito das feministas seculares.”* E em nome do coletivo pontua: *“somos feministas e não vamos abrir mão de nossa fé, não aceitamos imposição das feministas seculares e nem das evangélicas não feministas.”*

Para além de sofrerem preconceito frente a feministas seculares e evangélicas não feministas, Valéria destaca ainda que o coletivo recorrentemente é questionado por conta de seu nome. Segundo a idealizadora, pastores enviam-lhes frequentemente mensagens *inbox*⁵³:

“A gente já recebeu resistência desde a criação do coletivo por conta escolha do nosso nome, Evangélicas pela Igualdade de Gênero. Eu recebi inbox, por exemplo, pastores dizendo de modo intimidatório: ‘como assim, evangélicas pela igualdade de gênero? Que gênero é esse que você está

⁵³ Local privado destinado para o envio de mensagens na rede social Facebook. Mais uma vez chamamos a atenção para o fato da importância da utilização desta rede social para análises sociais, sobretudo no que tange à mudança de hábitos dos indivíduos, visto que os pastores poderiam ter se comunicado com Valeria por outros meios como, por exemplo, telefone ou, até mesmo, por e-mail. A escolha dessa rede nos mostra que o Facebook é o principal meio de pesquisa e fonte de contato quando se procura por alguém, visto que a plataforma possibilita ambos os recursos (de pesquisa e de mensagem) e muitas pessoas fazem uso da mesma. Portanto, a probabilidade de Valeria se encontrada e contatada por esse meio era elevada.

falando? Gênero feminino e masculino ou ideologia de gênero. Porque se for ideologia de gênero as minhas jovens da minha igreja, as mulheres da minha igreja não estarão'. Ou seja, o pastor falando por elas, decidindo por elas". (Valeria)

Ao questionarmos Valeria e Noemi, também integrante da EIG, a respeito da maior dificuldade enfrentada para a realização do trabalho do coletivo no meio evangélico. Para Valeria, a principal barreira é a resistência das lideranças religiosas em dialogar a respeito das violências de gênero, pois muitos pastores afirmam não existir violência de gênero em suas igrejas. Mas para Noemi a dificuldade é outra:

Na minha opinião, pra nós, o maior obstáculo é a falta de capital. Se a gente tivesse um investimento a gente ia poder ter mais gente trabalhando e mais mulheres poderiam ser alcançadas. Porque a gente faz tudo de modo voluntário, mas o nosso sonho é abrir um espaço de acolhimento para as mulheres periféricas e indígenas em situação de violência e de vulnerabilidade social. São essas mulheres que a gente quer atingir. Porque o que eu percebo, que 70% do nosso público são mulheres graduandas de teologia ou de ciências sócias. Então, a gente atinge as mulheres cultas, universitárias, que pesquisam sobre feminismo e acabam encontrando nossa página. Não é a senhora que não sabe escrever, que não tem uma renda (+) é essa mulher que a gente tem que empoderar. Mulheres mais simples que precisam entender que elas podem tentar ter uma renda e não se submeter a violência do seu marido. (Noemi)

A respeito do coletivo e em relação a preocupação com mulheres em situação de precariedade Valeria nos afirma:

"Nós somos mulheres, protestantes, evangélicas, feministas e antissistêmicas. E nós não trabalhamos qualquer feminismo. Nós optamos

por um feminismo popular. Nós não trabalhamos a partir de um feminismo acadêmico, nós trabalhamos a partir de um feminismo popular porque a maioria das nossas igrejas são compostas de mulheres e a maioria das nossas mulheres são mulheres pobres, negras e trabalhadora. Porque além das mulheres das igrejas, nós trabalhamos com mulheres sindicalistas e também com as mulheres do MST porque há muitas mulheres evangélicas nos assentamentos. Então por que a gente partiria de um feminismo acadêmico com uma linguagem que não as alcançasse?” (Valeria).

No tocante ao ambiente virtual, Valeria classifica a página da EIG no Facebook como ativa e dinâmica, e nos conta também que elas são procuradas *inbox* recorrentemente por seguidoras de todo o Brasil para contar-lhes relatos pessoais. Em relação às narrativas das seguidoras, trazemos um relato fundamental experienciado por Noemi, pelo fato deste se relevar na prática o que Lévy (1999) afirmou sobre a questão dos rastros deixados pelos usuários no ambiente virtual. Ela nos conta que uma seguidora da página mandou uma mensagem *inbox*, narrando que tinha visto muitos comentários de sua mãe na página e que estava estranho o conteúdo deles. Entretanto, não questionou a mãe por temer uma resposta não sincera e pediu para as mulheres da EIG conversassem com a mãe dela para saber o que de fato estava ocorrendo. As responsáveis entraram em contato com a mulher, que confirmou sofrer agressões do marido. Então, após todo um trabalho de acolhimento e acompanhamento emocional a vítima decidiu denunciá-lo e medidas legais foram tomadas em relação a ele. A partir desse exemplo, percebemos então que tudo o que é postado, curtido, comentado e compartilhado nas redes não fica em segredo pois vivemos na sociedade da vigilância, na qual “a cibercultura aponta para uma civilização da telepresença generalizada (...), a interconexão constitui a humanidade em um contínuo sem fronteiras.” (LÉVY, 1999, p. 127).

É importante destacar que em 2017 e 2019, a EIG lançou campanhas para trazer visibilidade social ao dia 8 de março. Este ano, em 02 de Fevereiro de 2019, elas lançaram a campanha *#MeuCorpoMinhaFé*. A escolha deste tema se deu por conta das denúncias de abuso sexual contra João de Deus. Valeria destaca ainda que a campanha foi inter-religiosa e plural. E na passeata em São Paulo, no dia 8 de março de 2019, estavam presentes além das evangélicas também freiras, católicas, mães de santo, integrantes da igreja mórmon, candomblecistas, umbandistas e integrantes da chamada nova era. Embora já fosse sabido pela EIG que o ambiente doméstico não é um lugar seguro para as mulheres, a campanha *Meu corpo minha fé*

ampliou o diálogo com mulheres religiosas ou em exercício de alguma forma de espiritualidade e chegou-se a uma nova constatação. Por recorrentes narrativas a EIG constatou que os espaços religiosos também não são seguros para as mulheres. Para Valeria, já que as igrejas fazem parte do problema, elas também podem ser parte da solução. Ou seja, elas lutam para que as Igrejas se tornem lugares seguros para as mulheres e que tenham a responsabilidade social de se posicionar contra a violência de gênero tanto no espaço doméstico quanto eclesial, visto que a violência é um fenômeno socialmente construído e culturalmente disseminado.

Já em 2017 a campanha que a EIG levou para as ruas, na passeata do dia Internacional da mulher, foi feita a partir de frases que as mulheres costumam escutar nos espaços eclesiais escritas e expostas em cartazes. Posteriormente, em conversa conosco, uma das autoras do livro “Reféns da Fé”, e também e colaboradora da página Evangélicas pela Igualdade de Gênero, Daiane Mendes⁵⁴ afirmou que mediante o resultado produzido na oficina de cartaz uma nova forma de manifestação virtual surgiu. Ela decidiu criar *memes* com as frases de cunho pejorativo, machista e/ou violentas apresentadas pelas participantes da oficina. Já, os memes seguintes foram criados a partir dos relatos das próprias seguidoras da página manifestados nos comentários dos primeiros memes postados na página. Reservei dois dos memes que receberam mais *likes*, 159 e 111, respectivamente:

Figura 4: Memes da EIG sobre assédio



⁵⁴ O nome de Daiane foi mantido pelo fato de ela, em alguma medida, ser uma pessoa pública.

Fonte: Página das Feministas Evangélicas no Facebook
www.facebook.com/mulhereseig/photos/a.593861227419306.1073741828.556840357788060/951222178349874/?type=3&theater

Figura 5: Memes da EIG sobre violência doméstica



Fonte: Página das Feministas Evangélicas no Facebook
(www.facebook.com/mulhereseig/photos/a.593861227419306.1073741828.556840357788060/951643444974414/?type=3&theater)

Entendemos então os *memes* como uma ferramenta de escraço que promove rápida “autorreflexão”. São também, para Mian (2017), representações das ações sociais que externalizam e reforçam a conjuntura em que vivem os atores que os criam e dos atores que os compartilham, fomentado debate sobre os assuntos que neles são propostos/denunciados. Para Mian (2017), embora eles sejam reconhecidos por sua personalidade cômica e estejam associados à “cultura inútil”, eles podem refletir a problematização das estruturas sociais e culturais, revelando os hábitos, as crenças e as moralidades dos indivíduos. Exatamente como no caso dos memes criados pela página Evangélicas pela Igualdade de Gênero. O elevado número interações do público com a página por meio de comentários, compartilhamentos e curtidas explicita a grande parcela de mulheres que se identificaram com as situações ilustradas. Isto nos mostra que, por meio da internet, o que parecia ser problema de uma única

mulher, passa a ser uma questão compartilhada coletivamente por todas. A internet favorece a propagação de situações de verossímil particularidade que revelam não só a situação vivenciada por uma mulher, mas indica e afirma problemas estruturais e de dominação do gênero masculino sobre o feminino. Nesse sentido, quando uma mulher (dentro de casa ou da igreja) sofre violência ou abuso, não é um problema privado, mas um problema público. Antes da internet, as mulheres que passavam por este tipo de situação se viam, seja por vergonha ou por falta de informação, com maior dificuldade de compartilhar ou tornar pública sua experiência. A medida que os discursos das vítimas adentram o espaço virtual há, não só o incentivo à explicitação de outros casos, mas também a contribuição para a prevenção de novos casos, na medida em que mais e mais mulheres possam ser instruídas sobre como agir para evitar a violência ou sobre como agir caso ela ocorra.

A respeito do ativismo digital das feministas evangélicas é importante destacar que, para além dos conteúdos que visam alertar ou pedagogizar as mulheres, encontramos *posts* a respeito de campanhas criadas pelo grupo, participações em eventos e compartilhamento de conteúdo produzido por outras páginas feministas, LGBTs e /ou do movimento, por exemplo, que convergem com as pautas defendidas pelas feministas evangélicas. A atitude de compartilhamento do conteúdo de páginas com objetivos semelhantes ou de personalidades públicas e influentes mostra a integração delas com outros grupos militantes, o que culmina com o estabelecimento de uma rede de contatos que se apoia e promove aumento da visibilidade de maneira mútua.

Figura 2: Católicas pelo Direito de Decidir compartilhando a página Frente Evangélica pela Legalização do aborto



Fonte: Printscreen da página Frente Evangélica pela Legalização do Aborto, realizado pela autora. Realizado em: <<13/12/2017>>

Figura 3: Marielle Franco compartilhando a página das Evangélicas pela Legalização do Aborto em seu perfil no Facebook.



Fonte: Printscreen da página Frente Evangélica pela Legalização do Aborto, realizado pela autora.

Percebemos a internet como um lugar de maior liberdade de expressão, no qual a voz feminina não seria silenciada e/ou constrangida como costuma ocorrer nas igrejas. O meio virtual proporcionaria não só a liberdade como também visibilidade. Desse modo, é possível alertar mulheres sobre as mais variadas questões que perpassam seu cotidiano, fazer

denúncias sobre ocorrência de violência doméstica e até mesmo a respeito de assédio cometido em meio eclesial, praticado por lideranças ou membros do gênero masculino.

Entretanto, embora a internet seja um espaço tido como democrático, de rápida disseminação de conteúdo, notamos que as ideias das feministas evangélicas encontradas na rede atuam em um círculo de certo modo restrito, assumindo pouca repercussão e mudanças nos valores e práticas de indivíduos com posicionamentos políticos e religiosos tradicionais. A discordância desses indivíduos resulta em ataques virtuais a essas mulheres, como destaca Naomi:

*Mas os ataques que recebemos na rede são em maioria de homens, 90% de homens. No caso das mulheres, é uma mulher ou outra. E quando você começa a conversar com a mulher, ela vem dizer que feminismo e religião não têm nada ver com violência doméstica. Aí eu disse assim: ‘vem moça, senta aqui. Vamos conversar’. Aí eu comecei a explicar e ela conseguiu entender. Mas a mulheres se mantém mais abertas. Com os homens não dá pra conversar porque eles não querem entender. Porque eles ficam naquele lugar, sabe, do tipo: **‘eu tô dizendo que você não pode!’** Ai, olha no::ssa, teve uns que me deu vontade de **xingar!** Aí eu parei de responder, porque estava me desgastando mentalmente. Não tava dando. E eu escolhi minha saúde mental. (Noemi)*

Madalena também relata que os ataques mais agressivos vem de homens e afirma que, embora a primeira medida é buscar conciliação por meio do diálogo, eles são os indivíduos mais bloqueados pela página Evangélicas pela Igualdade de Gênero. No que diz respeito a quantidade e a intensidade de agressões, a página Frente Evangélica pela Legalização do Aborto, criada em 12 de Dezembro de 2017, é a que mais recebe ataques dos usuários da rede social *Facebook* justamente pelo fato de debater sobre aborto. É importante ressaltar que as feministas evangélicas não são atacadas somente nas redes sociais, entretanto,

é no meio virtual que elas possuem liberdade para se expressar e encontram apoio⁵⁵ em seus pares, o que gera e mantém a coesão do grupo.

Para Ribeiro (2017), a militância feita no espaço virtual incomoda grupos privilegiados que sempre ocuparam lugar de poder na sociedade pois contribuem para a desconstrução de perspectivas dominantes. Sendo a internet um campo de disputa de narrativas no qual grupos marginalizados pela sociedade e excluídos pela História encontram condição que favorecem a publicação de discursos que profiram suas lutas, sua vivência tal qual realmente é. Neste sentido, a produção intelectual das vozes que emergem de seus próprios lugares de fala⁵⁶, vem causando incomodo nas estruturas sociais hegemônicas.

Entretanto, embora a internet dê voz a seus usuários, a disseminação de suas ideias possui um baixo impacto em redes de grupos “rivais”. Miskolci (2016), ao analisar a política nas redes sociais, ressalta que grupos de discussão política tendem a trocar informações e reflexões entre si, isso faz com o que os laços dos grupos se fortaleçam. Este fato nos mostra que é difícil dissolver preconceitos por meio da internet, visto que os usuários tendem a procurar e acessar conteúdos sobre aquilo que acreditam e a ignorarem conteúdos que vão na direção contrária a seus valores morais. Para o autor, mídias sociais, como o Facebook, têm gerado a união de indivíduos que possuem valores e compartilham interesses comuns. Por outro lado, há o acirramento de conflitos entre grupos que possuem valores morais, ideológicos e religiosos distintos.

Na concepção de Pierre Lévy (1999), tanto as emoções quanto os julgamentos e/ou opinião pública existem e se manifestam também no ciberespaço. Já Miskolci (2016), afirma que na rede os usuários se sentem mais seguros para expressar suas opiniões e por isso tendem a ter um comportamento mais autoritário e/ou agressivo do que teriam em situações offline visto que a internet funciona praticamente sem mediações da justiça, e esse fato faz com que alguns indivíduos a transformem em um verdadeiro ringue de vale tudo. Essas análises vão na direção do que encontramos na página Frente Evangélica pela Legalização do

⁵⁵ Miskolci (2016, apud Ávila, 2014), pesquisou como a disseminação do uso da internet possibilitou transsexuais e indivíduos intersex se compreenderem. Algo semelhante ocorre entre as feministas evangélicas, quando encontram na internet mulheres que partilham dos mesmos sentimentos, crenças, valores e ideais elas se sentem acolhidas, se sentem fazendo parte de um coletivo. É possível encontrar acolhimento, sororidade e incentivo no grupo Feministas Cristãs no *Facebook*.

⁵⁶ “Pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia” (RIBEIRO, 2017, p. 90).

Aborto em um *post* do dia 12 de dezembro de 2017. Muitos usuários da rede social *Facebook* acessaram a página e começaram a enviar comentários de ódio e repúdio conta as feministas evangélicas. Dentre estes, destacamos: “*Filhas do diabo*”, “*assassinas, lobos vestidos em pele de ovelha*”, “*Quem apoiar está indo pro inferno também*”, “*Rasgaram a bíblia? Favor, mudem para frente pela legalização do aborto. Tirem o “Evangélicas”, não envergonhem os cristãos*”.

Houve debate nos comentários por parte tanto da administração da página quanto de outros usuários. Em seus pronunciamentos, a administração da página tentou explicar aos usuários, responsáveis pelos comentários ofensivos, que eles desvirtuavam a atuação por elas propostas e que desenvolviam um trabalho importante pelo bem das mulheres. Atualmente, em análises recentes que terminaram no dia 29/04/2019, notamos que a administração da página Frente evangélica pela legalização do aborto não se envolve mais em debates ou explicações. Para além de pronunciamentos próprios e compartilhamento de notícias advindas de outros espaços virtuais, mas que convergem no debate da legalização do aborto, a administração se manifesta agradecendo o apoio que recebem de usuários que as elogiam ou defendem.

Silva (2015), ao estudar a página das *Católicas pelo Direito de Decidir* no Facebook, destacou que elas não se expõem nos comentários. Ou seja, elas fazem seus pronunciamentos, militâncias e informativos através dos *posts* mas não ficam respondendo comentários ofensivos ou não. Portanto, não há interação entre quem administra a página e os usuários da rede social. A autora informa, ainda, que as CDD⁵⁷ não excluem e também bloqueiam pessoas que fazem comentários ofensivos e/ou acusatórios, os comentários também não são excluídos. Segundo Santos (2015), as CDD prezam por um ambiente de livre expressão, de diversidade de opinião pois acreditam que a própria religião católica deveria ser assim.

Em referência aos *posts* das feministas evangélicas nas páginas Evangélicas pela Igualdade de Gênero e Frente Evangélica pela legalização do Aborto e em comparação ao estudo de Miskolci e Santos, já mencionados, afirmamos que, o conteúdo produzido por elas em seus respectivos espaços virtuais tende a ser aproveitado somente por quem se identifica a priori com os valores sociais defendidos por elas.

⁵⁷ Católicas pelo Direito de Decidir.

Nesse sentido, é importante destacar que os indivíduos, em maioria do sexo feminino (mas também os homens que apoiam), religiosas ou não, se identificam com valores compartilhados pela esquerda política. Tais como: respeito a diversidade, a democracia, a luta pela legalização do aborto, a luta contra a violência doméstica, respeito pelos direitos humanos, respeito e acolhimento por diversos formatos de formação familiar... entre outros. Já os indivíduos produtores de comentários ofensivos e/ou agressivos defendem os ideais que configuram a chamada direita política, como por exemplo: repúdio à legalização do aborto e defesa da preservação da família nuclear. Ressaltamos ainda que, os comentários contra o aborto são baseados em passagens bíblicas, descritas através de palavras violentas que depreciam o feminino. Alguns sugerem inclusive a suspensão da vida sexual como forma de contracepção e defendem que a vida do embrião possui mais valor que a da mulher. De modo contrário, os comentários a favor da legalização são compostos por dados estatísticos e conhecimento sistematicamente produzido por estudos científicos. No que diz respeito ao tom da argumentação, não se mostram violentos nem acusatórios e visam estabelecer um diálogo esclarecedor, embora frequentemente sem sucesso, dado a não receptibilidade dos chamados defensores pró-vida.

Souza (2004) afirma que embora a religião tenha perdido a centralidade de organização das relações sociais, por conta do processo de secularização, ela ainda exerce influência sobre a agência dos indivíduos em sociedade. Logo, é evidente que o feminismo evangélico ofende à moralidade dos indivíduos religiosos, ou não, mas que possuem a concepção tradicional dos papéis de gênero de forma cristalizada, ou seja, imutável e inegociável. Ainda tratando da influência que a religião exerce sobre as “moralidades sociais”, segundo Machado (1994), os evangélicos defendem que a prática do sexo deve se estabelecer para além da intenção de procriação (ou seja, deva ser uma prática que tenha por premissa básica o prazer do casal), fazendo com que fossem a favor da utilização pílula anticoncepcional como forma de planejamento familiar, entretanto a autora ressalta que este grupo religioso continua sendo contra a prática do aborto, nem mesmo por questões de saúde

ou de estupro. O perfil tradicional dos evangélicos no que tange à moral e à família vigora até mesmo na política⁵⁸, e o grande objetivo é manter o controle sobre a população feminina.

1.1.1 – Evangélicos tradicionais na política: conservadorismo e pânicos morais como fator dificultador dos avanços dos direitos das minorias

Os ataques dirigidos as Feministas Evangélicas no ambiente virtual, como vimos na sessão anterior, multiplicaram-se durante o período da disputa eleitoral para a Presidência da República do Brasil no ano de 2018. Em campo, tanto por meio da análise das redes sociais e das entrevistas, percebemos que indivíduos religiosos orientados por ideários tradicionais eram os que defendiam a eleição do então candidato Jair Messias Bolsonaro⁵⁹. A divergência de opiniões entre os evangélicos tradicionais e as Feministas Evangélicas chamou nossa atenção para a existência de uma polarização que extrapolava concepções exclusivamente políticas. Decidimos então voltar um pouco nosso olhar para relação entre religião e política de modo a tentar encontrar repostas que justificassem o antagonismo político-ideológico entre evangélicos tradicionais e feministas evangélicas.

No início do protestantismo no Brasil os fiéis costumavam se distanciar de atividades políticas e sociais, “indiferentes ‘às coisas do mundo’”. Era recorrente a seguinte afirmação ‘crente não deve se meter em política.’” (MENDONÇA, 2005, p. 54). Mas a partir da década de 1980, o panorama que vigorava começou a ser transformado a partir da mudança da conduta dos evangélicos em relação à política e do interesse de partidos políticos nos grupos religiosos. Para os evangélicos, era necessário estar nos espaços de decisão para tentar impedir os avanços de tudo o que para eles fosse considerado pecado mediante a interpretação literal que fazem da Bíblia. Diante disso, e entendendo a democracia como o

⁵⁸ Ao observar *posts* e comentários tanto no grupo Feministas Cristãs quanto nas páginas produtoras de conteúdo feminista evangélico, para nós tornou-se claro a grande desaprovação das feministas evangélicas em relação a Bancada da Bíblia.

⁵⁹ As feministas evangélicas (do grupo Feministas Cristãs e das páginas Evangélicas pela Igualdade de Gênero e Frente Evangélica pela Legalização do aborto) se posicionaram contra o então candidato, condenando veementemente toda e qualquer ideia defendida por ele. Elas participaram da campanha, #elenão, na internet e foram a manifestações públicas unir-se aos demais setores da sociedade que repudiavam sua candidatura. É importante destacarmos que na manifestação realizada no Rio de Janeiro, Camila Mantovani foi detida ao pendurar uma faixa contra Bolsonaro nos Arcos da Lapa (para acesso a imagens, ver sessão de anexos).

exercício da vontade da maioria, começaram a se articular para lutarem contra as mudanças que repudiam por dentro do Estado a partir das esferas decisórias de poder, ou seja, modo institucionalizado e legal. No mesmo período da década de 1980, segundo Machado et al. (2014), houve grande interesses de partidos políticos em relação aos pentecostais. O objetivo dos líderes dos partidos era promover candidaturas de religiosos presumindo que seriam eleitos mediante ao voto dos fiéis. A tática deu certo, e a relação entre política e religião começou a ser estabelecida, de modo que a visibilidade de evangélicos na política aumentou de maneira expressiva durante o processo de transição democrática do Brasil em 1989. Ou seja, o *habitus* religioso torna-se gerador e orientador da visão que os fiéis têm sobre política. (BOURDIEU, 2007, p. 57).

Embora antes da década de 1980 houvesse poucos parlamentares evangélicos eleitos, nenhum deles pertencia ao segmento pentecostal (MACHADO et al, 2014). Já no ano de 1986 os neopentecostais da IURD conseguiram eleger 18 parlamentares pentecostais para o Congresso Nacional (MAFRA, 2001). Atualmente, segundo um levantamento preliminar do DIAP60, a bancada evangélica possui 84 deputados, eleitos ou reeleitos, no ano de 2018. Em 2014, o DIAP identificou 75 deputados, e em 2010 a bancada iniciou os trabalhos legislativos com 73 representantes. A bancada evangélica está registrada na Casa como Frente Parlamentar Evangélica desde o ano de 2003 e recentemente foi renomeada como Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional.

É importante destacar que a confissão religiosa dos candidatos é valorizada por 40% dos fiéis no meio evangélico e chega a atingir índices maiores que 50% dentre os fiéis da IURD. (FERNANDES et al 1998, apud MACHADO, 2014). Dentro da lógica evangélica, votar em um candidato que defenda os princípios tradicionais cristãos nos espaços de decisão de poder não é somente exercer sua cidadania, mas sobretudo fazer sua parte contribuindo para a vitória de uma batalha considerada por eles como espiritual. Para os evangélicos, ocorre no legislativo a defesa de interesses de diferentes grupos e eles só serão representados se houver neste meio pessoas que sejam imbuídas de juízo de valor e de moral construídos por uma ótica cristã tradicional. Nas palavras de Machado:

⁶⁰ Fonte: <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/28532-eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado> <<Acesso em: 24 de Abril de 2019>>

“Quando os membros da igreja votam em seus candidatos, eles têm consciência de que não estão votando em uma pessoa, estão votando nas ideias defendidas pela igreja (...) os discursos apresentam a política como via para a implementação de uma hegemonia evangélica na medida em que o segmento confessional em questão for crescendo (...) é preciso formar cidadãos mais ativos e uma liderança política que possa ocupar os espaços de poder, propor leis e políticas públicas condizentes com o ideário cristão”. (MACHADO, 2014, p. 11)

Constatamos que a prática do pedido de votos nos púlpitos é recorrente, uma de nossas entrevistadas nos contou que em sua antiga igreja, conhecida como Igreja Internacional, era comum os pastores pedirem votos para candidatos:

“Antes de eu ser feminista, eu ia na igreja Mundial da Graça de Deus. Lá, em época de eleição, a liderança da minha igreja fazia boca de urna dentro da igreja. Ela influenciava os frequentadores a votarem em X, Y e Z. Quando eu não era feminista e não sabia de nada eu achava okay, né. Porque lá na bíblia diz que bendita é a nação cujo Deus é o Senhor, e eu pensava assim. Mas era porque eu realmente não entendia, né. E eu achava que quando eu tivesse 18 anos eu ia votar nessas pessoas também.” (Rute)

Também nós, em ocasiões passadas, já presenciamos o pastor da Igreja Projeto Vida Nova de Irajá, Ezequiel Teixeira, pedir votos para sua esposa. Assim como presenciamos sua esposa e outras lideranças da igreja pedirem votos para a reeleição de Ezequiel durante os cultos dominicais noturnos. A abordagem para conquistar votos se deu em uma determinada parte do culto no qual os fiéis foram alertados de que precisavam lutar contra o inimigo que ia “destruir a família e nação brasileira”. Outras entrevistadas afirmaram presenciar o mesmo tipo de situação no período eleitoral do ano de 2018, entretanto, para

além dos proclames nos púlpitos havia também uma pressão popular entre os fiéis para convencer aqueles que não queriam votar em Bolsonaro. Ester, por exemplo, nos relata: “*Eu também fui perseguida por alguns membros por ser de esquerda. Mas eu fui perseguida na internet, porque bolsominion não sabe discutir pessoalmente. Faz textão na internet, mas cara a cara não consegue formar uma frase.*” (Ester)

Segundo as feministas evangélicas, que ainda praticam uma fé institucionalizada, o contato com fiéis pró-Bolsonaro era impossível e a imposição era agressiva, de modo que deixaram de frequentar suas igrejas. Ester nos conta que ficou ausente de dezembro de 2018, retornando apenas no início de 2019. Pois sentiu-se desrespeitada, aviltada e sobretudo enojada diante tanta controvérsia:

*Eu mudei para a Igreja Presbiteriana porque lá as pessoas têm vontade de entender as coisas, por exemplo quando eu cheguei lá, eles souberam que eu sou professora de História, pediram pra eu montar uma aula sobre as dez religiões mais praticadas no Brasil. E eles são muito atuantes também fora do meio religioso. Se você chegar lá e dizer que é pra ajudar a comunidade eles ajudam, até emprestar o espaço da igreja eles emprestam. Mas aí, no ano passado, quando eu me deparei com a maioria dos fiéis dessa igreja apoiando o Bolsonoro, **eu entrei em choque** porque é completamente contraditório. Porque é uma galera completamente esclarecida, se fosse na minha antiga igreja eu até entendia porque é uma galera que não tem formação de nada, que não entende nada de nada e que só escuta o que o pastor fala. Agora a Igreja Presbiteriana eu não entendo. Por conta disso, fiquei um tempo sem aparecer lá. Daí eu precisei fazer uma cirurgia e usei isso como desculpa pra eu não ficar indo. Porque eu precisava de um tempo pra mim e não adiantava eu explicar pras pessoas. Como eu ia dizer: ‘olha, eu não to indo por sua causa. Não aguento olhar pra tua cara?’. (Ester)*

Embora o então candidato Bolsonaro tivesse um discurso que defendia a família, ele também professava palavras de ódio em relação às minorias, às mulheres, aos negros,

pobres e defendia o uso de armas de fogo. Por conta do discurso discrepante e bélico, as feministas evangélicas não conseguiram conceber como os evangélicos puderam compactuar e apoiar o candidato. Entretanto, a partir das problematizações apresentadas por Cunha (2017) e Vital da Cunha et al (2017) constatamos que as ideias defendidas por Bolsonaro estavam em consonância com o ideário religiosos dos evangélicos tradicionais.

Segundo Cunha (2017), o conservadorismo evangélico fortalece posturas tradicionais na arena pública brasileira. A demanda por intervenção militar, defesa da posse de arma e o apoio ao então deputado federal Jair Bolsonaro à presidência da república são atitudes que corroboram para o recrudescimento do avanço de direitos das minorias e da população mais pobre. Defendem ainda a intervenção mínima do Estado na Economia, o tratamento psicológico para homossexuais e a preservação da família nuclear. Para grupos conservadores evangélicos ou seculares, a família está sempre ameaçada frente a direitos conquistados pelas minorias como por exemplo o casamento e homoafetivo e a adoção de crianças por casais homossexuais. Também em defesa da família se posicionam contra a legalização do aborto, contra o PT por acreditarem que o partido tem o objetivo de colocar fim a democracia brasileira e instituir o comunismo no país.

Maria das Dores Machado em entrevista ao EL País⁶¹ afirmou que os pentecostais (lemos evangélicos em nossa pesquisa) têm uma visão da esquerda muito negativa. Segundo a pesquisadora, alguns dos motivos seriam o fato de Lula, durante seus mandatos, ter alianças tanto com os pentecostais quanto com as minorias como as feministas e os LGBTs. Atento às necessidades das minorias, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva conseguiu atender muitas demandas das feministas e da população LGBT. As principais ações que geraram grande insatisfação entre os pentecostais foram as audiências públicas voltadas para o debate a respeito do aborto e institucionalização do Programa Nacional de Combate à Homofobia. Entretanto, as conquistas das minorias não se deram somente durante os anos do Governo Lula (2002-2010), mas continuaram durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016). Ou seja, a proximidade entre os grupos socialmente marginalizados e a presidência da república deu-se em todo o período em que os candidatos eleitos do Partido dos Trabalhadores estiveram no poder.

⁶¹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/02/politica/1512221378_127760.html <<acesso em: 22 de Janeiro de 2019>>

É importante destacar que no decorrer desses mandatos foram criadas, diretamente ligadas ao governo, as secretarias de Direitos Humanos e Minorias e de Políticas para Mulheres. Segundo Cunha (2017), as conquistas alcançadas pela população feminina durante os governos do PT foram as seguintes: a Lei Maria da Penha, o estabelecimento do feminicídio como crime hediondo, o direito ao pronto atendimento às vítimas de violência sexual em hospitais públicos, a legalização do aborto em situações estupro ou de gestações de fetos anencefálicos, a criação da Casa Mulher brasileira para mulheres com questões relacionadas a problemas de saúde ou jurídicos e a obtenção da regulamentação da profissão de empregadas domésticas. Já as conquistas obtidas pela população LGBT, durante o mesmo período, foram as seguintes: a permissão para uso do nome social⁶², o direito a cirurgia para mudança de sexo feita pelo SUS⁶³, o registro de união estável, o casamento civil, a adoção, a inclusão da companheira ou companheiro no imposto de renda, o recebimento da pensão pelo INSS em decorrência da morte do parceiro ou parceira, o direito a inserir o nome do companheiro ou companheira nos planos de saúde, da previdência e/ou na identidade militar garantindo-lhes assim o mesmo acesso a direitos permitidos a casais heterossexuais.

Embora os evangélicos sejam um “grupo” demasiadamente heterogêneo⁶⁴, Vital da Cunha et al (2017), destacam que eles podem agir na sociedade de formas diferentes: de modo extremista, conservador ou progressista. Vamos nos ater a racionalidade dos extremistas e conservadores e contrapô-los com o modo de pensar e agir dos progressistas, campo no qual as feministas evangélicas se inserem. Para os autores, o extremismo religioso evangélico se ancora no fundamentalismo⁶⁵ pois defende uma leitura unívoca da Bíblia que despreza a historicização e exalta a interpretação literal do texto. Possuem como característica principal o uso da violência, se comportam de modo intolerante e agressivo frente a diversidade social e cultural. Objetivam impor as práticas de sua crença de modo dominante a sociedade através da interdição dos direitos conquistados pelas minorias e da inserção do ensino religioso nas

⁶² Nome pelo qual travestis e transsexuais escolhem ser chamados devido ao bem-estar sentido em relação a sua identidade de gênero.

⁶³ Sistema Único de Saúde.

⁶⁴ Os evangélicos podem ser Históricos ou de Missão, Pentecostais ou neopentecostais.

⁶⁵ Segundo Mendonça (2005), o fundamentalismo surgiu em 1878 durante a Conferência Bíblica de Niágara e se difundiu pelo mundo sobretudo após a Segunda Guerra Mundial por meio do Conselho Internacional de Igrejas Cristãs.

escolas⁶⁶. Ou seja, desejam moldar a ordem social de acordo com o que eles creem ser a verdade cristã expressa e determinada pela Bíblia⁶⁷. Já os conservadores possuem a mesma visão fundamentalista, mas não concordam com a prática de violência. Entretanto, não fazem nada para defender os grupos atacados pelos extremistas ou interditar os atos violentos dos mesmos.

Para os evangélicos extremistas e/ou conservadores, os princípios de direitos humanos referentes a assuntos como desigualdade econômica ou injustiça social são melhor compreendidos que os referentes a moralidade de ordem pessoal, como por exemplo, sexualidade (MACHADO, 2014, p. 2). Por isso, os grupos feministas e LGBTs são considerados seus principais inimigos. A população evangélica extremista e/ou conservadora teme que os direitos conquistados pelas minorias virem leis que eles sejam obrigados a cumprir para não sofrerem sanções legais. Por exemplo, com a conquista da comunidade LGBT no que tange à aprovação da criminalização da homofobia e da transfobia pelo STF em 22 de maio de 2019, embora ainda precise ser aprovada em outras instâncias para de fato ser instituída, causa temor⁶⁸ evidente visto que evangélicos preocupam-se em serem criminalizados por se negarem a realizar casamentos homoafetivos ou por defenderem/pregarem que relacionamento homoafetivo é pecado. Diante da lógica evangélica, como podem “obedecer o que não é Bíblico”? (MACHADO et al, 2014, p. 616). Então eles se utilizam dos medos sociais⁶⁹ ou *pânicos morais*⁷⁰ como recurso para conter o avanço das mulheres e das minorias.

⁶⁶ O projeto de lei PL8099/2014, de autoria de Marcos Feliciano, objetiva implementar a obrigatoriedade do criacionismo cristão nas escolas públicas e privadas do país.

⁶⁷ O Evangelho Social, classificado por Mendonça (2005) como liberalismo teológico protestante, considerava a ciência e teve como seu maior opositor o fundamentalismo. Este movimento de caráter conservador nega a ciência e crê somente na Bíblia como meio de inteligibilidade da realidade e do mundo espiritual, ou seja, para os Evangélicos extremistas, fundamentalistas ou conservadores a Bíblia está acima de qualquer outro discurso.

⁶⁸ Temor evangélico frente a criminalização da homofobia e da transfobia. Disponível em: Criminalização da homofobia e da transfobia. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/23/politica/1558635166_112275.html <<acesso em: 24 de maio de 2019>>.

⁶⁹ “quando as pessoas estimam certos valores e não sentem que sobre eles pesa qualquer ameaça, experimentam o bem-estar. Quando os estimam, mas sentem que estão ameaçados experimentam uma crise – seja como problema pessoal ou questão pública. E se todos os valores estiverem em jogo, sentem a ameaça total do pânico” (MILLS, 1969, p. 17-18).

⁷⁰ Segundo Miskolci (2007), o conceito Pânicos Morais foi desenvolvido na década de 1960 por Stanley Cohen. Segundo o autor, Cohen afirmou que indivíduos considerados socialmente fora da norma são atados pela coletividade pois passam a serem visto como perigo a ordem social estabelecida, ou seja, há um medo coletivo de que os padrões sociais conhecidos e aceitos sejam transformados.

É importante destacar que, para Miskolci (2007), ancorado nas ideias Thompson⁷¹ (1998), os pânicos morais são acionados sempre que há demandas ou conquistas sociais de grupos marginalizados. Quando há muitos avanços das minorias, a sociedade tende a enaltecer o passado alegando que os valores morais e sociais eram respeitados e exigem que o controle social seja fortalecido objetivando suprimi-las. Ou seja, há para os indivíduos tradicionais a sensação de que os valores e práticas morais do passado possuíam eficácia sobre a sociedade, por isso há um desejo saudoso/esperançoso de restaurar a moral tal qual eles acham que existia no passado. Por isso, evangélicos extremistas e conservadores objetivam manter a tradição da família nuclear, manter o controle legal sobre o corpo feminino e resgatar uma tradição imaginária que estaria sendo destruída por grupos de esquerda. Para isso, as justificativas se dão em nome da palavra de Deus⁷² e da moral, “grande parte dos parlamentares anuncia a defesa dessas bandeiras sem constrangimento, identificando nessas oportunidades, inclusive, uma possibilidade de comunicação com suas bases e o fortalecimento de suas representações” (VITAL DA CUNHA. Et al, 2017, p. 130).

Embora os parlamentares evangélicos não sejam maioria (MACHADO et al., 2014), possuem um *ethos* conservador que vai de encontro à concepção de família e sociedade de outros atores tanto na câmara quanto no senado (VITAL DA CUNHA, et al., 2017). Portanto, podemos afirmar que o tradicionalismo e a moralidade não são concepções exclusivas dos evangélicos, mas de parte da população brasileira que preza um Estado forte, que influa sobre a vida pública e privada aniquilando os direitos das minorias, promovendo a “organização” da sociedade, defendendo a família nuclear, a tradição e a moral.

Nas falas de nossas entrevistadas o maior problema da interferência dos evangélicos conservadores na política, sob justificativa de proteção à família, seria o fato de trazerem práticas e posturas tracionais de cunho exclusivamente religiosos para arena pública

⁷¹ THOMPSON, Kenneth. *Moral Panics*. London, Routledge, 1998.

⁷² É importante ressaltarmos também que em defesa da família e objetivando a destituição e o impedimento de novos direitos das minorias, a bancada evangélica teve seu peso no que diz respeito ao golpe sofrido pela então presidente da república Dilma Rousseff. Segundo fonte do Huffpost Brasil, citada por Vital da Cunha et al. (2017), durante o processo de impeachment a arguição dos deputados a Dilma se justificou 270 por defesa da família. Além disso, Os deputados também fizeram menção a palavra de Deus por 75 para alegarem que a presidenta deveria ser destituído do poder. Entretanto, os crimes de responsabilidade fiscal, motivo principal pelo qual a presidenta foi acusada e estava sendo julgada, apareceu na fala dos parlamentares apenas 18 vezes. A pesquisa feita pelo Huffpost Brasil nos mostra portanto e manifestação da onda conservadora gera por esses atores na sociedade Brasileira.

e impô-las à população. Ao justificar seu posicionamento contra a bancada evangélica Rute afirma:

“Na minha opinião, a bancada evangélica me envergonha. Porque assim, as pessoas fazem uma mescla de poder, Deus e religião completamente desnecessária. A gente vive em um Estado laico.

*Principalmente no período agora das eleições, essa bipolaridade que **meu Deus do céu**, eu comecei a refletir muito sobre isso. Sobre os **cidadãos de bem**, né, os cristãos que são de bem. Se o presidente fosse **santanista**, ou se tivesse uma bancada do satã, no congresso. O que essas pessoas iam achar? Que tipos de julgamentos elas iriam fazer? Então, assim, se o Estado é laico você não tem que misturar religião ou suas crenças com poder.”* (Rute)

Na mesma linha de pensamento verbalizada por Rute segue Noemi:

“Definitivamente não sou contra que haja a representação do grupo evangélico em meios de representação política, porque afinal os evangélicos são um grande grupo na nossa nação. O problema da bancada evangélica são as motivações que os levam a decidir sobre a vida pública: elas são majoritariamente de cunho moral, partindo de princípios fundamentalistas da cultura evangélica, e não necessariamente seguem a ética ou representam a visão de Cristo”. (Noemi)

Em concordância com as opiniões manifestadas por Rute e Noemi, Ester afirma:

“A:::::í (em tom de desanimo e lamento) (+) (+), é surreal. O que me incomoda na bancada da bíblia é fato de eles não separarem o cristianismo deles das outras pessoas. A bancada da bíblia é muito hipócrita, é um povo que tá muito preocupado com sexualidade e vida sexual alheios. Mas que tapa os olhos pra corrupção, pra pedofilia, pro aborto masculino.” (Ester)

Mas para além da crítica sobre a imbricação entre religião e política em si, esta entrevistada nos traz novos elementos para a discussão. Ela expõe o medo de julgamentos sociais pelo fato ser evangélica e alerta para a falta de capacitação de evangélicos eleitos:

*“Então me envergonha. Eu tenho vergonha do meu segmento religioso, que isso fique bem claro. **Eu tenho vergonha!** Dependendo do lugar que eu tô, eu nem digo que eu sou cristã eu fico quietinha. Porque eu não quero que as pessoas me associem a este tipo de coisa. É constrangedor sabe, você ver alguém que você admirava tanto, que você via pregações tá lá falando que a tortura pode ser aceitável em alguns casos. Então, eu tenho vergonha da bancada evangélica e eu nunca votei em ninguém lá. E eu acho que a maioria lá não tem competência. Eu lembro, alguns anos atrás, quando eu era da assembleia, que um irmão da igreja se candidatou. Aí falaram pra eu votar nele e eu disse que eu não ia votar nele não porque ele não tinha competência pro cargo. Ele não sabia nem qual era atribuição do vereador. E ainda me disse que se eu votasse nele, ele poderia conseguir um cargo numa empresa pra mim. Eu disse pra ele eu sou professora, eu não quero cargo nenhum em empresa. Ele é até **semianalfabeto!**” (Ester)*

Além de serem contra a bancada evangélica, outras duas entrevistadas se mostram preocupadas com a defesa dos direitos femininos e apontam: *“Eles não me representam. Eles não estão fazendo uma legislação que me represente, eles não estão indo em busca de coisas ao meu favor, eles não representam o que a mulher precisa.”* (Débora). E na sequência, Madalena contribui: *“A bancada evangélica e esses pastores midiáticos não nos representam. Primeiro porque eles não apresentam nenhuma pauta desde a década de 80 a gente não vê nenhuma proposta que, hã:::n, de fato represente essas mulheres pobres e negras. Então essa bancada evangélica não nos representa, mesmo porque ela se aliou a bancada do boi e da bala.”* (Madalena)

Diante das atitudes e posições defendidas pelos integrantes da bancada evangélica, percebemos a moralidade religiosa como um perigo eminente para as ativistas

feministas e LGBTs pois fomentam a prática de violência de gênero e cerceiam os direitos sexuais e reprodutivos desses grupos.

A magnitude da utilização dos pânicos morais como estratégia é tamanha que a bancada evangélica⁷³ objetiva desqualificar a luta da população LGBT por meio da implementação de projetos leis, como por exemplo o de “Cura Gay⁷⁴” e de “Estatuto da Família”, visando interditar a conquista de novos direitos e destituir os já conquistados. O projeto de “Cura Gay” pretende que psicólogos promovam tratamento para reverter a homossexualidade em heterossexualidade, entretanto, a própria OMS deixou de considerar a homossexualidade como doença em 1990. Já o projeto Estatuto da Família⁷⁵ prevê instituir o modelo de família nuclear como único passível de ser construído, desinstitucionalizando, assim, os outros modelos de família contemplados por lei (VITAL et al., 2014).

No campo dos direitos das mulheres, por exemplo, os projetos de lei⁷⁶ criados visam dificultar o aborto em casos de estupro, objetivam não conceder às mulheres orientações sobre aborto legal, pretendem impedir que as mulheres tenham direito concedido de abortar e recebam remédios abortivos⁷⁷ (sendo permitido apenas como recurso a utilização da pílula do dia seguinte) e podem influir nos direitos reprodutivos já estabelecidos. Há também projetos⁷⁸ que criminalizam a mulher pela prática de aborto em qualquer

⁷³ Também conhecida como bancada da bíblia.

⁷⁴ Projeto de Lei n. 234/2011.

⁷⁵ Projeto de Lei 6583/2013.

⁷⁶ Projeto de Lei 5.069/13 – de autoria do então deputado Eduardo Cunha. Projeto de Lei 261/2019 – Criada pelo deputado federal Márcio Labre, membro do partido PSL do Rio de Janeiro, propunha o fim da comercialização, da distribuição e da propaganda de métodos contraceptivos. Após protestos da população feminina o deputado solicitou que seu projeto fosse retirado de tramitação alegando que o mesmo não correspondia as reais necessidades da população. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/projeto-para-proibir-anticoncepcionais-foi-por-engano-diz-deputado-do-psl/> <<acesso em: 7 de fevereiro de 2019>> Projeto de Ementa Constitucional – 181/2015, apelidada de PEC Cavalos de Troia.

⁷⁷ Segundo os autores o método mais recorrente para a indução de aborto é por meio do uso de medicamentos, sendo o *Misoprostol* popularmente conhecido como *Citotec* recomendado pela OMS (Organização Mundial da Saúde) para a realização de uma prática segura. A porcentagem de mulheres que escolheram este método foi de 48% tanto em 2010 quanto em 2016, entretanto, não foi possível averiguar qual medicamento foi utilizado. Os autores destacam ainda que metade das mulheres que optaram pela realização do aborto por meio de adição medicamentosa necessitou ser internada para que o procedimento fosse finalizado. Eles afirmam que foi feita a partir do número oficial de mulheres internadas na rede pública por complicações provenientes da indução do aborto.

⁷⁸ Como é o caso da Proposta de Emenda à Constituição de número 29, formulada pelo ex-senador Magno Malta no ano de 2015. Este ano, 2019, a PEC 29 foi desarquivada pelo Senador Eduardo Girão e segue em análise dos órgãos competentes. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120152> <<acesso em: 24 de abril de 2019>> e https://www.huffpostbrasil.com/entry/pec-aborto-senado_br_5cbf6fa9e4b0764d31d97629 <<acesso em: 24 de abril de 2019>>.

circunstância, ou seja, até mulheres vítimas de aborto espontâneo correm o risco de serem criminalizadas.

É importante destacar que a bancada evangélica não possui poder por si só. Existe estreita aproximação entre a cultura política dos evangélicos e a perspectiva política “secular”. Ou seja, “a motivação ‘bíblica’ apontada pelos pentecostais para a defesa de suas posições é complementada frequentemente pela articulação em termos de ‘moralidade pública’”. (MACHADO et al., 2014, p. 612). Diante disso, quando se trata de aborto, a defesa de posicionamentos de preservação vida são apresentadas por aqueles que se colocam como representantes políticos do povo evangélico (MACHADO, 2014) e recebem apoio de agentes políticos tradicionais seculares.

No que diz respeito às práticas de abortos realizados no ano de 2016, mediante um recorte etário de 18 a 39 anos de uma amostra de 2.002 mulheres escolarizadas e moradoras de área urbana, a PNA (Pesquisa Nacional do Aborto) estimou 13% de ocorrências. O resultado encontrado em 2016 o não se distancia do encontrado no ano de 2010 dentro das mesmas especificações de análise da população, 15%. Ampliando as projeções para todas as mulheres do Brasil entre 18 a 39 anos, baseadas nos resultados encontrados na população de mulheres escolarizadas e de áreas urbanas com a mesma faixa etária em 2016, os pesquisadores constataram que em uma população de 37.287.746 mulheres 4,7 milhões realizaram aborto pelo menos uma vez no ano de 2016. (DINIZ et al, 2017).

Em nossa sociedade, o aborto é uma prática de distintos segmentos sociais pois independe do lugar que a mulher ocupa na sociedade. Mulheres inseridas no mercado de trabalho ou donas de casa, mulheres solteiras, casadas ou divorciadas, que já possuem filhos ou não, mulheres de todas as classes sociais, de todos os níveis educacionais, de todos os grupos raciais, de todas as religiões e todas as regiões do país já recorreram a esta saída diante da gravidez indesejada. Ou seja, o aborto é um fenômeno recorrente no universo feminino durante toda a vida reprodutiva da mulher (DINIZ et al, 2017). Entretanto, é importante ressaltar que as consequências dessa prática não são as mesmas para todas as mulheres. Com base na PNA de 2016, Diniz et al 2017 afirmam que, mulheres negras abortam mais que as brancas e caracterizam um quadro de 15% contra 9%; mulheres que têm filhos abortam mais que as que nunca tiveram, 15% contra 8%; mulheres casadas ou em uma relação estável e mulheres viúvas abortam mais que mulheres solteiras, são 14% e 23% contra 9%

respectivamente e mulheres com mais idade abortam mais que mulheres com menos idade, 18% contra 9%.

No que tange à mulheres religiosas que já praticaram aborto, voltamos nosso olhar para os dados apresentados pela PNA em 2016 e mencionados por Diniz et al (2017) no que diz respeito ao segmento evangélico. As mulheres evangélicas que declaram já terem feito pelo menos um aborto no decorrer de suas vidas somam 10%. É importante destacar que na população católica a porcentagem de mulheres que já abortaram é 13%, apenas 3% maior que a população de mulheres evangélicas. Se voltamos nossa atenção para os segmentos pentecostais e neopentecostais veremos que é uma população composta predominantemente por mulheres negras e periféricas como constata a literatura que recorrem a abortos inseguros, é importante ressaltar (com base nas pesquisas de Diniz et al 2017) que as mulheres negras são as que mais sofrem com as consequências do aborto clandestino.

Independentemente da idade, da posição social, do estado civil, da raça, do nível de escolaridade o aborto é uma prática que perpassa pela vida de muitas mulheres, sendo um dos maiores e mais frequentes problemas enfrentados pelo sistema de saúde pública brasileiro. Ou seja, “o aborto pode estar associado a um evento reprodutivo individual, mas a prática do aborto está enraizada na vida reprodutiva das mulheres e responde à forma como a sociedade brasileira se organiza para a reprodução biológica e social.” (DINIZ et al, 2017, p. 656). Para os autores, o Estado é negligente pois trata esta prática diante de um ponto de vista moral/religioso que reprime e criminaliza a prática, mas não desenvolve meios para minorar a questão.

Jacob et al. (2003), destacam que os evangélicos, sobretudo os de matriz pentecostal, são maioria nas regiões de periferia dentro das cidades metropolitanas. Nessas regiões, justamente, são identificados altos índices de abortos clandestinos. Estes, por vezes, resultam em morte de mulheres negras e pobres. Diante de amplas recorrências formalizadas em dados estatísticos, as Feministas Evangélicas se manifestam a favor da legalização do aborto como meio para a preservação da vida das mulheres, visto que a proibição não impede que a prática seja realizada, mas contribui para que ocorra de modo inseguro sobretudo em meio a população negra e periférica.

Embora nossas entrevistadas tenham nos afirmado que nunca recorreram a um aborto, algumas defendem a prática apenas em situação de estupro por questões pessoais e

referentes a fé, elas defendem que escolhas individuais não podem interferir na coletividade. Vejamos a defesa pela descriminalização do aborto pela voz de algumas delas:

“Sou a favor da descriminalização do aborto em todo e qualquer caso. A gravidez indesejada gera consequências extremas na psique dos filhos não planejados, que na maior parte das vezes crescem em famílias que não têm a menor estrutura para o desenvolvimento de uma criança. Além disso, a criminalização gera o tabu, que por sua vez cria um mercado ilegal de abortos que não tem a menor estrutura para realizar o procedimento garantindo a segurança da mulher, pondo em risco a vida de mulheres pobres que não veem outra alternativa para si a não ser arriscarem suas próprias vidas.” (Débora)

Madalena, integrante do coletivo EIG, se posiciona a favor da descriminalização e nos conta que embora esse tema seja muito doloroso e difícil de ser entendido e digerido por algumas mulheres evangélicas, o avanço ainda que lento está ocorrendo. Recentemente uma das seguidoras da página do coletivo na internet a procurou ela nos disse:

“Menina nos acompanhava na internet, estava vindo a São Paulo para fazer um curso e me escreveu pedindo pra conhecer. Marcamos um encontro e durante a conversa ela me disse o quanto as informações que postamos na página foram importantes para ela, e que a ajudaram a compreender a necessidade da descriminalização do aborto. Ela me disse ‘Eu não abortaria nem se eu fosse estuprada. Pelo fato de eu ser doula, indígena e cristã. Pelo fato de eu enxergar a gravidez através da espiritualidade. Mas eu compreendi, eu aprendi a dividir o público do privado e eu jamais vou dar meu voto para a criminalização.’ O relato dessa menina de Cuiabá foi muito importante também para outras meninas do coletivo. Nós pedimos permissão a ela e vamos publicar.” (Posicionamento de uma seguidora da

Página Evangélicas pela Igualdade de Gênero a partir da voz de Madalena, uma das integrantes do coletivo).

Vimos até aqui que no entendimento das Feministas Evangélicas a descriminalização do aborto é uma questão de saúde pública e de cuidado para com as vidas femininas que deve ser sobreposta a todo e qualquer julgamento moral. Entretanto, Ester, nos traz um novo elemento para o debate; o aborto paterno:

*“Eu não abortaria, mas em algumas situações eu apoio. Em casos de estupro por exemplo. E eu acho que as mulheres têm que ter esse direito de escolha porque os homens abortam todo dia. **Eu fui abortada, né!** Eu fui abortada, e eu acho que a gente precisa falar mais do aborto masculino do que do aborto feminino. Quando eu parei pra pensar sobre a questão do aborto, porque o povo cristão é um povo muito romântico, né! Eles dizem: ‘a:::::h, porque se você for estuprada quando o bebê nascer você vai olhar pra aquela criança e o::::h!!!’ **Não vai! Eu não vou!** Eu não ia conseguir ter bons sentimentos pelo bebê. O cristianismo é muito romântico. Ouvi muito isso e parei pra pensar, pra estudar e percebi que a gente tem mesmo é que falar de aborto parteno. **Ninguém fala!** As pessoas falam o tempo inteiro: ‘olha aquela mulher ali, que guerreira’. E acha muito natural o cara abandonar a criança ou ver uma vez na vida e outra na morte. Eu só faria em casos de estupro, mas eu apoiaria uma mulher que quisesse abortar e acho que todas as mulheres merecem esse apoio. E outra, muitas das vezes, a mulher só precisa de apoio não é porque ela não quer a criança.” (Ester)*

As entrevistadas alegam, portanto, que abortar ou não deve ser uma livre escolha de cada mulher, pois os pesos provenientes do nascimento de um filho recaem sobre os ombros maternos, visto que os pais e o Estado frequentemente são negligentes e/ou ausentes no que tange à divisão de responsabilidade para com a criança. Para os evangélicos

fundamentalistas ou extremistas as feministas evangélicas não são consideradas evangélicas pois para eles, assim como as feministas seculares, elas têm comportamentos que vão contra a ordem moral estabelecida por esse grupo que se justifica citando a Bíblia.

Retomando a classificação dos evangélicos mediante Cunha et al (2017), trataremos agora a respeito dos evangélicos progressistas, no qual inserimos também nossas entrevistadas. Segundo os autores, esse grupo pode ser assim classificado por conta de sua postura de defesa dos direitos humanos, das minorias e por fazerem uma leitura historicizada da Bíblia. Este grupo se contrapõe aos extremistas e conservadores na sociedade e na política repudiando suas ações.

A maior parte dos evangélicos progressistas não têm voz em suas igrejas, eles fazem parte de coletivos, nacionais e internacionais, que possuem o mesmo ideal libertário que faz uma defesa sistemática das minorias visando por meio de seminários, eventos, campanhas de conscientização e rodas de conversa... promover na esfera pública a transformação social em que acreditam (VITAL et al, 2017).

Os autores destacam ainda que, os coletivos sofrem inúmeros ataques de evangélicos extremistas e/ou conservadores. É importante ressaltar que a onda de repressão e ataques se manifestou em nosso campo durante uma entrevista na qual Madalena, uma das integrantes do coletivo EIG relatou ter sofrido ameaças de morte de um homem através da internet. Madalena relata: *“Em 2016 e início de 2017 eu também tive que ficar um pouco fora das redes porque me ameaçaram de morte e quase chegaram também no meu filho. Eu procurei uma advogada e tomamos as medidas legais.”* Posteriormente, agora de 2019, novas ameaças foram manifestadas. Desta vez, dirigidas ao grupo virtual Feministas Cristãs e a militante Camila Mantovani. O grupo Feministas Cristãs foi arbitrariamente desativado pela rede social Facebook⁷⁹. Suspeitamos que a rede tomou essa medida por conta de recorrentes denúncias e decidimos entrar em contato com as administradoras para a partir da delas o que de fato ocorreu, como e por quê. Fomos atendidos e, em entrevista, Ana nos respondeu que:

⁷⁹ O grupo Feministas Cristãs foi arbitrariamente retirado da rede após inúmeras denúncias anônimas afirmando que o grupo praticava e estimular discurso de ódio.

“Temos hipóteses, mas nada nos foi confirmado pela equipe do Facebook. Como já aconteceram antes outros ataques virtuais, acreditamos que tenha sido fruto de um movimento massivo de algum grupo conservador que se organizou para denunciar nosso grupo por discurso de ódio. Buscamos dar visibilidade à causa através de páginas de esquerda e, através da nossa rede de contatos, conseguimos acessar a equipe interna do Facebook Brasil em São Paulo, que ouviu nosso caso e reavaliou a denúncia.” (Ana)

Após reavaliação, a rede Facebook reativou o grupo que segue operando normalmente. A última e mais recente manifestação de repressão⁸⁰ direcionadas às feministas evangélicas se manifestou em nosso campo quando Camila Mantovani veio a público declarar que após ter recebido inúmeras ameaças de morte estava decidindo deixar o Brasil. No dia 2 de outubro de 2018, ao se apresentar na UFRRJ na mesa-redonda “Descriminalização do aborto no Brasil: desafios e impasses”, Camila relatou aos ouvintes que as integrantes da Frente Evangélicas Pela Legalização do Aborto recebiam muitas ameaças e que a casa de uma delas já havia sido invadida, revirada e pichada na fachada com a seguinte frase: *“O salário do pecado é a morte”*. Posteriormente, em março de 2019, durante uma entrevista com Noemi, ao tratar de ameaças e violência contra feministas evangélicas, ela nos afirmou que embora nunca tenha passado por tais situações conhecia quem já tinha. Noemi nos conta então que Camila Mantovani estava sendo perseguida, e após inúmeras ameaças estava se organizando para deixar o Brasil. A informação concedida por Noemi se confirmou e veio a público por meio das mídias virtuais e de massa no dia 26 de abril de 2019. Neste momento, ao consideramos a notícia e o relato de Noemi, supomos que Camila no ano anterior, durante a apresentação na UFRRJ, estava na verdade a falar de si mesma. Entretanto, após recorrentes tentativas, não conseguimos conversar com a militante nem antes e nem depois do exílio.

Embora nosso objeto de pesquisa seja as Feministas Evangélicas, não pudemos deixar de notar um fato que o campo nos apontava. A perseguição não é direcionada exclusivamente a pessoas que tenham alguma ligação religiosa. Em dezembro de 2018,

⁸⁰ Matéria sobre a ameaça de morte disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/26/jovem-evangelica-relata-ameacas-por-defender-a-legalizacao-do-aborto-e-vai-deixar-o-brasil.ghtml> <<acesso em: 26 de abril de 2019>>

Debora Diniz⁸¹, autora da pesquisa sobre aborto mencionada por nós neste trabalho, deixou o país por ter sido ameaçada de morte. Entretanto, para nós o prelúdio da onda conservadora manifestou-se de maneira violenta ainda em 2017 quando Judith Butler⁸² visitou o Brasil e foi hostilizada e agredida.

Os ataques sofridos por evangélicos progressistas, e por pessoas sem nenhuma ligação religiosa, mas que se são consideradas pelos religiosos como transgressoras, ocorrem porque evangélicos extremistas e/ou conservadores querem impedir o avanço dos progressistas por não concordarem com a leitura que eles fazem da Bíblia, acusando-os de não conhecerem a “Palavra de Deus”, de aliarem aos *esquerdopatas*⁸³ de contribuírem para desestruturação da família. Diante da ótica evangélica tal desestruturação originou-se, em grande medida, a partir da entrada da mulher no mercado de trabalho. Embora Machado (2005) e Teixeira (2014) mostrem que em meio aos pentecostais haja o incentivo da inserção da mulher no mercado de trabalho, ainda há predominância no pensamento evangélico de que a ausência de dedicação exclusiva das mães aos filhos contribui para a ocorrência de envolvimento dos mesmos com drogas, com situações de violência e demais problemas sociais. (VITAL DA CUNHA. et al, 2017, p. 128).

Mesmo diante de muitos confrontos com os evangélicos extremistas e/ou conservadores, Vital et al (2017), afirmam que os coletivos⁸⁴ evangélicos progressistas prezam pelo perdão pela reconciliação, pelo direito das minorias, pela democracia. Ressaltamos que essas características também são encontradas nas feministas evangélicas e por isso, somando toda a trajetória peculiar de suas lutas, consideramo-las como evangélicas progressistas.

⁸¹ https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/15/politica/1544829470_991854.html <<acesso em: 17/12/2018>>

⁸² <https://epoca.globo.com/cultura/noticia/2017/11/filosofa-judith-butler-e-agredida-em-congonhas-antes-de-deixar-sao-paulo.html> <<acesso em: 10/11/2017>>

⁸³ Classificação pejorativa amplamente utilizada por Evangélicos extremistas e conservadores para designar pessoas que lutam pelos ideais de esquerda e pelos Direitos Humanos e das minorias. No cenário religioso umas das personalidades que mais fazem uso desta palavra é Silas Malafaia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3TOvjnixB1Y> <<acesso em: 15 de agosto de 2018>> .

⁸⁴ Alguns exemplos de coletivos evangélicos progressistas: Rede Fale, RENAS – Rede Evangélica Nacional de Ação Social; ABUB – Aliança Bíblica Universitária; CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, AFROKUT – Rede Social Evangélica pelo Estado de Direito; Movimento Negro Evangélico; Frente Evangélica pelo Estado Direito; ROCHA – Associação Cristã de Defesa e Estudo do meio Ambiente... entre outros. (VITAL DA CUNHA. Et al, 2017, p. 126)

CAPÍTULO III

CONSTRUÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES COMO FATOR DISRUPTIVO DO ORDENAMENTO SOCIAL TRADICIONAL: AS FALAS DAS FEMINISTAS EVANGÉLICAS

“A passagem de sujeito submisso a sujeito livre supõe o questionamento das formas do poder que se exerce sobre cada indivíduo. O poder de dizer eu é também uma luta contra as formas de sujeição – contra a submissão da subjetividade – de que as mulheres são especialmente vítimas. Alcançar o estatuto de sujeito livre faz parte da aprendizagem do poder, no respeito por si e pelo outro.”

(RIOT-SARCE, Michèle)

Diante da lógica evangélica é necessário que a mulher seja gentil, amorosa e resiliente para cuidar da família e o homem seja competitivo e predatório para que possa sustentá-la. Essa forma de organização social na qual o homem é responsável por cumprir seus papéis sociais na esfera pública e a mulher responsável por desempenhá-los na esfera privada é concebida como tradicional, tal qual identificada e defendida por Parsons (1999). Para o autor, o equilíbrio da sociedade depende da “correta” estruturação da família, na qual o homem provê o sustento e a mulher o trabalho de cuidado e educação no âmbito doméstico através de uma divisão sexual do trabalho clássica. Essa concepção parsoniana de família e de desempenho de papéis de gênero é consonante com o pensamento hegemônico evangélico e social tradicional, uma vez que a maior parte da sociedade foi influenciada por ensinamentos religiosos cristãos. Entretanto, a vivência desse modelo de família e a concepção tradicional

do que é ser mulher dentro do imaginário evangélico está estritamente atrelada a problemas de violência de gênero como veremos no decorrer do capítulo.

Para além das mensagens propagadas pelas lideranças religiosas durante os cultos nas igrejas, evangélicos tradicionais tecem como estratégias em defesa da família a promoção eventos externos, com foco no público feminino, como Congresso de Mulheres Diante do Trono e projetos como o Culto das Princesas e o Godllywood⁸⁵ da Igreja Universal têm por objetivo doutriná-las para o desempenho dos tradicionais papéis de gênero.

No Congresso⁸⁶ Mulheres Diante do Trono, ministrado por Ana Paula Valadão⁸⁷, as orientações transmitidas as fiéis abordam o cuidado com a apresentação pessoal e a conduta feminina. É pregado que a mulher deve cuidar do corpo e da aparência, além de se relegarem ao seu lugar de esposa e mãe pois foi o lugar destinado a elas por Deus dentro família. Machado (1999), ao estudar programas voltados para mulheres evangélicas, transmitidos pelas mídias tradicionais, também identifica no Programa SOS Mulher as mesmas recomendações de cuidado feminino, tais como estar bem bonita, cheirosa e zelar por sua família.

Diante da ótica do desempenho dos tradicionais papéis de gênero, Valadão se mostra contra as conquistas adquiridas pelas mulheres por meio das lutas feministas pois, em sua opinião, tais conquistas afastam as mulheres de Deus e proporcionam-lhes uma falsa satisfação que as leva a desilusão (ROSAS, 2016). Para Valadão, se o indivíduo nasceu mulher, ela deve abdicar de seus próprios sonhos e desejos para apoiar, auxiliar o marido e cuidar dos filhos porque Deus quis. A pastora afirma que cumprir o chamado de Deus é desempenhar as tarefas planejadas por ele para as mulheres. Tais tarefas consistem em desempenhar os tradicionais papéis orientados ao feminino, ou seja, cuidar da casa, do marido e dos filhos como prova de obediência e gratidão que objetiva agradar ao Senhor.

Diante da mesma perspectiva de preservação e exaltação do desempenho dos tradicionais papéis de gênero, Teixeira (2014) ao estudar o projeto Godllywood revelou que

⁸⁵ Para discussões mais profundas sobre o projeto Godllywood ver: TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. Mídia e performances de gênero na Igreja Universal. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 34(2): 232-256, 2014.

⁸⁶ Vídeos a respeito do Congresso Mulheres Diante do Trono pode ser encontrados na plataforma Youtube no canal do Diante do Trono, disponíveis em: <https://www.youtube.com/user/DTOFICIAL/search?query=congresso+mulheres> <<Último acesso em 26 de Maio de 2019>>

⁸⁷ Valadão possui em seu espaço Oficial no Youtube 423,176 inscritos. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/DTOFICIAL> <<Acesso em: 28/04/2019>>

há um segmento voltado exclusivamente para a formação das crianças e jovens. No que tange à práticas que corroboram para a disciplinarização dos corpos e prática de papéis desempenhadas pelo gênero feminino âmbito familiar e eclesial há o programa Sisterhood. Este segmento tem por objetivo introduzir *habitus* de papéis tidos pela sociedade como exclusivamente femininos, através dos quais são exaltadas nas meninas a submissão e obediência primeiramente aos pais e posteriormente ao marido. Segundo Teixeira (2014), o aprendizado ocorre por meio de lições e tarefas elaboradas pelo programa e cumprido pelas meninas⁸⁸. A mesma perspectiva a respeito da virgindade no projeto Sisterhood da IURD também é igualmente estimada no culto das princesas oferecido por Sarah Sheeva⁸⁹. No culto determina-se que as mulheres solteiras devem abster-se do sexo para que por meio da manutenção da virgindade seja possível conquistar o homem “ideal” para o casamento. Assim como nos demais cursos, cultos e congressos mencionados anteriormente, também neste a pastora também profere que a mulher deve cuidar de sua aparência e se submeter as vontades do homem, chamado por ela de “príncipe”.

É inevitável não traçarmos uma linha comparativa entre os conteúdos ministrados nos cursos e congressos destinados as mulheres no meio evangélico. Observamos que nestes há a exaltação do exercício dos tradicionais papéis de gênero e da repressão do corpo feminino. As mulheres são orientadas a serem submissas aos seus maridos, a manterem-se dentro dos padrões de beleza socialmente estabelecidos, a interditem sua sexualidade como fonte de prazer objetivando manter a castidade para aquisição de casamento e, posteriormente, vivenciarem a sexualidade exclusivamente com o marido. Para Le Breton (2011) o corpo ocidental é lugar de censura, as regras que orientam a respeito do mesmo refletem a perspectiva da sociedade em relação as suas moralidades. Por isso, no meio evangélico tradicional há regras, formuladas pela comunidade e justificadas como vontade Divina por meio da Bíblia, que impõe as mulheres o exercício de padrões rígidos e condutas valorizados pela mesma em relação ao corpo e suas ações.

⁸⁸ Tais como: encher os pais de carinho e beijos, arrumar suas camas, fazer o café da manhã para a família, lavar e secar a louça para suas mães. Para as adolescentes o programa vislumbra formar moças que se guardam para o casamento, que aprendam a cuidar da casa, que participem de obras sociais fazendo visitas a hospitais e asilos por exemplo.

⁸⁹ Filha de Baby do Brasil e Pepeu Gomes. Foi cantora, junto com suas irmãs, no grupo pop musical SNZ criado em 1997 anos. Possui canal no Youtube com 122,855 inscritos. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCuHnQ1CR-eM5F--sUuDMLUQ> <<acesso em: 28/04/2019>>

Assim como na sociedade, a classe dominante dita as regras dentro de seu campo para a manutenção da coesão do tecido social (Bourdieu, 1998), também nas congregações os líderes produzem e reproduzem discursos objetivando orientar a vida dos fiéis. Afinal, como afirma Bourdieu (1998), a definição de um mundo conforme os interesses da classe dominante presume a reprodução de suas posições ideológicas para seus dominados por meio da domesticação dos mesmos, ou seja, é necessário que o *habitus* seja introjetado sem que os dominados percebam. Portanto, é pela manipulação das ideias que o poder simbólico se exerce. Não há o uso da força bruta, mas há o uso da violência simbólica. Deste modo, o discurso dominante tende a impor a ordem por ele estabelecida como natural por meio de estruturas mentais propositalmente ajustadas às estruturas sociais. É importante destacar que toda a estrutura só possui eficácia pois há a crença na legitimidade da palavra daqueles que as pronunciam, ou seja, os líderes religiosos. Nesse sentido é importante destacar que os que dominam a alta hierarquia eclesial, lutam pelo poder de produção simbólica, e por meio do seu trabalho de pedagogia, regulam, monitoram e moralizam os corpos do gênero feminino corroborando para um construtivismo moral que promove e reproduz a dissimetria e hierarquia de gênero entre os fiéis.

Entretanto, tais orientações simbolicamente violentas não exercem domínio apenas sobre os corpos, mas também sobre as atitudes que as mulheres escolhem tomar, diante de uma ótica religiosa tradicionalmente tida como correta, corroboram para o silenciamento de fiéis em situação de violência doméstica, dimensão que vem sendo discutida no campo acadêmico.

Segundo Vilhena (2014), 40% das mulheres evangélicas sofrem violência doméstica. Em entrevista que nos foi concedida, a pesquisadora contou que foi fazer trabalho de campo para a elaboração de dissertação sobre violência doméstica na Casa Sophia⁹⁰, situada no Jardim Ângela⁹¹, e ao conversar com as coordenadoras responsáveis pela manutenção do projeto de acolhimento das vítimas, teve conhecimento que na casa havia a presença de mulheres evangélicas. Entretanto, elas eram as que mais se demonstravam hesitantes em receber ajuda psicológica e deixavam de dar prosseguimento ao tratamento logo após a consulta de triagem. Devido a esse dado, Vilhena decidiu estudar a violência doméstica

⁹⁰ Casa de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica mantida pela Igreja Católica.

⁹¹ Um populoso e violento bairro da zona sul de São Paulo.

diante do recorte religioso. A pesquisadora procurou saber/entender em que medida se estabelecia a relação entre violência doméstica e a religião protestante, então direcionou seu foco para a análise nas mulheres que se professavam evangélicas. Segundo ela, a Casa Sophia realizava 1200 atendimentos gratuitos por mês, e dentro deste contingente 40% das mulheres atendidas se declaram evangélicas. No que diz respeito ao seu trabalho de campo, Vilhena narra que as mulheres evangélicas se demonstraram mais receosas – que outras mulheres religiosas ou não – em aceitarem participar das entrevistas mesmo sendo informadas que suas identidades não seriam reveladas por medo expor suas igrejas e suas famílias. Ou seja, a Religião é um fator que influencia as escolhas pessoais das mulheres.

A pesquisadora relata ainda que durante uma tentativa de negociação para uma entrevista, uma mulher se negou a participar alegando que o marido não lhe deu permissão. Como agravante, Vilhena descobriu que o marido além de agressor era também pastor dela. Logo, segundo a pesquisadora, a mulher sentia que tinha que obedecer a voz de Deus. Visto que na crença evangélica, além do homem ser considerado o cabeça da família, a voz do pastor é a voz do próprio Deus e neste caso um único homem representava/ocupava um duplo lugar de autoridade. Podemos observar diante deste fato e da cultura evangélica que mulher é posta, e se vê, no lugar de alguém que sempre precisa de orientação para tomar decisão. Não afirmamos, contudo, que mulheres evangélicas não possuem racionalidade, mas destacamos que o agenciamento feminino na maior parte dos casos perpassa pela necessidade de aprovação masculina.

Segundo Machado (1999), um dos fatores que mais atraem as mulheres para as igrejas é a abordagem das questões de cunho doméstico. Entretanto, assuntos a respeito da violência doméstica raramente são debatidos e/ou combatidos. Há, por exemplo na IURD o Projeto Raab⁹² (trataremos deste projeto com evidencia na página 108), mas não resulta em muita repercussão. Na maioria dos casos a fiel em situação de violência é silenciada em muitos destes espaços, o que se configura como um dos maiores problemas enfrentados pelas mulheres evangélicas

Entretanto, é importante destacar que a falta de abordagem e o apartamento dos evangélicos em relação aos debates que tenham por tema a violência doméstica é uma prática

⁹² Projeto RAAB, possui apenas 10 vídeos no canal, todos postados há mais 2 de anos e possui apenas 617 inscritos. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCWkor7g9jisOhMO1sozXc0A/videos> << Acesso em: 28 de maio de 2019>> .

antiga. Na década de 1990 a sociedade civil do Rio de Janeiro criou a Campanha pela Redução da Violência contra a Mulher, sabendo que as igrejas possuem acesso as mulheres periféricas que não são amplamente abarcadas pelo Estado, convidaram os evangélicos para atuar unidos à sociedade civil nesses espaços de maior segregação social e de ausência de manifestação do poder público. Entretanto, o engajamento foi ínfimo, o ponto de tensão deu-se entre a crença religiosa e as medidas protetivas, de interdição e de superação da violência. Isso porque os agentes sociais creem que para que os processos de violência tenham fim, é necessário que haja ruptura entre a parte agressora e a parte agredida. Ou seja, é preciso quebrar o vínculo com o agressor e promover a reconstrução da autoestima da vítima. Entretanto, os evangélicos não concordam com a separação do homem e da mulher pois para eles a família tem de ser preservada e permanecer unida. Diante da ótica evangélica tradicional o problema da violência doméstica só pode ser resolvido mediante oração e prática de comportamento subalterno e passivo para que a ira do marido não seja manifestada (MAFRA, 2001). Novamente percebemos o quão importante é a família para os evangélicos e quantos sacrifícios são experienciados pelas mulheres em buscar da manutenção da mesma.

Diante da mesma lógica do medo de envergonhar a família e a sua comunidade religiosa, mulheres evangélicas em situações de violência tendem a não denunciar seus companheiros. Essa afirmação emergiu diante de relatos de campo e de entrevista nos quais mulheres apontaram que outras próximas a elas mesmo em situação de violência, ao pedirem ajuda a seus líderes religiosos, foram orientadas a não denunciarem o agressor e resolverem o problema por meio da oração. No que diz respeito a pastores que apoiaram suas vítimas a delatarem o agressor tivemos apenas dois relatos. Isso mostra com a violência de gênero se faz presente no meio evangélico e é vista como um problema de ordem espiritual, e pode ser desencadeado mediante a dois fatores nos quais ambos são tidos como culpa da mulher. Mediante análise das entrevistas a respeito da violência doméstica e aos recorrentes relatos encontrados nos ambientes de rede social, entendemos que os evangélicos creem que quando a violência doméstica ocorre a prática se dá porque a mulher fez algo que irritasse o marido e então tomado pela raiva “o inimigo se apropria do mesmo e se manifesta por meio dele”, ou, é ocasionada porque a mulher não está orando o suficiente para estar próxima a Deus e merecer sua proteção contra o inimigo.

Diante desta perspectiva religiosa de culpabilização da mulher, os relatos obtidos em nosso campo convergem com os apresentados por Vilhena (2009), em sua pesquisa na Casa Sofia no ano de 2009. A autora mostra, por meio de sua dissertação, que muitas de suas informantes relataram que foram ensinadas na igreja a não denunciarem seu marido ou se separarem, mas a agir com sabedoria. Ou seja, dentro da lógica cristã, agir com sabedoria significa que a mulher deve ser submissa, resiliente e vencer o problema através da oração. Dentro deste sistema, a oração é vista como o modo mais eficaz de resolver todo problema que acomete a vida de uma mulher evangélica pois todo problema é entendido como sendo de ordem espiritual. Por isso a manifestação da violência neste meio é vista como “investidas” do demônio que se manifestam mediante ao enfraquecimento espiritual da mulher. Neste sentido, no meio religioso, há a crença de que a mulher deve ser resiliente e benevolente para manter a ordem e a união familiar. Por isso, diante da perspectiva evangélica tradicional, dar voz a vítima e levá-la a delegacia além promover um desajuste no sistema de valores também afeta o ordenamento social, visto que a mulher tida como um ser inferior ao homem, a partir do momento da denúncia exerce um lugar de poder sobre aquele que a dominava. Por conta da crença na eficácia do poder da oração, dentro da comunidade evangélica, a mulher que denuncia o companheiro é estigmatizada por ser considerada como fraca, como descrente da fé em Deus e em sua provisão divina.

Segundo Becker (2008), todos grupos sociais estruturam regras e tentam impô-las aos demais indivíduos, aqueles que as infringem são vistos pelo grupo como “outsiders”. Percebemos que essa prática não é diferente nos espaços eclesiais. Entretanto, para o autor, o desvio não ocorre pela prática do ato que a pessoa realiza, mas pela aplicação por outrem de sanções ao “transgressor”. Os evangélicos tendem a considerar as transgressões cometidas pelos indivíduos efeitos das influências do demônio. Ou seja, há a crença de que as mulheres abriram espaço para o demônio adentrarem as suas vidas na medida em não cumpriram regras ditadas por Deus através da Bíblia e não se aproximaram dele através da oração. Entretanto, é importante destacar que opressão feminina não se dá somente em relação à família, mas também em relação a práticas de costumes socialmente não aceitos. Por exemplo, nossas entrevistadas negras relataram que sofreram estigma quando decidiram fazer transição capilar. A respeito da transição capilar, Ester desabafa:

*“Em 2013 eu passei pela transição capilar porque meu cabelo era alisado e eu cortei meu cabelo quase todo pra tirar a química. Eu fiquei com dois dedos de cabelo, eu parecia um menino. E aquilo chocou muito a igreja, sabe? As pessoas não entendiam a questão, o porquê de eu querer ter meu cabelo natural. Tudo lá parecia ser um bicho de 7 cabeças, isso me **irri::ta tanto! Me cansa tanto!** E eu não senti mais vontade de ficar lá naquela igreja. Aí eu visitei outras igrejas e um ano depois me mudei pra Igreja Presbiteriana.” (Ester)*

As mulheres que passaram pela transição capilar foram acusadas de estarem se “desviando” da igreja ou de serem homossexuais. Relatos semelhantes ao de Ester também foram encontrados no grupo Feministas Cristãs. Tanto mulheres participantes do grupo quanto nossas entrevistadas, que passaram por situações discriminatórias, romperam com as igrejas as quais frequentavam. Para além da prática de transição capilar, as razões para o rompimento foram as mais variadas. Algumas foram desrespeitadas por pintarem o cabelo, outras por trabalharem aos domingos e não poderem ir à igreja (a comunidade julgava errado ela não comparecer aos cultos de domingo, julgavam que elas estavam se afastando de Deus), algumas por questionarem seus líderes religiosos, outras por incompatibilidade política e/ ou ideológica, por não se vestir de acordo com o padrão determinado e há ainda aquelas que foram desrespeitadas por não serem casadas ou por não terem filhos. Ester nos conta que na mesma igreja, para além da questão capilar, também sofreu estigma por expressar sua vontade de não ter filhos:

*“Na Assembleia era um absurdo, **misericórdia**. Quando eu falava que eu não quero ter filho, porque eu não quero ter filho, no meio cristão, **no::sso Deus!** E eu sempre quis estudar. E as pessoas acham que ser feminista significa não cuidar da casa, não querer casar. E eu fui muito criticada por*

não quer ter filho. Na minha antiga igreja, uma pessoa que era feminista era vista como uma pessoa que estava em pecado.” (Ester)

Percebemos, portanto, que um elemento frequente nas falas das Feministas Evangélicas é a discordância da maternidade compulsória. Ou seja, tendem a enxergar o plano de ter filhos ou não como uma escolha individual e não como um cumprimento de imposição social. Além disso, todas as mulheres pesquisadas se dizem incomodadas com a imposição de submissão a mulher nas igrejas.

Entretanto, é importante destacar que, como no protestantismo não há um modo de excomunhão, os evangélicos que possuem pensamentos e práticas modernas são marginalizados pelos próprios fiéis que possuem pensamentos e práticas mais tradicionais (ALVES, 2005 apud Mendonça, 2007). No capítulo 2 vimos, por exemplo, como as feministas evangélicas são perseguidas na internet, sobretudo na página Frente Evangélica pela Legalização do Aborto. É recorrente a manifestação de comentários que exigem que as idealizadoras retirem “evangélicas” do nome da página. Os fiéis que possuem visões tradicionais de mundo se sentem ultrajados por existir quem se defina evangélico e seja a favor de posicionamentos que eles abominam. Neste sentido, é importante destacar que a batalha discursiva se dá também pelo direito de se afirmar evangélica dentro de uma perspectiva antagônica a hegemônica. Diante desta luta para se estabelecer como feminista sem abrir mão de se afirmar evangélica, Noemi nos traz relatos experienciados tanto no seio de sua família quanto na página da EIG, visto que ela é uma das responsáveis pela manutenção do conteúdo e é frequentemente contestada:

“Eu sempre ouvi ‘você não pode ser feminista e cristã’. Eu já sofri preconceito até mesmo na minha própria família. Quando eu comecei a sair do armário (risos), quando eu comecei a me posicionar sobre o feminismo, as pessoas mais conservadoras me acharam uma herege sabe. Porque eu venho de uma família evangélica muito tradicional por parte de mãe e mudei muito. Até o marido de uma prima mudou totalmente comigo, ele é aquele cara que tá fazendo de tudo pra se tornar pastor, sabe.

*Também teve uma vez que a gente recebeu muito ataque na EIG e eu fiquei bem mal, porque a página começou a receber muita recomendação negativa. E era sempre o mesmo discurso, que na Bíblia não tem nenhuma passagem que diga que você pode ser feminista e crista porque isso é contra o evangelho. Eu hein, **eu posso! Tanto posso que eu sou!**” (Noemi)*

Assim como Noemi, Ester também sofre preconceito e tenta, sem sucesso desconstruir o imaginário preconceituoso e machista que há nas igrejas em relação ao feminismo. Ela pontua:

*Quem é feminista e evangélica, é vista como um ET. **Eu sou um ET no meio cristão.** Ano passado na igreja um menino me perguntou: ‘ué, você feminista?’ – com aquele ar de desdém, sabe. E eu perguntei pra ele: ‘você acha que o feminismo é algo errado?’ E ele me respondeu: ‘a:::h, essas mulheres ficam com a bunda de fora, não se depilam’. E eu questioneei ele: ‘você acha que homens e mulheres devem ter os mesmos direitos?’, ele ‘sim’ e eu respondi: ‘então, você é adepto do feminismo.’ E após muita conversa ele continuou rebatendo dizendo que é contra feministas. As pessoas enfiam as coisas na cabeça e não estão dispostas a aprender, a desconstruir. Eu sofri e sofro muito preconceito na igreja por ser feminista. Mas como você sendo cristã não vai defender que as mulheres tenham igualdade? **Cristo defendia isso!** Outros que acham que ser feminista é não se depilar, não casar, não ter filhos. Eu mesma quando casei, muitas pessoas ficaram chocadas e me perguntaram: ‘ué, você não é feminista?’ E uma coisa não tem nada a ver com a outra. Então eu vejo que as pessoas realmente não sabem o que é o movimento”. (Ester)*

Débora também nos conta que é muito difícil desconstruir, no imaginário social, a obrigatoriedade da prática de uma fé institucionalizada e desabafa:

Eu tô numa fase cansada, sabe? No início a gente costuma ter mais energia. Quando eu comecei a me entender inclusive como cristã pós-denominacional e como feminista, eu ainda entrava muito em discussões pra debater as hipocrisias da religião e o que isso estava gerando na sociedade, na cultura, na minha família, (+) (+). E aí a gente tem mais energia, né. Mas à medida que o tempo vai passando, é enfim, a gente fica cansado de lidar com isso porque a gente sabe o tamanho do desgaste emocional. Então quantas vezes eu chorei por horas seguidas por causa de discussões que não estavam indo pro rumo que deveriam, sabe? Não estava sendo construtivo e estavam fazendo a gente se desgastar e passar raiva. Porque as pessoas não sabem como responder aos questionamentos que a gente levanta, ou elas respondem de maneira evasiva. Então até hoje, eu confronto meus pa::is com algumas declarações que eles fazem e que não estão corretas, que não estão inclusive alinhadas com os princípios que eles mesmos me ensinaram, que eles vivem. E aí, quando há o confronto, fica aquele clima muito de silêncio. É::: (+), o que acontece muito também é a exaltação dos ânimos, né, quando a gente começa a discutir sobre isso as pessoas ficam nervosas". (Debora)

O cristianismo influencia as ações humanas por conta de seu carácter normativo. Segundo Mendonça (2007), baseado no protestante liberal Adolf Harnack, a partir de uma perspectiva sociológica, percebemos que a identidade pessoal não é preservada pela comunidade eclesial pois a religião impõe uma padronização de pensamentos e atitudes dos fiéis e gera uma constante vigilância de uns sobre os outros. Desse modo, as mulheres que não seguem o padrão imposto são segregadas e tratadas com desconfiança. Pois na lógica evangélica, ser cristã é desempenhar um conjunto de práticas que performatizam para o grupo as intenções do indivíduo a respeito de Deus. Ou seja, alguém que cumpre as regras instituídas pela comunidade e pela Bíblia é alguém que adquire respeito frente aos demais porque entendem que o sujeito que segue os preceitos divinos possui boa índole e merece confiança. Entretanto, as Feministas Evangélicas não acreditam que ter um bom

relacionamento com Deus, bem como sua crença nele, dependa do desempenho de performances. Tanto as que continuam frequentando alguma igreja quanto as que romperam com o formato de fé institucionaliza classificam as igrejas das quais se desfilaram como ambientes tóxicos, nos quais as mulheres não são respeitadas e a competição feminina é incentivada. Nas palavras da entrevistada:

“Eu aprendi, por exemplo, que se a gente não tá sofrendo, a gente não tá sendo cristão. E agora os sacrifícios que faço são convictos que eu estou fazendo por Cristo e não pela igreja e não porque eu vou ser melhor vista pela sociedade. Entendeu? Os sacrifícios que eu faço são única e exclusivamente por Cristo e pra mim, isso é positivo porque eu entro em espaços que cristãos não entram. Eu tenho amigos que cristãos geralmente não têm. Ateus, umbandistas, homossexuais eu não sou uma cristã da qual as pessoas correm. Os meus amigos dizem que só não odeiam todos os cristãos do mundo por causa de mim. Então eu acho que isso é positivo, o feminismo me ajudou muito a desconstruir a questão da religiosidade que eu tinha. E quando eu descobri que havia outras mulheres como eu, me senti muito feliz. Pra mim foi um sonho, eu comecei a dormir melhor.” (Ester)

A visão que as Feministas Evangélicas têm de si mesmas e dos grupos eclesiais está em consonância com o que afirma Becker (2008). Para o autor, na visão do desviante, ele está correto e os demais indivíduos do grupo estão errados. Ou seja, embora as feministas evangélicas sejam estigmatizadas pelo grupo e acusadas de não seguir os preceitos de Deus, elas julgam que a comunidade evangélica como errada por inferiorizar a mulher, por omitir-se diante dos casos de violência doméstica e por acreditar que as mulheres têm a obrigação de constituir família e cuidar do marido e dos filhos. Elas destacaram ainda que percebem alguns membros dando mais importância a status e dinheiro. Portanto, os fatores apresentados são vistos diante da ótica das feministas evangélicas como um distanciamento do verdadeiro amor de Deus.

Embora a maior parte das entrevistadas tenham deixado frequentar suas igrejas, todas se autodeclararam evangélicas e dizem que seu relacionamento com Deus está melhor e mais firme que no tempo em frequentavam a igreja. Elas afirmam terem percebido que para ter comunhão com o sagrado não é necessário haver mediação entre elas e Deus. Diante da escolha por vivenciar a fé de maneira autônoma percebemos que este segmento de Feministas Evangélicas pode ser incluído na categoria “desigrejadas” (Fernandes et al., 2006). Esta classificação foi criada por sociólogos da religião para indicar indivíduos que possuem religiosidade⁹³ mas não se veem pertencendo a nenhuma igreja. Tratamos nesta pesquisa a categoria desigrejadas com foco na perspectiva feminina pois identificamos que, embora a igreja tenha perdido o “poder” sobre as essas mulheres, as práticas e crenças religiosas no que diz respeito ao contato com a divindade não foram abandonadas. Na voz de uma de nossas entrevistadas o processo de recusa de uma fé institucionalizada se deu da seguinte forma:

“Eu entrei em crise quando eu comecei a entender que as passagens bíblicas eram usadas como um ‘cala boca’, né. Eu entrei em crise, crise mesmo. De passar noites chorando, sabe. Porque eu não entendia como Deus permitia que a gente sofresse tanto. Eu me questioneei muito. Daí depois eu percebi que eu tinha que fazer uma separação do que era a igreja e do que era a fé. Depois que eu tive essa separação, de que instituição é uma coisa, e a fé é outra coisa, aí eu consegui lidar melhor com essa questão de ser feminista e evangélica. Porque eu mesma sou desigrejada, eu não consigo. Eu nunca encontrei uma igreja que fizesse eu me sentir à vontade. Porque por mais liberal que a igreja seja sempre vai ter um discursinho machista do tipo ‘aaah... mas a mulher tem que fazer tudo pro marido’, mas o marido também tem que fazer tudo pra mulher! Eu nunca vi nenhuma igreja que tivesse um discurso igualitário. E é por isso que eu sou uma desigrejada. Mas eu fortaleci muito minha fé, embora eu não acredite mais em instituição. (Noemi)

⁹³ No caso das Feministas Evangélicas, que deixaram de frequentar suas igrejas, lemos a religiosidade como Fé em Deus vivida de modo pessoal, particular, individual. Ou seja, abdicaram da vivência religiosa institucional mas mantiveram práticas religiosas adquiridas na igreja que continuaram sendo-lhes pertinentes no âmbito privado.

Fernandes et al. (2006), ao estudarem o trânsito religioso no Brasil identificaram que diante da perspectiva de seus informantes não estarem vinculado a uma religião de modo institucional não significa não ter religiosidade. Ou seja, a desfiliação ocorre porque o indivíduo passa por processos de racionalização e conclui que não necessita de mediação para ter acesso ao sagrado. Mezomo et al (2017) afirmam um aspecto relevante neste processo: o fato de que estudantes de ensino superior possuem uma relação mais particular e individual com a religiosidade, na qual a convivência com líderes e comunidade deixa de ser primordial.

Em relação ao processo de racionalização identificamos durante as entrevistas que o conhecimento do feminismo foi o principal fator que contribuiu para o processo disruptivo da fé institucionalizada, no qual as Feministas Evangélicas desigrejadas afirmaram que não precisam de pastor para ter contato com Deus. É importante lembrarmos que a teoria discutida no primeiro capítulo a respeito das mulheres estarem procurando viver a religiosidade de modo mais íntimo se manifestou claramente no nosso campo nas falas das entrevistadas e está em consonância com a pesquisa de Fernandes et al. sobre o trânsito religioso no Brasil. Entretanto, é importante ressaltar que a prática da fé nem sempre ocorre de modo individual pois Feministas Evangélicas por vezes também fazem encontros para orarem, lerem a bíblia juntas e se relacionarem com o divino de modo horizontalizado.

Para Almeida (2008), a secularização favorecer aos indivíduos liberdade para escolherem sua religião, seja ela advinda de seu círculo familiar ou não. Diante da teoria e dos apontamentos provenientes do campo, notamos que nas novas gerações não possuem uma relação de dependência⁹⁴ a uma religião institucionalizada como gerações anteriores.

Para Alves et al. (2017), a pós-modernidade propicia rupturas com antigas relações sociais pois os indivíduos não aceitam seguir tradições que não tenha relação ou referência com suas identidades e valores. Por isso as gerações mais novas, dada à experiência de novas informações e novas vivências, estão mais propensos a passarem por

⁹⁴ É importante destacar que os pais das Feministas Evangélicas entrevistadas não possuem ensino superior e elas são a primeira geração de toda a parentela a adentrar neste meio. É relevante ressaltar que os pais de quase todas as feministas evangélicas também são evangélicos. Diante desses dados, evidenciamos que o Pentecostalismo está atrelado a fiéis com menos anos de estudo (NERY 2011). Isso nos mostra que, quando não há a educação, é a religião quem dita os padrões de conduta e moralidade regendo formas de pensar e as ações dos indivíduos. Nesse sentido, vemos que a educação superior foi o fator crucial e promotor da ruptura de práticas que eram reproduzidas pelas evangélicas de modo, tal qual fazem seus pais, antes delas se tornarem feministas.

transições religiosas em busca de encontrar novas formas de pertencimento que não perpassam necessariamente pela obrigatoriedade da prática de uma religião institucionalizada. Escolhemos como ilustração a fala de Ester por ser uma mulher negra, periférica, primeira e única mulher a se formar em uma universidade federal e também pelo fato de ela não ter tido outra experiência e visão de mundo que não fosse a apresentada por sua igreja na região de Magé⁹⁵ antes de entrar na universidade. Ela diz:

“Minha mãe era mãe solteira e era doméstica. E antigamente a profissão não era regulamentada, ela não tinha os direitos que tem hoje. Então eu quase não via minha mãe. E quando eu a via, ela sempre me dizia: ‘estuda pra você não depender de homem’. Então eu cresci com isso, né. Eu vim de uma família muito pobre e fui a primeira da minha família me formar numa universidade federal, e a maioria nem tem ensino médio. Eu sempre quis estudar porque eu sempre vi a educação como forma de abrir portas. E ao longo dos anos eu fui estudando sobre o feminismo, pesquisando e a Universidade me ajudou muito. Então eu fui me vendo como uma mulher feminista.

Viver pra Cristo é, às vezes, negar a si mesmo. Mas o feminismo, a instrução, a universidade me ajudaram a perceber algumas coisas dentro da religião. Algumas coisas que não são de Cristo. Então, essas coisas fizeram com que eu me afastasse da religiosidade. A Rural é uma Universidade muito boa porque você conhece todo tipo de gente. Eu me vi na Rural, uma assembleiana tradicional, e ali eu aprendi muitas coisas com as pessoas, conheci muitos outros cristãos que são cristãos. Aquela vivência me fez muito bem porque mudou o meu olhar em relação ao cristianismo”. (Ester)

No que tange à transformações na vida da mulher que impactaram diretamente a relação da mesma com a religião Nery (2011), mostra que:

⁹⁵ Região Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

“Talvez a maior rival da transformação religiosa supracitada, em magnitude, sejam as mudanças ocorridas na vida das mulheres, tais como na participação da mulher no mercado de trabalho, nos bancos escolares e nas casas. (...) Começamos a nossa análise de transformação religiosa pelo tema da revolução feminina dos últimos 35 anos (...)

Existe uma associação entre mudança de religião e a chamada revolução feminina, em particular a ascensão econômica feminina. As mulheres são hoje, assim como historicamente, mais religiosas que os homens: 5% delas não possuem crença, contra 8,52% deles. Em 1940, essas taxas de mulheres e homens eram 0,17% e 0,25% respectivamente.” (NERY, 2011, p. 20-21 – grifos nossos).

Para além de transformações propiciadas pela revolução feminina apresentadas Nery, para Guedes (2008), a inserção das mulheres no mercado de trabalho também é o principal fator que lhes confere liberdade. A autora afirma ainda que na esfera social a figura feminina está cada vez menos restrita ao mundo doméstico por conta da aquisição de educação formal, pois o acesso a esse tipo de educação traz novas visões de mundo para as mulheres pois amplia o universo de escolhas femininas.

Na mesma direção desses autores, a partir do relato das entrevistadas, afirmamos que a educação formal⁹⁶ juntamente com o feminismo são os principais veículos condutores das mudanças relacionadas às questões de gênero também na esfera religiosa e em relação a visão que as Feministas Evangélicas desenvolveram sobre o mundo e sobre elas mesmas:

“Eu sempre fui cristã, mas eu não era feminista. Eu achava que isso tudo era ridículo, desnecessário. Mas quando eu entrei em 2014 na faculdade, aí eu tomei aquele choque de realidade. A mente começa a abrir pra assuntos que eu nunca me interessava, que eu não parava pra pensar. E aí, eu comecei entender o que é o patriarcado, o que é a nossa sociedade, como nós mulheres sofremos por causa do machismo e também como os homens

⁹⁶ Mezomo, Pátaro e Rosa (2017) afirmam que estudantes de ensino superior possuem uma relação mais particular e individual a religiosidade, na qual a convivência com líderes e comunidade deixam de ser primordiais.

sofrem por conta do machismo. E aí, enfim (+), eu comecei vendo que não existe só um feminismo. Porque ele é diversificado e tem muitas vertentes, justamente por isso, porque a gente é muito diversificado. O feminismo pra uma mulher branca não é o mesmo pra uma mulher negra porque elas não vivem a mesma realidade. E foi nesse momento, durante a faculdade que eu entendi que o feminismo é um movimento necessário. Que hoje a gente conquistou muitos direitos por conta disso e ainda tem muito mais a conquistar por conta dele. Porque o feminismo é isso, fala muito mais sobre liberdade do que eu achava.” (Rute)

Notamos também que o Feminismo aparece como um fator promotor de autoestima e de respeito próprio para as Feministas Evangélicas:

“Quando você conhece e começa a estudar o feminismo, tu toma tanto posse daquilo ali, ou ele que te toma, e aí tu te torna uma pessoa tão empoderada que:: (+). Não tem aquele negócio que diz que o que vem de baixo não te atinge? Então, o que vem de outra pessoa não te atinge. O que vem da outra pessoa não te faz diferença nenhuma, se ela vai te aceitar ou não. Tô nem aí sabe.” (Noemi)

“Mas tudo mudou na minha vida após o feminismo, toda a minha forma de pensar. Me::u, **tudo** cara! Depois que eu entendi, eu me senti uma pessoa mais livre. Eu vou citar um exemplo pra tu entender isso tudo. Eu sempre tive problemas de autoaceitação. Eu tenho 1 metro e 72 centímetros de altura, eu sou magra, as minhas coxas não encostam uma na outra e eu sou muito branca. Isso tudo é sinal de privilégio, mas eu nunca entendi dessa forma. Mas isso que eu tô falando, não tem nada a ver com discussão racial não, tá?! Eu tô falando de autoaceitação mesmo. Porque as pessoas ficavam rindo de mim, ficavam fazendo **pia::di::nha, nã nã nã**. Então eu nunca gostei do meu corpo, eu só usava shorts na minha casa escondida. Eu usava por baixo da minha calça, outra calça e um meiã:::o para poder dar volume.

Mesmo no verão eu me vestia desse jeito. O feminismo me ajudou até nisso, sabe! Não saía de casa sem short, eu não mostrava minhas canelinhas pra ninguém, entende? E isso mudou completamente. Eu passei a pensar assim: ‘meu, eu que tenho que me aceitar.’ Eu sou assim, do jeito que eu sou e tá tudo maravilhoso, não existe padrão comum como a sociedade coloca. Outra coisa que mudou pra mim também foi a empatia e a sororidade, eu não tenho mais implicanciazinha com outras mulheres.” (Rute)

Por meio do relato de Miriã identificamos também o feminismo não só como um construtor de uma identidade feminina mais segura de si, mas sobretudo, como uma fonte de conhecimento que revela às mulheres a importância de seus nomes enquanto categoria de pertencimento próprio. Isto é, a entrevistada se impõe ao homem e não aceita mais ser preterida ou tratada como um indivíduo de segunda categoria como veremos a seguir:

“Quando eu me tornei feminista, o meu namorado da época não gostou. Então muita coisa eu fui explicando pra ele, porque ele tinha que passar pelo processo de entendimento sobre o que é o feminismo pelo qual eu passei. E em muita coisa ele mudou, passou a concordar comigo. Mas em outras coisas não. Por exemplo, ele sempre falava que se a gente casasse eu tinha que involuntariamente colocar o sobrenome dele e que nossos filhos teriam apenas o sobrenome dele. Eu nunca concordei com isso. Porque ele também podia colocar meu sobrenome no nome dele. Eu fiz a proposta pra ele: Eu disse, só coloco o teu sobrenome se tu colocar o meu. Porque é uma troca, né. E eu perguntava pra ele: ‘tu quer colocar?’ E ele dizia: ‘não’. E eu respondi: ‘então também eu não quero’.” (Miriã)

Apontamos ainda, em nosso universo de entrevistadas, algumas que não tiveram contato com o feminismo por meio do ensino superior, mas através da internet⁹⁷. Entretanto, pelo fato de todas as nossas entrevistadas terem ensino superior completo, intuímos que seus elevados níveis de questionamentos e de análises de confrontos da realidade ocorram partir de uma maturidade intelectual desenvolvida a partir do exercício do ensino superior.

Ao consultamos a bibliografia pesquisada percebemos que a aquisição do ensino superior não foi um fator disruptivo de antigas crenças somente em meio as Feministas Evangélicas. Mendonça (2005) faz um mergulho no passado e nos mostra que a aquisição do ensino superior por indivíduos religiosos foi um vetor que extrema importância para a transformação de seus valores e visão de mundo. Segundo o autor:

“O protestantismo, já em sua terceira geração no Brasil, formara em seu seio uma juventude burguesa intelectualizada pelo acesso às universidades que foram surgindo no período anterior. Treinados para liderança em suas igrejas, esses jovens começaram a ter logo prerrogativa nos quadros estudantis que formavam os centros acadêmicos nas escolas superiores e, assim, passaram a ver a realidade sob outro ângulo, ou melhor, voltariam suas faces para o mundo real. Perceberam o quanto suas igrejas estavam alheias ao que se passava fora de suas portas. Passaram a falar outra língua e se abriu um vazio entre eles e as lideranças eclesiais.” (MENDONÇA, 2005, p. 59-60).

⁹⁷ Entrevistadas não tiveram contato com o Feminismo nas Universidades afirmaram que por conta de questionamentos pessoais começaram a fazer pesquisas na internet e, desse modo, conheceram o feminismo. Posteriormente, se inseriram em grupos de discussão no Facebook. Elas afirmavam ainda que sites libertários foram aparecendo em seus feeds com matérias sobre feminismo também contribuíram para a construção de suas novas identidades. É importante destacarmos que, na internet quanto mais se procura por um assunto, mais conteúdo são apresentados aos usuários de modo “automático”. Portanto, indicamos para novas pesquisas nas áreas das Ciências Sociais, a necessidade de estudos que considerem e se aprofundem em relação a importância do mecanismo de algoritmo para pesquisas no ambiente virtual. Destacamos ainda que os sites virtuais mais citados pelas Feministas Evangélicas quando desejaram instruir-se a respeito do Feminismo foram *Think Olga* e *Escrava Lola*. Respectivamente disponíveis em: <https://thinkolga.com/> <http://escrevalolaescreva.blogspot.com/>

É importante destacar que, em um cenário mais contemporâneo que abrange os anos em que os governantes pertencentes ao Partido dos Trabalhadores estiveram ininterruptamente no poder, uma outra parcela que não a de jovens burgueses teve acesso ao ensino superior. Embora no Brasil a maior vertente Evangélica em ascensão seja os pentecostais e neopentecostais, caracterizados por serem formados por indivíduos provenientes de camadas baixas, afirmamos que os programas sociais desenvolvidos durante o governo Lula e Dilma propiciaram a inserção dessas camadas populares nas Universidades. Sobretudo de mulheres advindas desses espaços desfavorecidos. Entretanto, é óbvio que o contato com novas vivências e o contato com novas fontes de estudo trariam consequências para suas realidades pessoais, visto que a esfera evangélica é regida pela obediência a um sistema de regras ditados majoritariamente por uma interpretação fundamentalista e patriarcal da Bíblia.

Novas interpretações, novos conhecimentos promovem o rompimento com a percepção que se tinha a respeito do passado. Para Butler (2015), reconhecer-se em uma nova identidade faz com que as referências de passado não façam sentido no presente e por isso o sujeito não voltar a ser o que fora anteriormente. Para Boff (2002), a experiência ou a vivência proporciona ao indivíduo a aquisição de um conhecimento imediato mediante ao contato direto com a realidade. Entretanto, diante dos contrastes gerados a partir do confronto entre velhas e novas concepções de mundo, nossas informantes nos relataram que viveram um doloroso e conturbado período de questionamentos interiores. Pois embora a desconstrução da identidade adquirida por meio das instituições primárias tenha lhes propiciado novas compreensões de mundo, que contribuíram para a construção de uma nova identidade de modo consciente e racional, causaram também sofrimento e sentimento de culpa. Nas palavras das Feministas Evangélicas:

*Num primeiro momento eu fiquei em choque, porque quando eu me deparei com o feminismo eu pensei: ‘meu De:::us será que o que eu tô fazendo agora é errado?’ Porque lá na igreja eles dizem que o papel da mulher é ser **submissa** ao homem e **bla bla bla**, essas coisas errôneas que são pregadas*

por muitos padres e pastores. Então primeiro eu tive esse impacto e depois eu entendi que o feminismo tem de estar em todas as instâncias da sociedade e ele não está atuando tão forte na igreja como ele deveria. Então ali tem um **gap** na verdade. É lá, principalmente na igreja que o feminismo tem que estar por eles disseminam muitas coisas erradas. (Noemi)

“Foi conflitante porque eu achava que se eu fosse feminista, eu não ia mais poder ter minha fé, que eu ia ter que falar mal de Deus. Mas isso tudo é por conta do que é propagado pelo feminismo, né. O extremismo, as fake news (risos). Mas aí quando eu vi que o feminismo não é nada disso, que tem a ver com escolha, com sua opção de vida é você quem decide. Aí eu fiquei assim: ‘oh, mas é isso?’ Sabe, é por isso que eu digo, eu me senti uma pessoa muito mais leve depois que eu conheci o feminismo. Porque aquela, aquela obrigatoriedade que eu via que a sociedade colocava sobre a gente, e coloca ainda né, e tinha que tomar aquilo como verdade, tipo: ‘você vai ser dona de casa, você vai ter que fazer comida pro seu marido e tal’ (+), essas coisas que você não parava pra pensar. Você só escutava e pensava: ‘a:::h, é verdade’. Eu entendo que **nã:::o**, **sa:::be!** Claro, que eu to falando a partir da minha realidade, né. Até porque eu descobri o feminismo nova, né. **Graças a Deus!** (risos) Porque eu era uma pessoa preconceituosa, **no:::ssa**, eu era uma pessoa **horrível. Meu senhor Jesus!**” (Rute)

“Não tem um dia, um momento que eu consiga falar pra você quando eu me tornei feminista. Porque eu penso que é um processo, né. **E:::** é sempre um processo de muita dor. Vem a partir de experiências de muita dor, experiências de violência. Então aí a gente vai se desconstruindo porque fomos todos e todas fruto de uma sociedade que sofreu uma colonização exploratória, escravagista, branca né. (+) (+) Somos todos frutos disso, então a gente acaba reproduzindo diversas violências contra nós mesmas e contra outras mulheres. Então esse desconstruir e o processo de

reconstrução sobre novas bases não mais patriarcais, machistas, sexistas e misóginas e etc (+) é feito no dia a dia.” (Madalena)

A experiência religiosa introjetada e adquirida de modo patriarcal promove culpa na mente das mulheres e, para Boff (2002), mudar de perspectiva a respeito do que é conhecido é um processo doloroso pois significa romper com formas de pensar e visões de mundo que traziam segurança ao indivíduo, inclusive a respeito de sua própria identidade.

Diante da mesma perspectiva que Boff, Hall (2006), define que a “crise de identidade” ocorre quando os indivíduos são deslocados de seu lugar no mundo e conseqüentemente deslocados de si mesmos frente a crenças que eram consideradas imutáveis e se transformam em experiência de dúvida: “A assim chamada ‘crise de identidade’ é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos culturais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.” (HALL, 2016, p. 7). Entretanto, as mudanças propiciadas pelo estudo e pelo contato com a diversidade de pessoas na Universidade mudaram não só suas formas de ver o mundo ou a religião, mas mudaram também a forma de enxergarem a si mesmas e a se posicionarem perante a igreja e a sociedade. Débora nos apresenta uma interessante definição desse processo de desconstrução e de reconstrução da identidade:

“O feminismo mudou muita coisa na minha vida. Primeiro porque a gente começa a se enxergar diferente, a ver um potencial que a gente não via. A gente começa se livrar de (+) de coisas como a culpa, como a obrigatoriedade de cumprir determinados papéis, a gente começa a questionar é::: (+) algumas sensações que são replicadas dentro da gente, e a gente começa a perceber que isso foi implantado na minha cabeça por muitos anos de cultura e eu não tinha percebido isso. Então primeiro muda dentro da gente, quando a gente começa a questionar diversas e diversas coisas que a gente sente. Como a gente reage as coisas, como a gente

responde perguntas que nos são feitas é::: (+). E aí, depois vai mudando a maneira como as pessoas te percebem, né. Porque se muda dentro, fora vai mudar por consequência. É::: (+), e aí as pessoas começam a perceber em você atitudes diferentes. Porque você começa a ter resistência a fazer o que você sempre fazia do jeito que você sempre fazia. E aí as pessoas começam a notar, e aí no início elas começam a te entender como uma pessoa bra:::va, revoltada, impacie::nte e depois isso vira outra coisa. Porque essa sensação de impaciência vira o respeito que você ganha e aí as pessoas passam a entender que você tem suas próprias vontades, que você não precisa seguir a mesma linha que todo mundo e que você é assim e não tem nada que elas possam fazer pra::: pra mudar. Então tem essas três fases. A primeira delas é a autoconsciência, a segunda fase é a percepção das pessoas em volta de você e aí a terceira é conquistar esse respeito que na verdade veio do início, né. Que veio do respeito próprio e a partir daí veio galgando pra o respeito que as pessoas vão ter por você. (Débora)

Tratamos até o momento a respeito de conflitos internos vivenciados pelas Feministas Evangélicas desigrejadas e pessoas externas, ou seja, entre elas e os membros das igrejas as quais pertenciam. Mas uma dimensão central destes conflitos são aqueles ocorridos na esfera familiar. Na esfera doméstica a pressão feita pelos mais velhos, sobretudo pelos pais, para elas voltarem para igreja é grande. É o que nos relata Débora:

Já houve discussões em que meu pai falou alto comigo, em que ele ficou vermelho de raiva porque ele não tava entendendo o porquê de eu tá tomando aquele posicionamento. É::: (+) (+), mas sou confrontada sempre. Aconteceu, no período do Natal quando eu fui visitar com eles, que minha mãe me confrontou por que eu não ia a igreja. É::: e pra ela, é uma pergunta muito natural porque ‘se você é cristão você tem ir na igreja’ e eu tive que explicar pra ela que eu não acreditava nesse formato de::: vivência da fé. **Eu não acredito nesse formato.** E aí eu citei pra ela inclusive um exemplo de Jesus. Ele viva a fé dele caminhando pelas ruas e conversando com as

peessoas, não tinha nada a ver com se reunir em templos. Na Bíblia só cita uma vez é:::, duas vezes na verdade, que Jesus passou pelos templos. Na primeira ele tinha 12 anos, ele não entrou, ele ficou na parte de fora discutindo com os religiosos. E na segunda vez ele entrou pra chutar o pau da barraca! Então são essas duas situações em que a Bíblia fala sobre Jesus estar na sinagoga, e aí eu citei esses exemplos pra ela e ela ficou calada porque ela não tinha reação. Na minha cabeça, eu entendo esses questionamentos como filosóficos. São sobre como você interpreta a vida, o mundo, a coletividade, a sociedade, o seu papel no mundo... enfim. Mas os questionamentos sempre terminam em silêncio ou eles viram as costas e saem porque eles não sabem responder, não sabem argumentar as questões que eu levanto quando eles vêm me confrontar. Mas na verdade, eles resistem sem saber, sem entender o porquê que eles tão resistindo. (Débora)

Entretanto, ao passo que para os pais não é possível o exercício de uma fé desvinculada de um espaço institucional, para as Feministas Evangélicas eles são vistos como dependentes da religião pois não conseguem de maneira racional mudar sua concepção em relação a mesma. Identificamos que o segmento mais velho destes núcleos familiares religiosos tradicionais não apreende que muitos dos comportamentos tidos como cristãos são instituídos por construção de social e se mostram resistentes às escolhas das gerações mais novas pois não concebem como é possível ser cristão sem ir a igreja e sem participar dos rituais. Para nós, a necessidade que indivíduos mais antigos têm de praticar a fé de modo institucional advém da crença introjetada por autoridades eclesíásticas que proíbem a salvação por meio de uma busca individual (BOURDIEU, 2007). Já as Feministas Evangélicas veem a religião a partir de uma construção lógica e racional, na qual realizam uma bricolagem e tomam para si apenas o que lhes fazem sentido dentro do contexto de suas próprias vivências. Afirmam que só fazem sacrifícios, como a prática do jejum, atualmente na intimidade a partir de um acordo direto com Deus e não mais por obrigação eclesial. Ou seja, elas deixaram de seguir passivamente tradições religiosas sócio estabelecidas. Destacamos ainda que os choques oriundos das diferenças geracionais só se caracterizaram como problemáticos porque as Feministas Evangélicas, por nós entrevistadas, são a primeira geração de seus familiares a acessarem o ensino superior. Ou seja, o fator disruptivo que contribuiu para a mudança nas

formas de pensar e ver o mundo não foi apenas a idade, mas sim as experiências adquiridas por meio do estudo e da vivência em outros ambientes.

No diz respeito ao relacionamento das feministas evangélicas com sua família, elas afirmaram que “inicialmente, a sua mudança é tida como revolta mas posteriormente, por meio de muito confronto e insistência, você acaba sendo ‘respeitada’” (Débora). Diante disto, percebemos que para as Feministas Evangélicas “a autoconstrução da identidade não é a expressão de uma essência, mas uma afirmação de poder pela qual mulheres se mobilizam para mudar de como são para como querem ser. Reivindicar uma identidade é construir poder” (CASTELLS, 2008, p.235). Identificamos que para o grupo, a forma mais potente e eficaz de poder é a palavra, porque “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir (RIBEIRO, 2017, p. 64).

Ao lutarem para se fazerem existir, elas seguem tentando dialogar tanto com as camadas religiosas quanto com as camadas seculares e enfrentam barreiras de ambos os lados. No que diz respeito aos entraves referentes as Feministas Seculares, as Feministas Evangélicas contam que:

“Por entenderem a gente como parte do sistema opressor, elas acham que todos os religiosos são assim. E aí o início foi muito árduo no sentido de ter que debater e dizer: ‘aí, nossa, não é assim. O sistema está errado e a gente está justamente tentando mudar o sistema’”. Não vou te dizer que eu sofri muito preconceito, mas toda vez que a se apresentava como cristã, aí uma chuva de comentários vinha pra deslegitimar a nossa fala. ‘Não, se você faz parte desse grupo então você não tem que falar nada.’ nossas vivências são muito diferentes e a gente não conseguia criar um diálogo. Havia muita resistência porque o fator religião se tornava um muro”. (Débora)

“No movimento feminista hoje em dia a gente recebe mais acolhimento. Mas antes a gente já sofreu muito. Elas questionavam: ‘como assim cristã e feminista? **Não dá! Os dois não dá**’. E na igreja a mesma coisa. ‘Como assim, cristã e feminista?’. Eu brinco que a gente fica meio no limbo. Mas eu continuei me posicionando. Por que as mulheres religiosas têm que ser contestadas, questionadas em relação a isso? E aí a teologia feminista nos

ajuda muito. A teologia feminista pra gente é um instrumental de luta, porque é um fazer teológico a partir da experiência e das vozes das mulheres sobre Deus. E a violência faz parte do sistema patriarcal, então a gente precisa teorizar sobre isso. Eu sou uma militante feminista, mas eu não abro mão da minha fé. E a minha fé é uma fé evangélica.” (Madalena)

Para as Feministas Evangélicas é importante compartilharem suas experiências vivenciadas no meio religioso pois entendem que o feminismo não é, e não pode ser, um movimento único no qual somente as experiências de um determinado grupo feminino é considerado. Acreditam que o feminismo deve ser constituído e articulado mediante às variadas experiências femininas, e para isso, é necessário que as Feministas Seculares as escutem com o objetivo de instrumentalizar a luta. E justificam que, assim como mulheres brancas não possuem exatamente as experiências que mulheres negras na sociedade, mulheres sem religião também não passam por situações de opressão que as religiosas passam, pois mulheres não religiosas estão livres da culpa e da manipulação que as religiosas podem sofrer. Entendemos a presença das Feministas Evangélicas no debate feminista como central e estratégica, pois sua vivência no universo religioso permite a construção de um diálogo mais eficaz com mulheres que possuem outras crenças/vivências religiosas.

Apontamos que em meio as Feministas Evangélicas o grupo que mais possui contato com Feministas seculares é o coletivo de mulheres Evangélicas pela Igualdade de Gênero. Sua idealizadora nos relatou que a aproximação entre esses dois feminismos aparentemente antagônicos foi difícil dada a resistência por parte do segmento secular em aceitar dialogar com mulheres concebidas por elas como dominadas e alienadas. Mas após muito debate e interação, as feministas seculares compreenderam a importância da experiência destas mulheres para instrumentalizar a luta. A partir das feministas Evangélicas, as Feministas Seculares perceberam que não só as mulheres evangélicas são passíveis de sofrerem violência gênero e/ou simbólica e que os possíveis abusos favorecidos por vulnerabilidade⁹⁸ emocional atrelada a crença religiosa podem acometer mulheres de todas

⁹⁸ “(...) é preciso assinalar não só que as tendências à “submissão”, dadas por vezes como pretexto para “culpar a vítima”, são resultantes das estruturas objetivas, como também que essas estruturas só devem sua eficácia aos mecanismos que elas desencadeiam e que contribuem para sua reprodução. O poder simbólico não pode se

segmentos de fé. Identificaram que para além das mulheres que possuem crença em religiões de matriz cristã, também sofreram abusos de seus líderes e/ou mentores espirituais as mulheres pertencentes as religiões de matriz afro e as de seitas como a Nova Era. Essa descoberta foi um fator disruptivo do preconceito que existia por parte das feministas seculares em relação as mulheres evangélicas, pois para elas, as evangélicas sofriam abusos por serem alienadas ou influenciadas. Foi necessário que mulheres religiosas relacionassem suas experiências com o aporte do feminismo e traduzissem suas realidades de modo que esta fosse ampliada para outras experiências femininas de fé. Portanto, apontamos que o movimento feminista está deixando de ignorar e excluir a relação das mulheres com a religião, deixando de conceber como solução para pôr fim a dominação feminina o afastamento das mesmas da religião. A partir da insistência das feministas religiosas para serem inseridas no movimento feminista, este se mostrou mais disposto a pensar novas soluções para identificar e combater os *abusos espirituais* sem que as mulheres tenham que abandonar as práticas religiosas que fazem sentido a seus universos pessoais.

Entretanto, enquanto as Feministas Evangélicas conseguem promover mudanças na mentalidade das feministas seculares em relação a importância do debate entre feminismo e religião, dentro do segmento evangélico este debate é mais restrito e menos fecundo a transformações. Primeiro porque há resistência por parte das lideranças religiosas em dialogar a respeito das violências de gênero e segundo porque a narrativa deve estar alinhada ao vocabulário inteligível pelo público evangélico. Nas palavras de **Ester:**

“Há uma necessidade no meio evangélico do feminismo ser falado de alguma forma, né. Porque fica parecendo que a gente quer acabar com a família. Porque as pessoas atribuem muito uma escolha pessoal minha de

exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o constroem como poder. (...), temos que registrar e levar em conta a construção social das estruturas cognitivas que organizam os atos de construção do mundo e de seus poderes. Assim se percebe que essa construção prática, longe de ser um ato intelectual consciente, livre, deliberado de um “sujeito” isolado, é, ela própria resultante de um poder, inscrito duradouramente no corpo dos dominados sob forma de esquemas de percepção e de disposições (a admirar, respeitar, amar etc.) que o tornam sensível a certas manifestações simbólicas de poder.” (BOURDIEU 2003, pp. 52-53 – grifos nossos).

não querer ter filhos como uma forma de eu querer acabar com a família porque eu sou feminista. Então, há a necessidade do feminismo ser falado nas igrejas mas a gente vai ter que usar uma estratégia mirabolante pra poder explicar as questões de gênero sem usar palavras como feminismo, esquerda, doutrinação, ideologia. A gente vai ter que fazer um cambalacho, bolar muitas estratégias porque a gente tem muito o que fazer no meio cristão. Por exemplo, você chegar pra uma mulher e dizer que ela tem que ser feminista não vai surtir tanto efeito quanto dizer: 'olha teu companheiro tem que dividir as tarefas da casa contigo. Se vocês querem ter um filho, ele vai ter que acordar de madrugada e cuidar junto com você'. Quando eu digo pras pessoas que aqui em casa tanto eu quanto meu marido fazemos tudo em casa, todo mundo fica chocado. Eu acredito que pra gente mudar, a gente tem que estar nesses espaços. Então eu quero e sinto que preciso me articular um pouco mais, mas vai ser pelas beiradas. A gente tem que encontrar formas de se articular que sejam eficientes. Talvez, pra um grupo feminista de esquerda eu não faça a menor diferença. Mas aqui na minha área que é majoritariamente crente e pobre, onde os outros grupos não chegam. O Estado não chega, as feministas não chegam. Eu estou pra criar um grupo. Chamar cabeleireira, manicure, boleira pra gente se apoiar e uma ajudar as outras a desenvolver os trabalhos.' (Ester)

Questionamos as mulheres da EIG sobre qual é o maior desafio à atuação delas nas igrejas. Elas afirmaram que o maior obstáculo para a promoção do trabalho conscientização contra a violência de gênero e contra a violência doméstica é a recusa dos pastores em permitirem que elas dialoguem com os fiéis, sob a alegação de que não é necessário haver este tipo de debate em suas igrejas pois não há ocorrência de casos de violência

nela.

Mendes et al. (2017), descrevem que ao percorrer as igrejas de São Paulo, na região do Braz, em busca de algum programa que oferecesse suporte e acolhimento às vítimas de violência de gênero, encontrou em uma. Somente a IURD possui um programa voltado para essa problemática, o Projeto Raab. Porém, elas também não conseguiram falar com as pessoas responsáveis. Foram então orientadas a deixarem seus contatos, mas não receberam retorno.

Embora a violência de gênero seja um problema velado dentro das religiões, as Feministas Evangélicas destacam que:

“Todas nós, mulheres, em algum momento de nossas vidas sofremos violência e estar em uma comunidade de fé não nos poupa de passarmos por essas experiências. É preciso entender que as instituições religiosas estão aí fazendo parte do problema. Porque é uma instituição social que reproduz o patriarcado assim como todas as outras na nossa sociedade”. (Madalena)

“No passado eu estive em um congresso internacional de pesquisa e uma menina do nordeste disse que ela já ajudou mulheres da igreja dela que eram espancadas pelo marido mas que não se separavam porque a bíblia deixa e o pastor diz que elas estão erradas. Então, quando você se depara com a situação dessas de mulheres que são agredidas e estão dentro da igreja aí você percebe que o feminismo está faltando. (Miriã)

“A gente demora um pouco pra tomar consciência de que a gente está sofrendo violência, ou de que a gente sofreu violência. Porque todas nós, mulheres, em algum momento de nossas vidas vamos sofrer algum tipo de violência, né. Não é por estarmos em alguma comunidade de fé, seja em qual religião for, que vai nos poupar. Infelizmente não é assim. E nas igrejas Evangélicas não é diferente. A casa não é um lugar seguro pra mulher porque ela sofre violências de seus pais, companheiros, irmãos. Ou seja, pessoas que com quem ela tem relação de afeto. Mas, muitas vezes no espaço religioso, na comunidade de fé isso também é comum. Seja no salão do reino, na igreja ou no terreiro não são lugares seguros pra mulher também.” (Madalena)

Destacamos que em nosso campo, a fala teorizada de Madalena se reverberou em prática no relato trazido por Rute:

“Eu já soube de muitos casos de violência de gênero, mas um deles em específico foi na minha família. Mas o agressor não foi denunciado, a família resolveu abafar pra ele não ser preso. Isso aconteceu quando eu era mais nova, eu soube há pouco tempo e até hoje eu não sei como lidar com isso. Foi o seguinte, eu tenho uma prima que foi abusada por um tio meu. Esse tio, nessa época em que a agrediu ele não frequentava a igreja. Mas é uma pessoa que sempre foi cristã, ou seja, ele conhece a palavra. E essa minha prima era criança na época, depois ela até se converteu. Na minha igreja também tem um caso. Eu participo do louvor da minha igreja, e uma das mulheres que participa lá comigo é agredida pelo marido dela. Ela não nos conta abertamente, mas a gente sabe. Porque ela mora ao lado da igreja e o marido dela é muito louco. Às vezes, quando a gente está no ensaio, ele chega abre a porta e começa a xingar todo mundo. Então a gente pensa: ‘caramba, se ele faz isso aqui, imagina o que ele não faz em casa com ela sabe’. Os pastores da minha igreja orientam muito, dizem que ela não pode ficar sofrendo violência desse jeito. Eles já tentaram de tudo, mas ele é muito louco. E a gente sabe como é a nossa cultura, né. A mulher precisa morrer, pras instituições pensarem em fazer alguma coisa. Então ela tem medo, medo dele fugir e matar ela. É uma coisa muito delicada e ela não dá muita abertura pra falar disso.” (Rute)

Diante do conhecimento dos inúmeros e recorrentes episódios de agressão envolvendo mulheres religiosas as Feministas Evangélicas da EIG afirmam trabalhar para que as igrejas sejam um lugar seguro para as mulheres. E a respeito da igreja anunciam que: “ela faz parte do problema, mas também pode fazer parte da solução pois tem essa responsabilidade social” (Madalena). Consequentemente elas defendem que deve haver nas igrejas mecanismos de prevenção da violência, bem como medidas imediatas de combate ao agressor. A intenção seria proteger as mulheres, coibindo a ocorrência e recorrência atos de violência, pois quando a igreja se posiciona frente aos ataques, o agressor tende a tentar evitar recorrências pois sabe que não ficará impune.

Por isso, tanto as Feministas Evangélicas institucionalizadas quanto as desigrejadas concordam que é extremamente importante que o feminismo habite as igrejas e

alcance as mulheres que ainda não o conhecerem. Mesmo que haja resistência por parte das lideranças religiosas. Mas alertam que é preciso que o conhecimento seja transmitido a partir de um vocabulário inteligível aos fiéis, no qual não seja mencionadas palavras que acionem os pânico morais ou preconceitos da comunidade. É necessário que evitem utilizar determinadas palavras cujos significados foram estereotipados pelo senso comum objetivando não acionar nos fiéis julgamentos de valor e de moral que lhes cause sentimento de desconfiança.

Para Durkeim (1981), os indivíduos possuem a necessidade de classificação para que se construa uma compreensão a respeito de algo. O autor também chama a atenção para o fato de que a classificação não é concebida de maneira isolada, ela é criada de maneira relacional. Por isso as coisas são classificadas de maneira dicotômica em relação sobre o que é tido pela sociedade como bom ou mal. Desse modo, as coisas são sagradas ou profanas, amigas ou inimigas, benéficas ou maléficas. Nesta direção, em relação ao fato de homens agruparem as coisas também da maneira como estas os afetam, é possível trazer para esta discussão Mary Douglas. A autora de *Pureza e Perigo* acredita que as coisas, por conta da crença que os homens conferem a ela por meio da classificação, afetam a sensibilidade social. Desse modo, para Douglas (2010) impureza é desordem. E para o meio cristão desordem significa o não cumprimento da palavra de Deus.

Diante da premissa interpretativa tradicional da sociedade, as Feministas Evangélicas vislumbrando introduzir discussões sobre gênero na racionalidade das fiéis e de suas lideranças, dão preferência ao uso de palavras como mulher e feminina em lugar de feminista, por exemplo. Pois no imaginário tradicional cristão a mulher feminista é concebida a partir de estereótipos como louca, agressiva, imoral, lésbica e etc. Por isso, quando as Feministas Evangélicas vão as igrejas trabalhar as questões referentes a violência de gênero elas costumam nomear os encontros como “Reunião de mulheres”, “Encontro de mulheres”, “Fórum Feminino”, “Oração das mulheres”...

Quanto a necessidade de atrelar o discurso de alerta ao entendimento dos fiéis, como mencionamos, optamos por trazer como exemplo a forma pela qual as mulheres que integram o Projeto Redomas abordam a questão da violência de gênero. Elas afirmam que:

“A linguagem/discurso é estruturalmente simbólico e legitimador de práticas e padrões sociais, neste sentido é importante falar a linguagem da comunidade eclesial para que haja compreensão. Logo, a estratégia de disputa de campo, de disputada pela transformação das mentalidades é classificar a violência contra a mulher como pecado. O Projeto Redomas concebe a violência de gênero como uma transgressão à vontade divina, que criou mulher e homem para virem em igualdade e harmonia. Segundo as idealizadoras, “a dominação do homem sobre a mulher não é vontade de Deus, mas resultado de uma humanidade caída, que se afastou do propósito original” (PROJETO REDOMAS, 2018, p.7).

Ou seja, as idealizadoras do projeto propõem que a violência deve ser nomeada/classificada como pecado pois o pecado é compreendido no imaginário cristão como vai contra os desejos de Deus. Portanto, aquele que quer agradar a Deus não deve manter práticas concebidas na estrutura evangélica como pecado.

Embora estudos apontem que o protestantismo seja responsável por desenvolver nos homens⁹⁹ um novo *ethos*, no qual o machismo tradicional seja rejeitado (BERG, 1999; MACHADO, 2005), a violência de gênero se manifesta no meio religioso e no ambiente doméstico de forma recorrente e ampla. Em relação a violência doméstica é importante ressaltar que as mulheres tendem a conceber como violência apenas agressões físicas. Destacamos ainda que, no meio evangélico há também a ocorrência de violência sexual¹⁰⁰ que é frequente explicitada por relatos enviados ao Projeto Redomas. O acontecimento deste tipo de violência ocorre a partir da justificativa de que, dentro do imaginário cristão, a mulher não pode negar-se a ter relações sexuais com seu marido pois não possuem autoridade sobre o próprio corpo. Este dado é importante para percebermos o quanto a cultura machista influencia a religião, legitimando e estimulando a dominação de gênero.

Nos relatos encontrados em campo, tanto por meio da netnografia quanto através das entrevistas, identificamos que a violência de gênero é o maior e mais recorrente problema

⁹⁹ É importante ressaltar que não estamos presumindo que todos os casais no meio evangélico sejam compostos por ambos professando a mesma fé. Mas, mesmo em meio a casais nos quais os homens também sejam evangélicos é usual a manifestação da violência doméstica.

¹⁰⁰ Para relato de incentivo de violência sexual por meio de discurso de liderança eclesial, ver nota 34.

enfrentado pelas mulheres evangélicas. Por isso, as integrantes do coletivo Evangélicas pela Igualdade de Gênero, assim como as mulheres do Projeto Redomas, também trabalham em prol da preservação das mulheres, tendo como foco o debate a respeito da violência de gênero. Para elas é preciso alertar as fiéis sobre todas as formas de violência e orientá-las sobre como devem proceder para se protegerem. Consequentemente o Projeto Redomas desenvolveu a cartilha “Não é Falta de Oração” e o coletivo Evangélicas pela Igualdade de Gênero publicou o livro¹⁰¹ “Evangélicas por sua Voz e Participação – Gênero em Discussão” objetivando alertar as mulheres que toda violência não deve, sobre justificativa alguma, ser tolerada e deve ser denunciada.

Para as Feministas Evangélicas é obrigação da igreja acolher as vítimas e promover estruturas nas quais se estimule a desconstrução de antigos padrões, pois é um espaço no qual, por séculos e séculos, se promoveu discursos¹⁰² incitadores e legitimadores da violência por meio de leituras bíblicas e de sermos proferidos nos púlpitos feitos a partir interpretações patriarcais. Recentemente a EIG, durante o Fórum de Mulheres na Igreja Betesda, implementou um projeto para mulheres em situação de violência e conseguiu fechar uma parceria entre a igreja e a casa de acolhimento Mulheres Vivas em Santo Amaro – SP. Os membros da igreja ajudam¹⁰³ trabalhando de maneira voluntária e doando recursos para sustento das vítimas e seus filhos¹⁰⁴.

Para além do combate a violência de gênero no ambiente eclesial por meio de sermões, estudos bíblicos e inserção do tema nos currículos teológicos; as Feministas Evangélicas também propõem que as igrejas desenvolva um órgão¹⁰⁵ responsável para tratar

¹⁰¹ VILHENA, Valéria Cristina (Org.). *Evangélicas: por sua voz e participação. Gênero em discussão*. São Paulo: Fonte Editorial, 2015. 148 p. ISBN 978-85-68252-91-8.

¹⁰² “Longe de querermos afirmar que todos os homens evangélicos se comportam de modo dominante em relação as suas esposas e que todos os pastores proferem nos púlpitos discursos que legitimam as violências masculinas efetuadas contra mulheres, mas mediante a dados encontrados em campo (e aqui incluímos os materiais colhidos e analisados tanto na internet quando nas entrevistas e nos materiais produzidos pelos grupos evangélicos que lutam contra a violência feminina estudados por nós) de recorrentes casos violência física, sexual e/ou simbólica afirmamos que a violência de gênero é um dos principais problemas enfrentados por mulheres no meio evangélico. No site do Projeto Redomas coletamos o seguinte relato: ‘ouvi um dos pastores falar em público que a mulher nunca pode negar sexo ao marido por estar chateada ou de mal humor, caso contrário, está abrindo brechas para a traição do marido’ ” (REDOMAS – relatos, 2018, s.p).

¹⁰³ Os fiéis formaram um mutirão para reformar a casa de acolhimento. Nele trabalharam de maneira voluntária engenheiros, eletrotécnicos, pintores e também psicólogas atendendo as mulheres em situação de violência.

¹⁰⁴ As membras da Eig ressaltaram que na maioria dos casos, as mulheres vítimas de violência nunca são acolhidas sozinhas pois sempre chegam a procura de ajuda junto com seus filhos.

¹⁰⁵ As Feministas Evangélicas destacam ainda a necessidade de a igreja criar meios para certificar se esse órgão está recebendo apoio e fomento das lideranças religiosas.

questões que envolvam o combate a violência e que acolha, para além das mulheres vítimas, também os homens agressores. Sem deixar de desenvolver, obviamente, práticas e políticas para responsabilizá-lo perante a igreja e a sociedade.

Pelo fato da religião ser uma autoridade socializadora, também para nós, é imprescindível a responsabilização da igreja e a necessidade de mudança de discurso como um fator determinante para o combate da violência de gênero. Pois a partir da mudança de discurso e de práticas punitivas é possível promover a desconstrução da agressividade e do domínio masculino, assim como incentivar a construção de novas identidades orientadas à construção do respeito e da autoestima feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora majoritariamente o cristianismo tenha sido visto a partir da perspectiva conservadora, identificamos as feministas evangélicas como *outliers* em relação à curva do tradicionalismo pentecostal.

Segundo Durkheim (1989), a principal função de todas as religiões é agir sobre a vida moral dos indivíduos. Foi observado que nas igrejas as mulheres são educadas para servir, para ajudar e para serem sempre dóceis e submissas. Essas práticas se reafirmam e se reproduzem porque por meio do discurso cristão constroem-se as identidades de gênero e o modo de viver dos fiéis. Ou seja, percebemos que o ethos evangélico está sedimentado sobre regras de conduta e comportamentos, no qual espera-se das mulheres evangélicas obediência. Entretanto, as feministas evangélicas objetivam promover os direitos humanos nas igrejas e na sociedade, bem como mostrar para a sociedade (religiosa e/ou civil) que há outras formas de compreender e vivenciar a religião que não perpassam pelo viés de dominação masculina.

Machado no ano de 2005 já apontava transformações mais significativas na sociedade a partir da aquisição do ensino superior¹⁰⁶ e do conhecimento a respeito do feminismo:

¹⁰⁶ Para Machado et al (2009), é a educação superior somada a maior mobilidade de circulação das mulheres a elevadas esferas sociais que proporciona transformação nas percepções dos tradicionais papéis de gênero.

“Parece consensual que a produção de novas formas de subjetividade feminina e a reconstrução das identidades de gênero na sociedade brasileira desta virada de século estão estreitamente relacionadas com o incremento do nível educacional das mulheres, a ampliação da participação em atividades remuneradas, (...) a cultura feminista proporciona os recursos discursivos para o desenvolvimento de uma consciência de gênero e para o combate das relações assimétricas entre os homens e as mulheres (...) a despeito do combate das lideranças religiosas pentecostais ao movimento de mulheres, as mudanças nas representações dos gêneros nesses segmentos confessionais encontram-se também relacionadas com a tendência de apropriação seletiva de ideias feministas pela sociedade, e em especial pelas instituições culturais brasileiras” (MACHADO, 2005, p. 390).

A respeito do nosso objeto, afirmamos que o ensino superior juntamente com feminismo foram os grandes responsáveis por transformar as identidades femininas construídas pela religião. Percebemos a transformação de um ethos doutrinado em uma identidade construída de modo consciente a partir de processos de racionalização orientado por novas vivências. Visto que as Feministas Evangélicas são mulheres jovens, na faixa etária de 20 a 40 anos e em sua maioria, pertencentes a camadas populares da sociedade das quais nenhum outro familiar teve acesso ao ensino superior, sendo elas a primeira geração a alcançar esse feito. Portanto, esses conhecimentos somadas as novas experiências operam como um divisor de águas ao transformar a forma como essas mulheres enxergavam o mundo. Elas conceberam que ser evangélica é mais que cumprir rituais ou agir de formas aceitas pela coletividade, também passaram a crer que o contato com o divino não necessita de mediação.

A partir dessa nova visão de mundo, as Feministas Evangélicas perceberam a magnitude dos problemas enfrentados pelas mulheres no meio cristão e identificaram a dominação simbólica estabelecida sobre elas nas igrejas. Por isso, ao tratarmos das Feministas Evangélicas nos referindo a uma elite intelectual¹⁰⁷ que se coloca na linha de frente pela defesa dos direitos femininos e faz o papel de tradução da teoria para a linguagem feminina

¹⁰⁷ No sentido de terem acessado o ensino superior, não no sentido econômico.

popular objetivando ensiná-las a identificar e combater a violência de gênero dentro dos espaços religiosos e domésticos.

Em relação aos problemas enfrentados, identificamos que os assuntos mais debatidos e trabalhados por elas são a violência doméstica e a legalização do aborto. É importante destacar que estes são os assuntos mais difíceis de serem resolvidos dado ao *ethos* familista que os evangélicos tradicionais possuem.

Identificamos, por meio da fala das entrevistas e de conteúdos¹⁰⁸ gospel disponível na internet, que no meio religioso o feminismo é condenado por ser considerado um artifício para acabar com a família. Evangélicos, extremistas e tradicionais, não concordam com as mudanças na sociedade advindas da modernidade e se esforçam para impor seus preceitos e sua visão religiosa de mundo às vivências pessoais dos demais sujeitos sociais. Por isso, os fiéis que possuem visões tradicionais de mundo se sentem ultrajados por existir quem se defina evangélico e seja a favor de posicionamentos/práticas que eles abominam. A tradição possui a função social de ordenamento da vida dos indivíduos (GIDDENS, 2002). Pelo fato das feministas evangélicas pregarem mudanças dentro do sistema eclesial vigente são vistas por cristãos tradicionais como desviantes. Segundo Becker (2008), os desviantes promovem a disfunção do sistema e geram a desorganização social quando rompem com a estabilidade do mesmo. Para os evangélicos, portanto, as “desviantes” são vistas como impuras, ausentes de comunhão com Deus, e por isso devem ser excluídos da comunidade religiosa. Entretanto, o real significado para que move o desejo de exclusão das feministas evangélicas vai muito além de discussões valorativas ou comportamentais em relação a ser ou não cristão. É fato que elas descortinam as violências cometidas e acobertadas no meio religioso, e agem de modo a instrumentalizar as mulheres para identificarem práticas abusivas e denunciá-las. Portanto, no cenário religioso, é importante destacar que a batalha dentro deste sistema se dá sobretudo pelo direito de se afirmarem evangélicas dentro de uma perspectiva antagônica a hegemônica mostrando que outras mulheres também podem ser feministas e evangélicas.

É importante destacar que o feminismo evangélico, para além de ser construído a partir da experiência das mulheres, se ergue a partir de ideais emancipadores e democráticos

¹⁰⁸ Como por exemplo o canal no Youtube do pastor Silas Malafaia e o canal, também na mesma rede, da cantora e pastora Ana Paula Valadão mencionados nos capítulos 2 e 3.

orientados pela modernidade confrontando-os e exigindo mudanças na ordem patriarcalmente estabelecida. Pelo fato da modernidade não ter sido estabelecida de maneira retilineamente libertadora a todos os indivíduos na sociedade haja visto os recortes de gênero, raça e renda. Portanto, as feministas evangélicas se esforçam para que a experiência feminina seja considerada nos espaços eclesiais, mas sobretudo, objetivam por meio do feminismo construir uma nova cultura na qual governe uma fé inclusiva que respeite, valorize as mulheres e promova igualdade e a reciprocidade entre elas e os homens a ponto de que a ordem vigente seja superada. Pois, a religião não é só um lugar de opressão, mas faz parte de um sistema opressor que as mentes e os corpos femininos por meio da dominação simbólica.

Embora para Foucault (1999), em todas as sociedades conhecidas, as mulheres possuem uma parcela do poder que permite as mulheres ameaçarem a supremacia masculina, identificamos que a luta das feministas evangélicas pelo lugar de poder é desigual. Visto que as armas utilizadas no combate não são as mesmas para ambos os lados, ao passo que elas lutam por meio do diálogo, o domínio religioso se impõe de maneira violenta e até mesmo bélica objetivando silenciar mulheres que denunciam o que há de incorreto neste meio.

A partir da ótica de Gohn (2014), que concebe os movimentos sociais como grupos que se organizam a partir de uma causa coletiva vislumbrando promover reconhecimento e transformações culturais a partir de relações de conflito com a sociedade, classificamos o Projeto Redomas, as Evangélicas pela Igualdade de Gênero, a Frente evangélica pela Legalização do aborto e as mulheres do Grupo Feministas Cristãs como parte integrante do movimento social feminista, que segundo a autora, pode ser classificado como pertencente à terceira onda. Entretanto, destacamos que o foco de luta dessas quatro coletivos é o acolhimento de mulheres agredidas e violentadas tanto na esfera doméstica quanto na esfera religiosa e o trabalho de orientação feminina para identificação e sobre como devem proceder mediante a atitudes violentas, machistas e sexistas também nos espaços anteriormente mencionados. Agindo a exercerem um contrapoder dentro do campo religioso evangélico.

Também é importante destacar que as Feministas Evangélicas não são um segmento hermético em si. A idealizadora do grupo Feministas Cristãs nos afirmou que optou pela classificação “cristãs”, em lugar de evangélicas, para outras mulheres provenientes de religiões de raiz cristã se sentissem representadas e acolhidas. Nesse mesmo sentido, a

criadora do coletivo Evangélicas pela Igualdade de Gênero nos contou que elas se unem a mulheres de demais religiões para lutar contra a cultura patriarcal que concede e legitima a violência de gênero dentro das religiões. Percebemos então que essas mulheres, embora tenham fé pessoal, não excluem ou desqualificam uma as outras por conta de sua denominação confessional, pelo contrário. Identificamos portanto que há união feminina empenhada na luta em prol da desconstrução do patriarcado religiosos e de domínio masculino sobre as mulheres nas religiões.

Esperamos ter contribuído para a desconstrução a imagem estereotipada da mulher evangélica no imaginário acadêmico, ao mostrar que há nesse meio pessoas de racionalidade progressista que lutam pela defesa dos direitos das mulheres, e novas pesquisas que contemplem a luta e a representatividade feminina em todas as religiões serão de grande estima para toda a sociedade. Pois na maioria das igrejas continua sendo exercida uma interpretação patriarcal da Bíblia que legitima e naturaliza a desigualdade e a hierarquia entre os gêneros, favorecendo a violência contra as mulheres. Ou seja, o modelo¹⁰⁹ religioso patriarcal contribui para a manutenção da violência de gênero. Portanto, as violências vivenciadas pelas evangélicas podem ser vivenciadas por mulheres que professem outra fé, visto que a religião que tem sua construção em bases patriarcais provê aos homens instrumentos para a dominação feminina.

¹⁰⁹ Por isso encontramos feministas evangélicas de diferentes denominações pois a dominação patriarcal perpassa por todos eles.

REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS

- BECKER, Howard S. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BOFF, Leonardo. *Experimental Deus hoje: a transparência de todas as coisas*. Campinas: Verus, 2002, 41; MORAES, J. Ferrater. *Experiência*, 181.
- BOURDIEU, Pierre. “Sobre o poder simbólico” e “A identidade e a representação”. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. RJ: BertrandBrasil, 1998.
- _____. *Economia das trocas simbólicas*. Perspectiva, 2007, São Paulo.
- BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte. Autêntica. 2015.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz&Terra, 2008.
- CUNHA, Magali do Nascimento. “É preciso salvar a família”: gênero, religião e política no contexto do neoconservadorismo evangélico nas mídias no Brasil. In: *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. Christina Vital da Cunha, Paulo Victor.
- DINIZ, Debora. Et al. Pesquisa Nacional de aborto 2016. *Ciência e Saúde Coletiva*, 22(2):653-660, 2017.

- DUARTE, Rosália. Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de Pesquisa, n.115, p.139-154, março, 2002.
- FERNANDES, Sílvia R. A.; PITTA, Marcelo. Mapeando as rotas do trânsito religioso no Brasil. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 26, n.2, p.120-154, 2006.
- FERRARO, Alceu Ravello. Condorcet – Educação da Mulher. In: Dicionário crítico de gênero / Ana Maria Colling, Losandro Antônio Tedeschi, org.; prefácio [de] Michelle Perrot. – 2.ed. – Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019a.
- _____. La Barre, Poulain de – a educação da mulher. In: Dicionário crítico de gênero / Ana Maria Colling, Losandro Antônio Tedeschi, org.; prefácio [de] Michelle Perrot. – 2.ed. – Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019b.
- FOUCAULT, Michel. “Uma estética da existência”. In: MOTTA, Manoel B. Da (org). Foucault: Ética, sexualidade, política. Ditos e Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 290.
- FLICK, Uwe. An Introduction to qualitative research. Sage Publications, 2009.
- GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- _____. Sociologia. Cap. 5 – Gênero e Sexualidade. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- GUEDES, Moema. Família e trabalho nas mulheres de nível universitário: um olhar demográfico. In Gênero, vol 9, n. 1. Niterói: Ed UFF, 2009.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na Pós-Modernidade. DP&A Editora, 11ª Edição, Rio de Janeiro, 2006.
- KERGOAT, 2009. Verbete “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”. In: HIRATA, Helena et al (orgs). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Unesp, 2009.
- LE BRETON, David. *Antropologia do corpo e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2011. Capítulo 1: O inapreensível do corpo, p. 17-41.
- LE MOS, A.; LÉVY, P. O Futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.
- LÉVY, Pierre. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 1998.
- MAFRA, Clara. Os Evangélicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

- MACHADO, Maria das Dores Campos. Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(2): 387-396, maio-agosto/2005
- MACHADO, Maria das Dores. SOS Mulher – A identidade Feminina na mídia pentecostal. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 1, n.1, p. 167-188, set. 1999.
- _____. Os pentecostais e as controvérsias sobre os direitos humanos no Brasil. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal/RN, agosto de 2014.
- MACHADO, Maria das Dores et al. A ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 57, nº3, 2014.
- MENDONÇA, Antonio Gouvêa. O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. In: *Revista USP*, São Paulo, n.67, p. 48-67, Setembro/Novembro 2005.
- _____. Protestantismo no Brasil: Um caso de religião e cultura. *Revista USP*, São Paulo, n.74, p. 160-173, junho/agosto 2007.
- MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; ROSA, Daiana Nunes da. Religião e Política: Aproximações e Permeabilização a partir do olhar de jovens universitários. *FRAGMENTOS DE CULTURA*, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 44-57, jan./mar. 2017
- MIAN et al. O ciberativismo Potencializado via Memes: Uma análise da articulação de pautas políticas e sociais nas redes. 41º Encontro anual da ANPOCS.
- MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- MISKOLCI, Richard. Pânicos Morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu* (28), janeiro-junho de 2007: 101-128.
- MARCUS, George. *Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal*. *Alteridades*, v. 11, n.22, p. 111-127, 2001.
- NERI. Marcelo Côrtes. *Novo Mapa das religiões/Coordenação Marcelo Côrtes Neri*. – Rio de Janeiro: FVG, CPS, 2011.
- PADILHA, Felipe. *Pesquisa em Rede: notas teórico-metodológicas sobre a pesquisa de campo com e nas mídias digitais*. In: ANPOCS, spg10 – diários de campo digitais: relatos de pesquisa na/da internet. Caxambu, 2017.
- PERROT, Michele. *Minha História das Mulheres*; [tradução Angela M. S. Côrrea]. – São Paulo: Contexto. 2007.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

ROESE, Anete. Religião e feminismo descolonial: os protagonismos e novos agenciamentos religiosos das mulheres no século XXI. Horizonte, Belo Horizonte, v. 13, n.39, p.1534-1558, jul/set. 2015.

_____. **O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões.** Cadernos Pagu (16) 2001: pp. 79-96.

ROSAS, Nina. O direito ao corpo: liberdades e controles a partir dos ensinamentos da pastora Ana Paula Valadão. ANPOCS, 2016.

ROHDEN, Fabíola. Catolicismo e protestantismo: O feminismo como uma questão emergente. In: Cadernos Pagu; pág. 51-97; 1997.

ROSADO-NUNES, Maria José. **Feminismo, gênero e religião – os desafios de um encontro possível.** Estudos da Religião, v. 31, n.2. 65-76, maio-ago, 2017.

SANTOS, Odja Barros; et al. Interpretação bíblica: raízes patriarcais e leituras feministas. Interações, Belo Horizonte, Brasil, v. 13, n.24, p. 334-354, ago./dez. 2018.

SCHWENGBER, Maria Simone; et al.: Educação. In: In: Dicionário crítico de gênero / Ana Maria Colling, Losandro Antônio Tedeschi, org.; prefácio [de] Michelle Perrot. – 2.ed. – Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

TEIXEIRA, M. Jacqueline. Mídia e performances de gênero na igreja Universal: O desafio Godllywood. ANPOCS, 2014.

TOSTES, Angelica. Marginais dentro do centro: os evangélicos e o movimento social. 2018. Disponível em: <https://angeliquisses.wordpress.com/2018/03/29/marginais-dentro-do-centro-os-evangelicos-e-o-movimento-social/> <<Acessado em 29 de março de 2018>>

VILHENA, C. Valéria. Pela Voz das Mulheres: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas atendidas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher – Casa Sofia. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2009.

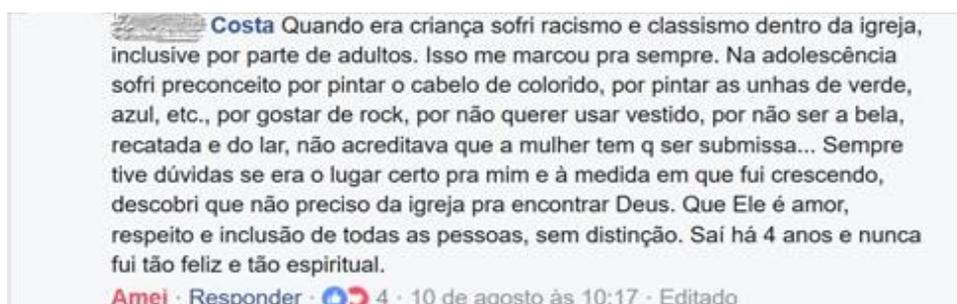
VITAL DA CUNHA, Christina. LOPES, Paulo Victor Leite. Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, HBS, 2012.

VITAL DA CUNHA, Christina. LOPES, Paulo Victor Leite. LUI, Janayna. Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll e Instituto de Estudos da Religião (ISER), 2017.

WOITOWICZ, Karina Janz. Imprensa feminista no contexto das lutas das mulheres: Ativismo midiático, cidadania e novas formas de resistência. REVISTA AÇÃO MIDIÁTICA – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura – Universidade Federal do Paraná Programa de Pós-Graduação em Comunicação Vol. 2. Nº 1. Ano 2012.

ANEXOS¹¹⁰

1.1 Relatos, colhidos no grupo Feministas Cristãs, de algumas fiéis que deixaram de frequentar a igreja.



Costa Quando era criança sofri racismo e classismo dentro da igreja, inclusive por parte de adultos. Isso me marcou pra sempre. Na adolescência sofri preconceito por pintar o cabelo de colorido, por pintar as unhas de verde, azul, etc., por gostar de rock, por não querer usar vestido, por não ser a bela, recatada e do lar, não acreditava que a mulher tem q ser submissa... Sempre tive dúvidas se era o lugar certo pra mim e à medida em que fui crescendo, descobri que não preciso da igreja pra encontrar Deus. Que Ele é amor, respeito e inclusão de todas as pessoas, sem distinção. Sai há 4 anos e nunca fui tão feliz e tão espiritual.

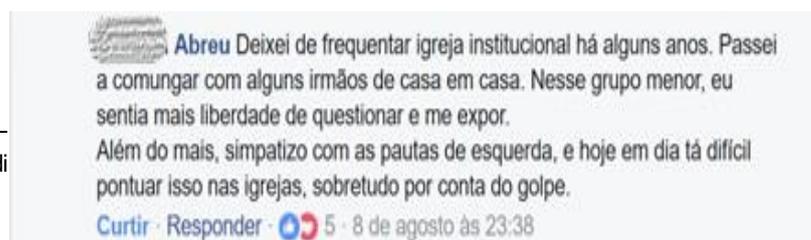
Amei · Responder · 4 · 10 de agosto às 10:17 · Editado



Macedo Eu deixei de ir pois sempre vinha alguém orar por mim por "libertação", além dos olhares de julgamento e até pena porque eu defendo ideais de esquerda, feminista e de apoio a diversidade sexual. As vzs eu ainda vou em alguns cultos da minha antiga igreja, mas sempre tem alguma irmã que vem chorando pra que você "volte para os caminhos, se arrependa".

😊😊😊

Curtir · Responder · 4 · 10 de agosto às 09:47

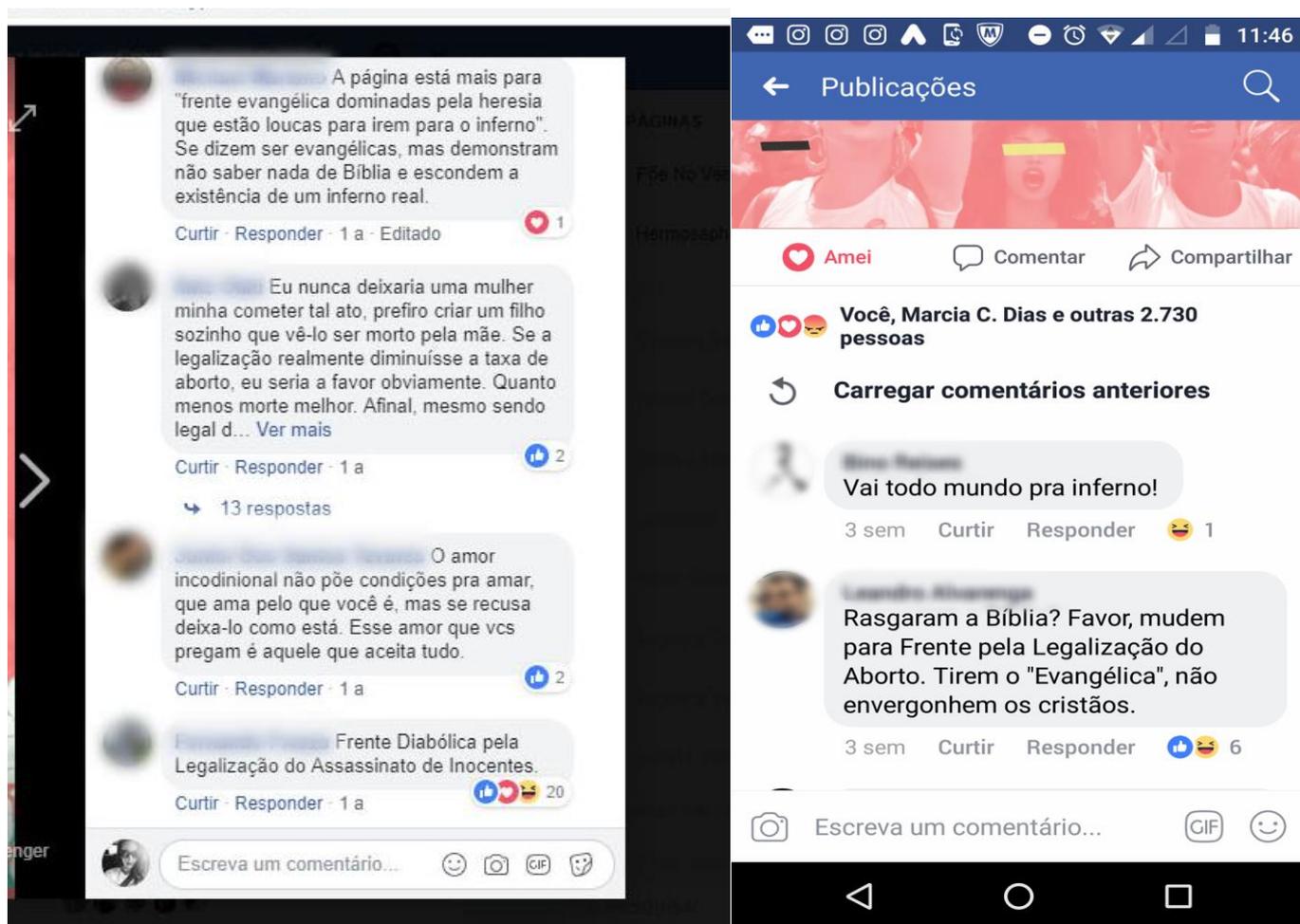


Abreu Deixei de frequentar igreja institucional há alguns anos. Passei a comungar com alguns irmãos de casa em casa. Nesse grupo menor, eu sentia mais liberdade de questionar e me expor. Além do mais, simpatizo com as pautas de esquerda, e hoje em dia tá difícil pontuar isso nas igrejas, sobretudo por conta do golpe.

Curtir · Responder · 5 · 8 de agosto às 23:38

¹¹⁰ Todo o material di
printscreen.

2.1 – Indivíduos contra a Frente Evangélica pela Legalização do aborto



2.2 – Indivíduos a favor da Frente Evangélicas pela Legalização do aborto

The image displays two screenshots of a Facebook post and its comments. The left screenshot shows the original post and two comments. The right screenshot shows a zoomed-in view of the comments, highlighting a comment from 'Frente Evangélica pela Legalização do Aborto'.

Post: **Parabéns a pagina!!** A religião e deus tem ar levar aquilo que faz bem a vida e a humanidade!! Julgar e matar mulheres não é um ato de deus..não liguem para essas pessoas malvadas que vem jogar pedras achando que estao seguindo Jesus

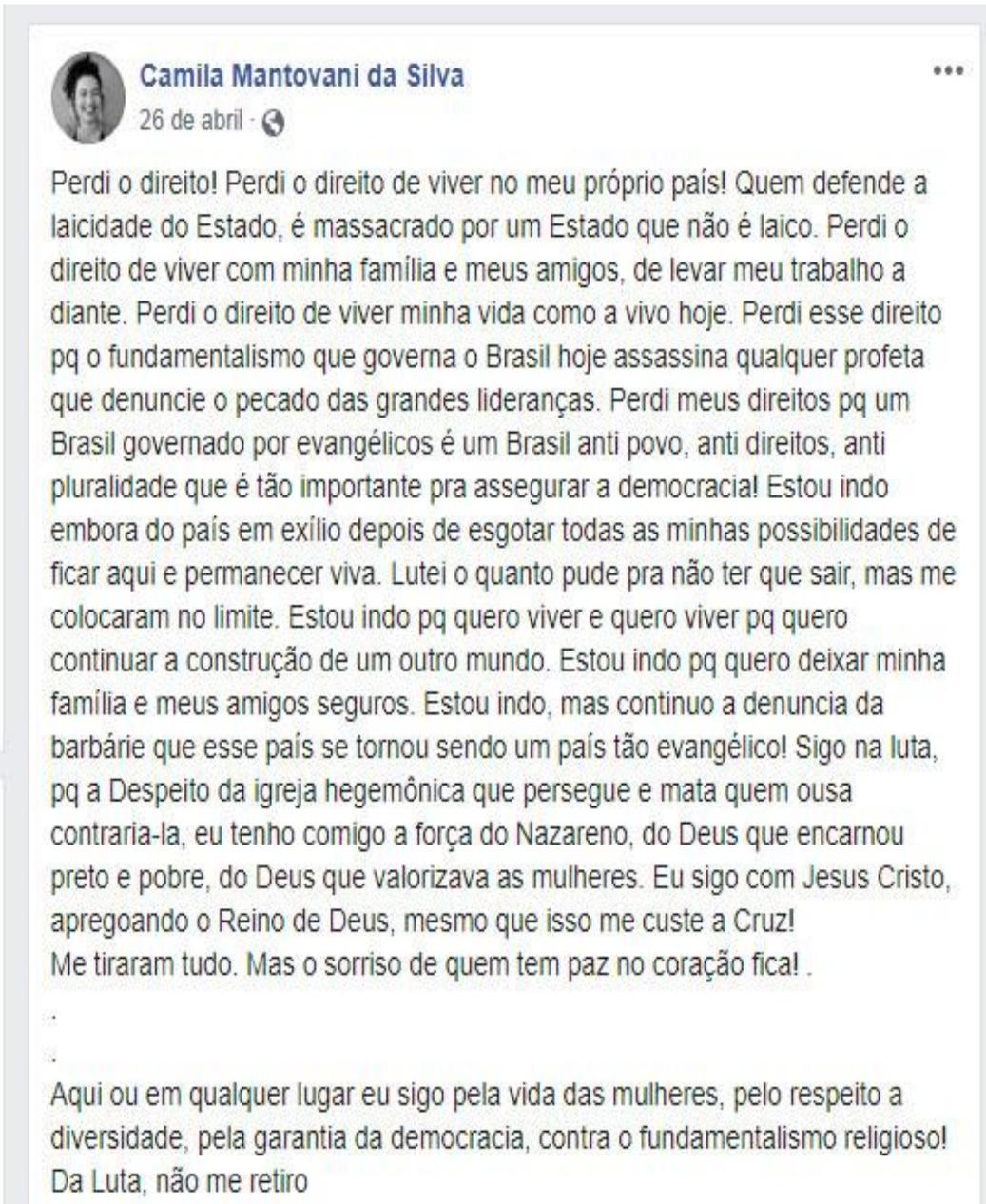
Comentário 1: Parabéns pela iniciativa!!! Nada pode nem deve ser instrumento de controle do corpo nem de controle da sexualidade das mulheres, nem mesmo a religião. Resistir Sempre, Desistir Nunca!!!

Comentário 2: Acreditam na

Comentário 3 (Destacado): **Católicas Direito de Decidir** Estamos juntas nessa luta! **Frente Evangélica pela Legalização do Aborto** Nada poderia ser mais revitalizante pra nós, do que contar com o apoio de vcs!

Comentário 4: ... eu to em choque de feliz, sério. Finalmente algumas cristãs entenderam que NÓS podemos abortar e fazer tantas outras coisas pq NÓS escolhemos seguir a biblia e as outras mulheres não são obrigadas a criar uma criança que não tem condições de criar só pq as nossas regras não permitem.

2.3 – Relato de Camila Mantovani sobre ameaça de morte



A screenshot of a Facebook post by Camila Mantovani da Silva, dated April 26. The post is a long text expressing her frustration and fear due to religious fundamentalism in Brazil. She mentions losing her rights to live in her own country, with her family, and to work. She states that she is being forced into exile because she cannot stay in Brazil and remain alive. She describes the current government as anti-people, anti-rights, and anti-pluralism. She continues to fight for democracy and women's lives, despite the persecution she faces. She mentions her faith in Jesus Christ and the Kingdom of God, and that she will not stop fighting for these values.

Camila Mantovani da Silva
26 de abril · 🌐

Perdi o direito! Perdi o direito de viver no meu próprio país! Quem defende a laicidade do Estado, é massacrado por um Estado que não é laico. Perdi o direito de viver com minha família e meus amigos, de levar meu trabalho a diante. Perdi o direito de viver minha vida como a vivo hoje. Perdi esse direito pq o fundamentalismo que governa o Brasil hoje assassina qualquer profeta que denuncie o pecado das grandes lideranças. Perdi meus direitos pq um Brasil governado por evangélicos é um Brasil anti povo, anti direitos, anti pluralidade que é tão importante pra assegurar a democracia! Estou indo embora do país em exílio depois de esgotar todas as minhas possibilidades de ficar aqui e permanecer viva. Lutei o quanto pude pra não ter que sair, mas me colocaram no limite. Estou indo pq quero viver e quero viver pq quero continuar a construção de um outro mundo. Estou indo pq quero deixar minha família e meus amigos seguros. Estou indo, mas continuo a denuncia da barbárie que esse país se tornou sendo um país tão evangélico! Sigo na luta, pq a despeito da igreja hegemônica que persegue e mata quem ousa contraria-la, eu tenho comigo a força do Nazareno, do Deus que encarnou preto e pobre, do Deus que valorizava as mulheres. Eu sigo com Jesus Cristo, apregoando o Reino de Deus, mesmo que isso me custe a Cruz! Me tiraram tudo. Mas o sorriso de quem tem paz no coração fica! .

⋮

Aqui ou em qualquer lugar eu sigo pela vida das mulheres, pelo respeito a diversidade, pela garantia da democracia, contra o fundamentalismo religioso! Da Luta, não me retiro

3 – Documentos relacionados a pesquisa

3.1 – Certificado de participação da mesa-redonda sobre descriminalização do aborto na UFRRJ



CERTIFICADO

Certifico que Milena Giosa da Lourenço Monteiro

participou como ouvinte da mesa-redonda “Descriminalização do aborto no Brasil: desafios e impasses” realizada no dia 02/10/2018, no Auditório do Prédio de Aulas Teóricas (PAT), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus de Seropédica, totalizando três horas de atividade.



PPG
PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM
PPGCS



UFRRJ

BR-465, Km 7
Seropédica
Rio de Janeiro
CEP: 23890-000
Tel: (0xx21) 2682-2935

Naara Luna
Profª Naara Luna (DCS e PPGCS/ UFRRJ)
Organização do evento

CS Scanned with CamScanner

3.2 – Termo de consentimento



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGCS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Prezado (a) Senhor (a),
_____, meu nome é
MILENA GEISA DOS SANTOS MARTINS e estou realizando a pesquisa acadêmica sobre o tema *FEMINISMO EVANGÉLICO*. Esta pesquisa compõe a minha dissertação de mestrado realizada no PPGCS/UFRRJ, sob orientação do Prof.^a Dr.^a MOEMA DE CASTRO GUEDES. As informações a seguir destinam-se a convidá-lo (a) a participar voluntariamente deste projeto na condição de fonte, ou seja, indivíduo que fornece as informações primárias para a pesquisa em curso.

Para tanto é necessário formalizarmos a sua autorização para o uso das informações obtidas nos seguintes termos:

- A sua participação é totalmente voluntária;
- Pode se recusar a responder qualquer pergunta a qualquer momento;
- Pode se retirar da pesquisa no momento da coleta de dados e dá-la por encerrada a qualquer momento;
- A coleta de dados tem caráter confidencial e seus dados estarão disponíveis somente para a pesquisadora autora do Trabalho Final de Curso (TFC) e para seu orientador(a);
- Partes do que for dito poderão ser usadas no relatório final da pesquisa, sem, entretanto, revelar os dados pessoais dos entrevistados, como nome, endereço, telefone, etc. Dessa forma, as informações obtidas não serão divulgadas para que não seja possível identificar o entrevistado, assim como não será permitido o acesso a terceiros, garantindo proteção contra qualquer tipo de discriminação ou estigmatização;
- Os dados e resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em congressos, publicados em revistas especializadas e da mídia, e utilizados na dissertação de mestrado, preservando sempre a identidade dos participantes;
- Fica, também, evidenciado que a participação é isenta de despesas.

Se desejar, o participante poderá receber uma cópia dos resultados da pesquisa por e-mail:

SIM, desejo receber.

NÃO, não desejo receber.

Caso haja necessidades específicas de pesquisas, que requeira o uso de vídeos e fotos dos informantes (*grupo focal, pesquisa ação, etc*), o informante deverá assinalar se concorda e libera o uso de imagem para divulgação em ambientes midiáticos ou em ambientes científicos como congressos, conferências, aulas, ou revistas científicas, desde que seus dados pessoais não sejam fornecidos:

SIM, concordo com a cessão de minhas imagens por livre e espontânea vontade.

NÃO, o uso de minhas imagens em forma de vídeos ou fotos não é permitida.

Ao concordar com os termos descritos e aceitar participar do estudo, pedimos que assine o termo em sinal de que o TCLE foi lido, formalizando o consentimento voluntário de participante.

Nome completo (Legível): _____

Celular: () _____

E-mail: _____

_____ , / / _____ .